

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS_UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE TEFÉ_CEST
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIENCIAS HUMANAS/PPGICH

GLEIDES MEDINS DE MENEZES

**Produzindo a Vida: O etnoconhecimento da agricultura familiar na comunidade
Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, município de Coari-AM.**

**TEFE-AM;
JUNHO/2019**

GLEIDES MEDINS DE MENEZES

Produzindo a Vida: O etnoconhecimento da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, município de Coari-AM.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas _UEA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo

TEFÉ-AM;
JUNHO/2019

M541 Menezes, Gleides Medins de

Produzindo a vida: o etnoconhecimento da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, município de Coari - AM. / Gleides Medins de Menezes. – Tefé, AM: CEST/UEA, 2019.

Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – PPGICH / CEST / UEA.

120f., il. color.

1. Agricultura familiar - Amazônia. 2. Conhecimentos tradicionais – Populações ribeirinhas. 3. Comunidades rurais – Organização. 4. Coari – Amazonas. I. Título.

CDD 301.34

GLEIDES MEDINS DE MENEZES

Produzindo a Vida: O etnoconhecimento da agricultura familiar na comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, município de Coari-AM.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas _UEA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Aprovado em: 19/06/2019

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo/PPGICH/UEA
Presidente

Profa. Dra Gimima Beatriz Melo da Silva/PPGICH/UEA
Membro

Profa.Dra.Jozane Lima Santiago/FCA/PPGCASA/UFAM
Membro

TEFÉ-AM;
JUNHO/2019

Dedicatória

Dedico este trabalho:

A meu pai ***Wilson Martins de Menezes*** (*in memoriam*);

A meus filhos Joao Pedro Menezes Blanco Padilla e Victor Hugo Menezes Blanco Padilla, razão maior de todos os meus esforços.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, elevo meus olhos ao altíssimo em agradecimento pelo dom da vida e por desfrutar, mesmo que singelamente da fonte da sabedoria que nos foi deixada pelo criador e que ao longo de nossa existência buscamos nos apropriar desses saberes de diversas formas.

Chegando ao final do Mestrado, lanço meu olhar para o início e vejo quantos desafios ultrapassados, quantas renúncias tivemos que fazer para buscar o saber científico, produzir, deixar algo que tenha significado e possa transformar a realidade do lugar de onde venho e do qual me orgulho de pertencer.

Nessa busca, tivemos o apoio dos familiares, especialmente meus pais, Irís Medim e Wilson Martins, que sempre primaram pela formação de seus oito filhos, mesmo não tendo tido oportunidades de avançarem nos estudos, sabiam o valor de uma boa educação, meus irmãos e irmãs, e principalmente meus filhos João Pedro e Vítor Hugo, que tiveram suas rotinas alteradas para poderem estar junto de mim e longe de casa, do pai, dos amigos, mas assim mesmo encararam o desafio.

E tamanhos foram esses desafios, nesse percurso meu pai adoeceu, brigou pela vida, mas infelizmente partiu, foram momentos muito difíceis, desesperadores, por muitas vezes pensei em desistir, não continuar, ao mesmo tempo, familiares, irmãos (em especial Gleilson Medins de Menezes pela constante troca de ideias altas horas da madrugada; Gleison Medins de Menezes e Glacilene Medins de Menezes que me auxiliaram na síntese e organização do material coletado na ocasião da pesquisa de campo), amigos, colegas de trabalho e de turma, os caros professores, que sempre me aconselharam a não desistir, até mesmo por meu pai, minha fonte de inspiração e determinação. Principalmente por ele e por minha ousadia, continuei.

Os percalços da existência são muitos, mas são também fontes desafiadoras para seguirmos com nossos propósitos, travamos muitas batalhas ao longo da vida, e cada uma delas nos revela novas fontes de recarga de energia que muitas vezes nem imaginamos possuir.

A vida é uma busca incessante por respostas a tantas perguntas que fazemos ao longo da existência, mas só aproveitamos de fato a mesma, se nos permitirmos vivê-la plenamente, desprovidos de preconceitos.

Quero externar meus sinceros agradecimentos pelo incentivo salutar de todos os docentes do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas_PPGICH/UEA, que colaboraram conosco ao longo da nossa formação, em especial aos que colaboraram diretamente com críticas, sugestões e encaminhamentos, (a professora Cristiane da Silveira e Guilherme Gitahy), para que este trabalho pudesse ganhar corpo, o nosso especial agradecimento.

No decorrer da pesquisa tivemos muitos colaboradores, homens e mulheres que vivem em sintonia com a natureza, permanecendo em suas comunidades, labutando pelo sustento, mas respeitando o ambiente, nos ensinando que é possível o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Também tivemos colaboradores indiretos, aqueles que nos levavam até os locais de coleta de dados, contribuindo assim com informações relevantes. A todos os nossos agradecimentos.

Não podemos deixar de agradecer aos nossos colaboradores institucionais do município de Coari, que nos subsidiaram com documentações, informações, mídias eletrônicas, Secretaria Municipal de agroeconomia, Secretaria Municipal de Educação, IDAM (Adilson Alves da Cruz) , IFAM, UFAM, IBGE (Alessandro Laborda de Araújo e Haroldo Bruno Campos dos Santos) , Núcleo de Ensino Superior de Coari (professor Atacildo Ferreira Fontes e demais colegas de trabalho) e Centro de Estudos Superiores de Tefé/ CESTE/UEA. A Associação de produtores APRODUCIDA e aos comunitários de Nossa Senhora Aparecida, em especial seu João de Moura e Damiao Lima Barbosa.

E por fim, o meu agradecimento mais que especial ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Rapozo, que com sua postura instigante e desafiadora me impulsionaram a buscar fontes e sínteses, que por vezes pensei não ser capaz, mas suas “cobranças” e dicas me fizeram mergulhar a fundo, dentro das possibilidades, nas fontes disponíveis.

A todos a minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho versa acerca do saber tradicional praticado até os dias atuais pelos povos que vivem às margens dos rios, lagos e igarapés da região amazônica, herança de nossos ancestrais indígenas. A discussão e análise conceitual partiram de um enfoque qualitativo da observação e compreensão desses saberes no contexto social em que se dão as relações econômicas e de afetividade da organização do trabalho. Nossa pesquisa ocorreu na comunidade rural denominada Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, localizada à margem esquerda do Rio Solimões há aproximadamente 7,06 km da sede do município de Coari, no Estado do Amazonas, onde os processos de trabalho na agricultura familiar tem contribuído para a manutenção das famílias na comunidade. Nosso objetivo baseou-se em analisar o Etnoconhecimento utilizado nos processos de trabalho dos agricultores da várzea na comunidade, para a manutenção do modo de vida material e simbólico, problematizando questões centrais como resistência ao modo de produção capitalista vigente e a manutenção de uma socioagrobiodiversidade que abranja os bioecossistemas locais. Aspectos característicos da transição de uma agricultura convencional para uma agricultura de base ecológica estão presentes no etnoconhecimento adotado pelos comunitários, nas técnicas de manejo do solo e da vegetação para produção de hortaliças e frutas através da agricultura familiar.

Palavras-chave: Etnoconhecimento; trabalho; agricultura familiar;

ABSTRACT

The present work talk about with the traditional knowledge practiced up to the present day by the peoples living on the banks of the rivers, lakes and streams of the Amazon region, inherited from our indigenous ancestors. The discussion and conceptual analysis started from a qualitative approach of the observation and understanding of these knowledge in the social context of economic relations and affectivity of the work organization. Our research was carried out in the rural community called 'Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara', located on the left bank of the Solimões River, approximately 5,700 km of the municipality Coari, in the State of Amazonas, where work processes in family farming have contributed to maintenance of families in the community. Our objective was to analyze the ethnoknowledge used in the work processes of the várzea farmers in the community, to maintain the material and symbolic way of life, problematizing central issues such as resistance to the current capitalist mode of production and the maintenance of a socio-biological diversity that local bio ecosystem. Characteristic aspects of the transition from a conventional agriculture to an ecologically based agriculture are present in the ethnoknowledge adopted by the community, in the techniques of soil and vegetation management for the production of vegetables and fruits through family agriculture.

Keywords: Ethnoknowledge; job; family farming;

LISTA DE SIGLAS

NSAP..... Nossa Senhora Aparecida

IDAM..... Instituto de Desenvolvimento agropecuário e florestal do Amazonas

IBGE..... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

APRODUCIDA..... Associação de produtores rurais da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo I	24
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MUNDO COTIDIANO: O MUNICÍPIO DE COARI E A COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA APARECIDA DA COSTA DO JUÇARA	24
1. Caracterização geográfica e a formação histórica ameríndia.	25
1.1 Saberes e formas de organização da vida comunitária: o mundo do trabalho amazônico e as percepções dos comunitários de Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçar.....	27
1.2 O processo sociohistórico de formação da comunidade Nossa Senhora Aparecida	39
Capítulo II	47
PRODUZIR PARA VIVER: AS PRÁTICAS E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NO TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA	47
2. 1 As relações de trabalho na prática da agricultura familiar	48
2.2 A agricultura familiar praticada na comunidade Nossa Senhora Aparecida.....	57
2.2.1 A criação de animais e a meliponicultura.....	70
2.3. A Associação de agricultores (APRODUCIDA)	74
2.3.1 As tecnologias sociais de base agroecológica	81
Capítulo III	84
O ETNOCONHECIMENTO NAS FORMAS DE MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA	84
3.1 O Etnoconhecimento nos processos de trabalho da comunidade Nossa Senhora Aparecida.....	85
3.2 O saber materializado no cultivo do solo e no manejo da vegetação	86
3.3 Os saberes expressos nas formas de cultivar a terra.....	90
3.4 Os ganhos gerados com as tecnologias sociais.....	97
Considerações finais	100
REFERENCIAS	103
ANEXOS	108

Lista de Figuras

Figura 1: Microrregião de Coari.....	15
Figura 2: Localização do município de Coari	25
Figura 3: Vista aérea da comunidade Nossa Senhora Aparecida	39
Figura 4: Mapa social da Comunidade Aparecida	41
Figura 5: Distância entre a comunidade NS de Fátima região da Ilha do Juçara/Coari/AM	43
Figura 6: Criação de galinha caipira.....	45
Figura 7: Chapéu de palha e igreja católica da comunidade NSAP	49
Figura 8 : Frente da comunidade Nossa Senhora Aparecida	50
Figura 9: preparo do solo em casa de vegetação Comunidade NSAP	52
Figura 10: Cultivo de hortaliças e árvores frutíferas CNSAP	61
Figura 11: Pé de acerola e flores cultivadas no quintal e na frente das casas	62
Figura 12: Canteiros suspensos CNSAP	63
Figura 13: tubos para irrigação do plantio e tanque de PVC para armazenamento de água CNSAP.....	64
Figura 14: agricultora limpando e selecionando as hortaliças para comercialização na feira municipal.....	68
Figura 15: Criação de aves e cercado para o gado comunidade NSAP.....	71
Figura 16: Caixas de criação de abelhas sem ferrão mostradas por D.L.B, presidente da Aproducida.	73
Figura 17: Visita técnica dos alunos do curso Técnico em agricultura familiar do IFAM/COARI.....	80
Figura 18: 1. Solo já preparado para o plantio; 2. Demonstração do tipo do solo pelo agricultor.....	88
Figura 19: Disposição da vegetação e áreas de plantio CNSAP	89
Figura 20: casa de vegetação CNSAP	92
Figura 21: Casa de vegetação com cultura consorciada de cariru com quiabo.....	93
Figura 22: cultivo de cebolinha em área livre e consorciada e cultivo de couve à direita.	93
Figura 23: Placa do canteiro onde são cultivadas as plantas medicinais CNSAP.....	95

Lista de Tabelas

Tabela 1: Produção externa individual	67
Tabela 2: Produtos comercializados pela APRODUCIDA/2017	76
Tabela 3: Produtos comercializados pela Associação em 2018.	77
Tabela 4: Comparativo de variação da produção.	78

Lista de Gráfico

Gráfico 1: Comparativo da produção anual.....	79
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1: Tecnologias sociais da comunidade Aproducida	82
Quadro 2: Tecnologia Convencional usada na comunidade Aparecida.....	83

INTRODUÇÃO

O tema central desta pesquisa o saber secular praticado pelos povos e comunidades tradicionais que vivem às margens dos rios, lagos e igarapés da região amazônica, herança de nossos ancestrais indígenas. Portanto, a escolha da história oral como método de investigação se dá pela amplitude do seu vasto campo de compreensões e percepções dos atores sociais participantes da pesquisa, bem como a complexidade e diversidade dos contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais num vasto campo simbólico de representações sociais que permeiam esse universo, marcado por elementos físicos, simbólicos ou sensoriais.

A discussão e análise conceitual se dá no enfoque qualitativo da observação e compreensão desses saberes no contexto social em que se estabelecem relações econômicas e de afetividade na organização do trabalho. Essas relações são expressas a partir do modelo de agricultura familiar desenvolvido no Estado do Amazonas.



Figura 1: Microrregião de Coari

Fonte: SEPLAN. Anuário estatístico do Estado do Amazonas, 2012.

O lócus de nossa pesquisa é a comunidade rural denominada Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, localizada à margem esquerda do Rio Solimões há aproximadamente 7,06 km da sede do município de Coari, no Estado do Amazonas, onde os processos de trabalho na agricultura familiar tem contribuído para a manutenção das famílias na comunidade. Nosso intuito baseou-se em analisar o etnoconhecimento utilizado nos processos de trabalho dos agricultores da várzea na comunidade de Nossa Senhora Aparecida

da Costa do Juçara como meio de manutenção do modo de vida material e simbólico, problematizando questões centrais como os processos de resistência aos rearranjos econômicos do modo de produção capitalista vigente, assim como os desafios à manutenção de uma socioagrobiodiversidade que abranja os bioecossistemas locais.

As unidades de análise foram os sistemas agrícolas tradicionais das unidades de produção familiares, por meio das técnicas de entrevista em profundidade e observação participante (Bourdieu, 2012), buscando compreender como os participantes concebem a si mesmos e suas conexões e tessituras relacionais no trabalho e nas vivências, em seu imaginário, enfim sua concepção de mundo.

A amostra compreendeu 15 das 22 famílias que vivem e trabalham na comunidade, o que correspondeu a 68,18% do universo total dos entrevistados. A seleção dos informantes levou em consideração a experiência no trabalho com a agricultura familiar (homens e mulheres) e a disponibilidade para nos auxiliar nas visitas de campo.

O que se pretende é dar voz a esses atores sociais que tanto contribuem para o desenvolvimento do nosso País com seu conhecimento tradicional (Etnoconhecimento), capaz de se manterem em seu local de origem, apesar de todas as adversidades e desafios da região amazônica (esses não tão determinantes), e do “esquecimento” que os invisibiliza e, portanto, os deixam à margem das políticas públicas voltadas à investimentos e melhorias para dar mais qualidade de vida aos agricultores tradicionais ribeirinhos da Amazônia.

Este empreendimento nos impõe grandes desafios, um deles consiste em percebermos quais os conhecimentos utilizados pelos agricultores da várzea em seus processos de trabalho e de que forma esses agricultores adquirem uma autonomia no processo produtivo e simbólico de sua vivência em comunidade. Outro desafio é analisar como estes saberes podem ser verificados à luz da ciência, vistas pelas lentes da razão sensível e não pela ótica homogeneizadora da ciência moderna, quando da apropriação do etnoconhecimento como base conceitual de epistemologias e na construção de tecnologias, planejamentos e/ou políticas de desenvolvimento humano.

Dentre as categorias trabalhadas estão a agroecologia. O conceito de agroecologia definido por seus principais teóricos está vinculado a análise de uma agricultura sustentável¹ que se coloca como uma alternativa à agricultura tradicional baseada na monocultura. Cardoso (2010), alerta sobre os perigos da prática da monocultura em detrimento de práticas

¹ Na concepção de Caporal (2004) o termo agricultura sustentável sob a perspectiva agroecológica, designa as especificidades socioculturais dos atores sociais que trabalham na agricultura e a necessidade de uma adaptação da agricultura aos diferentes agroecossistemas.

alternativas paralelas a esse tipo de cultivo, pois a monocultura é direcionada apenas a uma visão mercadológica de maximização do lucro, sem ponderar perdas sociais e ambientais.

Seguindo os pressupostos de Miguel Altieri (2002), que estabelece as bases científicas para uma agricultura sustentável, Caporal (2004, p.9), afirma que mais do que uma disciplina, a agroecologia é “ um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis”. Seu campo de atuação abrange dentre outros aspectos conceitos, a análise e estruturação de agroecossistemas², daí a importância de se estabelecer uma base conceitual sistêmica para evitar possíveis reduções ao seu enfoque epistemológico. Hecht (2002, p.26) pontua que a agroecologia “ é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção” tal conceituação corrobora com Caporal (2004) no sentido de expressar a necessidade de maior compreensão do conceito de agroecologia para um melhor planejamento de estratégias de desenvolvimento sustentável usando o potencial técnico científico que a Agroecologia dispõe para uma profunda mudança na agricultura de forma reorientar assistência técnica e a extensão rural.

O Cultivo em sistemas agroecológicos pode ser compreendido como elemento característico das populações ribeirinhas da região amazônica, já que contribui para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas locais. A relação desses agricultores com a terra e a floresta é de uma profunda interdependência, o agricultor familiar ribeirinho reconhece a importância que a floresta tem para manutenção do seu modo de vida na medida em que trabalham com os ciclos naturais dos ecossistemas locais como pressupõe Altieri (2002, p.85).

Os agroecossistemas, portanto são espaços e configurações sociais onde homens e meio ambiente interagem de forma que ambos possam coexistir em sistemas complexos para garantir a produção agrícola de forma a garantir a segurança nutricional e para a prática comercial assentada nos princípios da agroecologia.

Convém destacar que conforme afirma Siliprandi (2015, p.89), uma das principais premissas da agroecologia é a análise da coevolução de sistemas biológicos e sociais e

² Na perspectiva de Altieri (1989; 2002) e demais estudiosos da agroecologia, os agroecossistemas são unidades fundamentais de estudos acerca dos ciclos minerais, bem como os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas de forma conjunta. Onde a análise e a interpretação da complexidade das relações existentes entre os seres humanos, os cultivos, o solo, a água e os animais objetivam o campo de atuação e a pesquisa agroecológica.

reconhecimento do conhecimento tradicional como importante aliado para o desenvolvimento de tecnologias que visem a promoção de agroecossistemas sustentáveis. “O rompimento dessa cadeia de coevolução, produzido pela hegemonia da moderna ciência agrônômica, estaria na base dos desastres tecnológicos vivenciados com a agricultura moderna”. O termo agroecossistema se refere ao local da floresta modificado pela ação do homem para a prática da agricultura. Siliprandi (2015, p.90) destaca ainda que esta nova perspectiva ecológica da formação de agroecossistemas constitui uma transição da agricultura moderna, (baseada na visão capitalista do mercado consumidor), para uma agricultura sustentável com bases ecológicas.

A agricultura moderna utiliza-se de tecnologias que não estão ao alcance dos agricultores familiares, pois é altamente capitalizada e se utiliza de maquinário pesado. Além de não serem compatíveis com os tipos de solo de baixa fertilidade, característicos do desenho agroecológico das pequenas propriedades rurais. Por décadas os agricultores familiares foram postos à margem desse modelo produtivo, contudo continuam desenvolvendo um importante trabalho na produção de alimentos, manutenção da mão-de-obra (não mecanizada), da biodiversidade e preservação da paisagem³. Para Siliprandi (2015, p.90) a agricultura sustentável pode ser definida adotando-se os critérios de buscar a autossuficiência das unidades produtivas quanto aos insumos que utiliza, assim como pelo estímulo a criatividade e a recuperação dos saberes locais sobre os agroecossistemas mantendo a riqueza da diversidade biológica.

Do ponto de vista da agroecologia, a agricultura ecológica está presente em muitos aspectos da agricultura familiar, pois os agricultores buscam alternativas para adaptação e convivência com os ecossistemas locais, através do conhecimento tradicional, da observação do meio e criando suas próprias tecnologias para o desenvolvimento da produção agrícola.

Para Altieri (2002, p.162), os princípios da agricultura ecológica estão na observação da natureza como matriz geradora dos conhecimentos necessários na formação dos agroecossistemas sustentáveis. Neste sentido a agricultura familiar praticada pelos agricultores de comunidades rurais nos ecossistemas de várzea mantém muitos aspectos da agricultura ecológica, pois essas comunidades como autóctones, preservam um conhecimento tradicional (etnoconhecimento) que os auxilia na preservação e cuidado com os recursos naturais de que dispõem, pois dali retiram o sustento de suas famílias.

³ Maiores detalhes em The Ecologist Repot_Climate Change, The Ecologist, encarte especial, novembro de 2001.

Portanto a agricultura familiar praticada pelas comunidades locais e, particularmente, pelo lugar onde a pesquisa foi realizada tem por base em primeiro lugar, o sustento da família (garantia do alimento à mesa) em segundo lugar, a comercialização nas feiras e mercados da sede dos municípios como garantia de diversificação da renda. Dependendo da distância da comunidade ribeirinha, os desafios e dificuldades são maiores para que o agricultor possa comercializar seus produtos na cidade. Por essa razão, uma grande maioria acaba vendendo sua pequena produção aos agentes de comercialização locais, dentre eles o “regatão” ou “atravessador” que praticam a troca de produtos extraídos da floresta e da pesca e/ou da agricultura, por produtos industrializados trazidos da cidade.

O cultivo da terra representa a principal fonte de sobrevivência das sociedades rurais habitantes às margens dos rios da região amazônica. Na análise de Witkoski (2007, p.190) a forma como o camponês amazônico⁴ lida com a natureza em seu trabalho na agricultura é diferenciada e bastante significativa “ A terra, a floresta e a água participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida”.

Neste estudo optamos por usar o termo agricultores ribeirinhos no intuito de estabelecer uma diferenciação entre os atores sociais (agricultores familiares) da região de várzea amazônica. Uma vez que o termo camponês (ainda que possa ser compreendido como uma categoria de análise socioantropológica) nos remete a uma ideia de campo (lavouras e/ou pasto) diferente das culturas agroflorestais⁵ (pois a agroecologia pode ser praticada em qualquer dos nossos biomas brasileiros, pois refere-se a um método de agricultura ou pecuária que preserva e se utiliza de maneira sustentável os ecossistemas locais), o agricultor ribeirinho vive e trabalha na floresta.

Os agricultores das comunidades rurais das áreas de terras firmes, também são conhecidos como ribeirinhos devido sua localização geográfica e o distanciamento da sede do município. Em algumas porções da região amazônica pode-se perceber a presença de uma população que migrou de outras regiões do país movidas pelas políticas de integração e desenvolvimento econômico nacional (Operação Amazônia/1966-1968), no intuito de promover uma expansão e uniformização do crescimento regional baseado no modelo

⁴ Antônio Carlos Witkoski (2007) na obra Terras, Florestas e Águas de Trabalho, adota a categoria camponês amazônico para designar os agricultores que vivem nos ecossistemas de várzea e terra firmes da Amazônia.

⁵ O termo cultura agroflorestal aqui se refere aos cultivos feitos pelos agricultores ribeirinhos na floresta amazônica.

agroexportador⁶. Tais fatores influenciaram a constituição geopolítica de algumas cidades no Amazonas.

Em Coari existem os colonos, agricultores que praticam a agricultura familiar nos sítios localizados fora do perímetro urbano nas estradas e vicinais da cidade, a denominação colono, se dá devido a organização em colônias de trabalho, geralmente um sítio ou fazenda de um proprietário rural. A agricultura praticada por eles é a tradicional, baseada na monocultura (principalmente o cultivo de mandioca para a produção da farinha) e não o consorciado como nas regiões de várzea.

Pode-se perceber características que distinguem as formas de trabalho na agricultura por parte dos atores sociais, os agricultores rurais (ribeirinhos ou colonos) que tiram seu sustento trabalhando em suas unidades de produção, o sítio ou a roça. No entanto o tipo de sistema agrícola adotado pelos agricultores urbanos não se aplica às áreas rurais como o local da pesquisa.

Convém destacar que a agricultura familiar na Amazônia não é a mesma praticada nas demais regiões do país, tem suas especificidades, quer seja no tipo de solo e vegetação, dos diferentes ecossistemas, terras firmes e várzeas, nas técnicas e instrumentos utilizados no trabalho com a terra e, sobretudo é regulada pela sazonalidade dos períodos hidrológicos de cheia e vazante dos rios que modificam as paisagens e, conseqüentemente modificam as relações de trabalho e de apropriação social da natureza.

Neste sentido, a vida das populações rurais da Amazônia é regida também pelos efeitos causados pelas modificações ocasionadas pelos ciclos hidrológicos. Nas áreas de várzea, esse ciclo de enchente e vazante dos rios, faz com que as populações ribeirinhas desenvolvam estratégias de sobrevivência e adaptabilidade humana à manutenção de seus modos de vida. O que torna a relação homem/meio ambiente bem mais estreita que em outras regiões do país e que tem feito com que essas populações humanas permaneçam em suas localidades, uma vez que a busca por trabalho e melhores condições de vida são um dos fatores que acarretam o êxodo rural em outras regiões do País.

⁶ A pedra angular da Operação Amazônia foi a Lei n. 5.173 de 27 de outubro de 1966, cujo artigo 4 relacionava 13 objetivos da ação governamental na Amazônia e estabelecia a orientação básica da nova política. Segundo esse artigo a futura política regional seria orientada para: estabelecer polos de desenvolvimento e grupos de populações estáveis e autossuficientes (especialmente nas áreas de fronteira); estimular a imigração; proporcionar incentivos ao capital privado; desenvolver a infraestrutura; e pesquisar potencial de recursos naturais. Bomfim (2010), Fronteira Amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: Inundar a Hileia de Civilização? Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. São Paulo. v.30, n.1, p.13-33, jan/jun.2010.

Embora os estudos acerca de uma economia ambiental venha ganhando espaço nos debates políticos e acadêmicos, é importante a distinção e conceituação do que venha realmente ser o campo epistemológico da agroecologia e dos agroecossistemas como uma de suas unidades de produção, conforme já mencionamos anteriormente, para não cairmos no reducionismo dos conceitos de cunho econômico. Para Leff (2001), o discurso econômico acerca do desenvolvimento sustentável tem mostrado o meio ambiente como um elemento do capital globalizado:

A reintegração da economia ao sistema mais amplo da ecologia dar-se-ia pela homologia de sua raiz etimológica: *oikos*. Mas nesta operação analógica desconhecem-se os paradigmas diferenciados de conhecimento nos quais se desenvolveu o saber sobre a vida e a produção. Desta forma os potenciais da natureza são reduzidos à sua valorização no mercado como capital natural; o trabalho, os princípios éticos, os valores culturais, as potencialidades do homem e sua capacidade inventiva são reconvertidos em formas funcionais de um capital humano. Tudo pode ser reduzido a um valor de mercado, representável nos códigos do capital. (LEFF, 2001, p.25).

Outros teóricos como Escobar (1995) e Caporal (2004), alertam para correntes teóricas que se orientam sob a perspectiva ecotecnocrática⁷, de uma agricultura ecologizada⁸ que generaliza a complexidade dos processos naturais e sociais que norteiam toda vivência no meio rural. “(...) as estratégias de sedução e simulação do discurso da sustentabilidade constituem o mecanismo extra-econômico por excelência da pós-modernidade para reintegração do ser humano e da natureza à racionalidade do capital” (LEFF, 2001, p.25).

A ausência de políticas de incentivos para o desenvolvimento da agricultura familiar por parte do Estado faz com que os pequenos agricultores locais, como é o caso da Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara no município de Coari-AM, busquem alternativas para sobrevivência e manutenção de suas famílias em suas comunidades. A permanência em suas propriedades só é possível por meio da utilização sustentável dos recursos naturais existentes, o que é feito por meio da agricultura familiar.

No trabalho desenvolvido pelos agricultores da Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, as diversas estratégias utilizadas na diversificação da produção, se relacionam à saúde e ao meio ambiente. A alimentação, assim como o trabalho, é uma forma de valorização da cultura local, bem como a linguagem, a organização societal e as expressões

⁷ Agroecologia: alguns conceitos e princípios/por Francisco Roberto Caporal e José Antonio Costabeber/24p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA,2004.

⁸ Agroecologia: alguns conceitos e princípios/por Francisco Roberto Caporal e José Antonio Costabeber/24p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA,2004.

corporais. Como afirma GEERTZ (1989.p.10), como sistemas entrelaçados de signos interpretativos, a cultura não é uma forma de poder, mas um contexto dentro do qual podem ser descritos os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições e os processos.

Este estudo adota a História oral temática como método numa abordagem qualitativa do fenômeno pesquisado: o Etnoconhecimento aplicado aos métodos de organização do trabalho do agricultor ribeirinho na agricultura familiar. Para tanto, convém explicar que tal método revelou-se o mais apropriado, devido seu caráter interdisciplinar e, sobretudo para melhor apresentar as narrativas das falas dos participantes da pesquisa. Adotando-se os pressupostos teóricos de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005/2011), no “Manual de História Oral” e “História Oral: como fazer e como pensar”.

Tal método interdisciplinar propõe um universo bastante complexo de percepções, significados e (re)significados de seus interlocutores, portanto a técnica da entrevista em profundidade possibilitou uma maior compreensão dos cenários que se apresentavam quando da realização da pesquisa de campo. As narrativas compõem, portanto, o etnoconhecimento dos comunitários de Aparecida, suas relações familiares e de parentesco com os seus e os demais (externos à comunidade), e sobretudo com o ecossistema do qual é parte integrante e interessada. Esses saberes e formas de interpretação da realidade, correspondem arcabouço oral da comunidade, fincado em sua cultura, suas tradições (repassada dos mais antigos para os mais velhos), e suas crenças.

A negação e invisibilização dos saberes (etnoconhecimento) é mantido pela epistemologia do Norte, conforme sugere Santos (2010), que contribui para a constante marginalização e conseqüentemente para a exclusão do saber tradicional em relação ao conhecimento científico. O fio condutor desta discussão assenta-se no reconhecimento de um tipo de conhecimento instaurativo que brota da tradição da cultura transgressora, da errância, da descontinuidade, enfim, no acaso. Um conhecimento sensível e imaginativo capaz de reencantar a ciência, posto que a racionalidade cartesiana contribuiu para a destituição do sentido estético e subjetivo da vida, ampliando a distância entre natureza e cultura, entre mito e ciência. Trata-se de um tema que estabelece um franco diálogo com o campo da complexidade, numa perspectiva interdisciplinar.

A pesquisa de campo tomou como universo amostral quinze (15) famílias da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara que dependem unicamente do trabalho desenvolvido na agricultura familiar. Falar sobre o trabalho dessas famílias na agricultura familiar configura uma teia de conexões existentes entre o fazer material e o

simbólico, o trabalho em família como é característico nessas comunidades tradicionais estabelece uma maior coesão do grupo e fortalecimento dos laços de parentesco.

No capítulo I abordamos a construção social do mundo cotidiano no município de Coari e na comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, sua caracterização geográfica e ameríndia, bem como os saberes e formas de organização da vida comunitária, evidenciadas pelas percepções de seus comunitários.

No capítulo II, enfatizamos as relações de trabalho na agricultura familiar praticada na comunidade. Os tipos de técnicas tradicionais mais utilizadas pelos agricultores, os fatores determinantes na escolha dos tipos de cultivo. O cultivo em sistemas abertos e em casas de vegetação, a criação de animais de pequeno porte e a meliponicultura praticada como produção alternativa pela associação de agricultores da comunidade (APRODUCIDA). O mel produzido pela unidade demonstrativa é um dos produtos comercializados pela associação, da unidade também se retira o própolis usados pelos agricultores na confecção dos remédios caseiros.

No terceiro e último capítulo realizamos uma discussão sobre o Etnoconhecimento praticado no trabalho na agricultura familiar e que permeia o cotidiano da vida no meio rural. Esse saber materializado no cultivo do solo e no manejo da agrobiodiversidade.

Capítulo I

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MUNDO COTIDIANO: O MUNICÍPIO DE COARI E A COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA APARECIDA DA COSTA DO JUÇARA

1. Caracterização geográfica e a formação histórica ameríndia.

O município de Coari está localizado no Centro geográfico do Estado do Amazonas, fazendo parte da Sub-Região do Rio Negro-Solimões, que agrega um total de quinze municípios, fazendo parte do contexto geográfico do chamado Médio Solimões, a microrregião de Coari abrange os municípios de Anori, Anama, Beruri, Codajás e Caapiranga. Coari é banhado pelos por dois grandes e importantes lagos: o Lago de Coari e o Lago do Mamiá. A população atual está estimada em 84.272 (projeção/2018), com 60% de habitantes na zona urbana, e 40% dos habitantes na zona rural, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O volume de petróleo extraído em Urucu faz do Amazonas o segundo produtor terrestre de petróleo e o terceiro produtor nacional de gás natural e do município de Coari, o maior produtor terrestre, abastecendo os estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Maranhão, Tocantins, Acre, Amapá e parte do Nordeste.



Figura 2: Localização do município de Coari

Fonte: Disponível em <https://www.transparenciamunicipalaam.com.br/Coari>.

A História da origem do município de Coari, segundo Francisco Vasconcelos (2002), em seu livro intitulado “Coari (um retorno às origens)” remonta à época do Brasil Colônia, os primeiros habitantes foram os povos indígenas Mura, Passés, Catauixis, Jumas, Irijus e Jurimauas. Coari então nasceu em um Paraná (braço de rio largo e extenso), chamado de Paratari, região que hoje pertence ao município de Manacapuru, fundado pelos frades Carmelitas que estavam na região à serviço da Coroa portuguesa. As missões religiosas foram subindo o Rio Solimões até Frei Mauricio de Moreira transferir a aldeia de Coari situada no

lago do mesmo nome. Em 1689, o frei Jesuíta Samuel Fritz funda a Missão Santana de Coari na Vila da Freguesia, mas tarde pelo Ato governamental do primeiro Governador da província do Amazonas, Joaquim de Melo e Póvoas, a Vila de Coari é transferida para onde atualmente é a cidade de Coari. Somente em 1932, a vila de Coari foi elevada à categoria de cidade. De acordo Vasconcelos (2002) o nome Coari está ligado às suas raízes indígenas “ haja quem admita que aquela palavra derive do *quíchua Coaya Cory* (rio de ouro), ou de *Huary-yu* (rio dos deuses), essa era a opinião do Conego Ulisses Penafort, segundo Otaviano Mello, em *Topônimos Amazonenses, nomes das cidades amazonenses.* ” (VASCONCELOS, 2002, p.14). Outros atribuem a origem ao *nheengatu* da palavra Cuara que significa buraco:

Parece-me pacífico o entendimento dos que indicam o *nheengatu* como origem da denominação que teve a cidade onde nasci. Assim, mesmo que nessa língua não tenha seu significado qualquer grandiloquência, como teria no *quíchua*, filio-me à corrente, por sinal vitoriosa, que dá à palavra COARI o significado de *buraco pequeno*, derivado de *cuara* (buraco) e de *i* (ou *rí*), sufixo com que se forma o diminutivo. Designaria o termo nada mais que *pequeno furo*, ou *buraco pequeno* que outrora, fora a desembocadura do majestoso lago, à margem do qual viria a situar a cidade. (VASCONCELOS, 2002, p.15).

Dos antepassados indígenas convém salientar a bravura do povo Mura que habitavam em grande número o Rio Solimões, na luta contra o colonizador português, segundo relatos do *Diário de Viagem (1774/1775)*⁹, do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, citado por Vasconcelos (2002).

Era tal o pavor que tais nativos impingiam àquela importante autoridade da corte lusitana que, ao referir-se à sua passagem por Coari, fez as seguintes anotações em seu *Diário de Viagem: Ao chegar do dia fomos logo avistando as altas e escarpadas barreiras, compostas de barro vermelho, que rodeiam aquela costa: lugares próprios para os assaltos dos Muras, e aonde tem tirado muitas vidas; por isso se duplicou nossa vigilância.* (VASCONCELOS, 2002, p.13).

Atualmente a paisagem já não é mais a mesma devido às constantes transformações da natureza e movidas pela ação do homem. A entrada da cidade também proporciona uma linda paisagem marcada pelo encontro das águas barrentas do Rio Solimões com as águas escuras do Lago de Coari.

O modo de vida dos ribeirinhos da Amazônia tem muito de suas raízes nos povos indígenas que historicamente são reconhecidos como originários destas regiões. Os registros de Gaspar Guimaraes, em *Dados Descritivos do Município de Coari* (Imprensa Oficial Manaus 1990), citado por Vasconcelos (2002), faz menção à diversidade de povos indígenas, dentre

⁹ Publicado em Lisboa em 1826 e reeditado em 1985, pela Associação Comercial do Amazonas, Manaus, com o título “ As viagens do Ouvidor Sampaio”, coleção Hileia Amazônica.

ele os *ferozes* Muras, que simbolizavam o terror dos colonizadores portugueses em contrapartida os Passés, povo descrito como *dócil* e *subserviente*, sem contarmos com a diversidade de povos indígenas que aqui viviam à época da colonização: Catauixis, Irijus, Jumas e Jurimauas. Para Gaspar Guimaraes seriam os Muras e Passés a melhor ascendência dos Coarienses “e dentre os demais primitivos habitantes da região, os mais avançados intelectualmente. Praticavam a agricultura e reconheciam um Deus supremo e a imortalidade da alma.” (VASCONCELOS, 2002, p.14).

1.1 Saberes e formas de organização da vida comunitária: o mundo do trabalho amazônico e as percepções dos comunitários de Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara.

O ritmo e estilo de vida dessa gente são orquestrados pelos rios amazônicos, nossas "estradas líquidas". E a cada subida e descida dessas águas, o habitante da Amazônia (especialmente o ribeirinho) precisa adaptar-se (e o faz com maestria) à uma nova dinâmica de vida social, pois ambos estão intimamente ligados em uma cadeia complexa de interdependência. A ideia de família se estende à comunidade e suas particularidades complexas que denotam uma relação que vai além dos vínculos de consaguinidade ampliando as relações de parentesco. A intersubjetividade dos habitantes locais é afetada pelas inúmeras e cotidianas transformações que a sazonalidade dos rios e a remodelação da natureza (em face das mudanças climáticas e ação antrópica dos homens das cidades) os impõe como desafio.

Djalma Batista (2007) adverte em "*O Complexo da Amazônia*", que não existe uma Amazônia, mas sim, várias amazônias. Justamente pela ecleticidade étnica, cultural e social dos seus povos em face da sua relação com a natureza. Logo, é impossível olhar a região e compreender de fato o "ethos" amazônico, sem levar em consideração todas as suas variantes, sociais, culturais, religiosas, econômicas e ambientais, do contrário, continuaremos reféns de toda a sorte de estereótipos deflagrados séculos a fio pelos primeiros cronistas da Amazônia e pela "ciência dura" que ainda impera no cenário científico brasileiro.

A Amazônia por muitas décadas foi contada e propagada à luz do discurso colonizador (os exploradores do passado), de perspectivas marginalizadoras constituintes de um “outro” configurando na terminologia genérica *caboclo* o amazônida como um ser subalternizado. O Etnoconhecimento acerca da terra, da floresta, das estradas fluviais (rios), as percepções dos povos originários, muito embora explorados pelo colonizador, foram invisibilizado pelas

narrativas dominantes que atribuíam aos povos indígenas atos de selvageria e barbárie. Contemporaneamente, coexistem novas formas de percepção do mundo social amazônico, ainda que alguns destes elementos permaneçam invisibilizados pelo discurso dominante e considerados como um entrave ao desenvolvimento da região.

A jornada de trabalho no meio rural é distribuída em família na agricultura (roçado e agricultura familiar) e no extrativismo (caça, pesca e coletas de produtos vegetais na floresta) nas áreas de uso coletivo. Os recursos naturais, no caso aqui proposto são considerados então bens de propriedade comum, ou seja, não pertence a um único indivíduo, mas à comunidade.

De acordo com Almeida e Mafra (2014), os bens de uso comum estão dentro do Direito de propriedade coletiva e, portanto, “ é um direito que assegura a uma comunidade a posse de bens ou terras. Se diferencia da propriedade pública pois não pertence a um único indivíduo e sim a uma comunidade”. Os bens de propriedade comum possuem algumas características específicas apontadas por Varela (2001), que são “não excludentes, isto é, estão disponíveis para todos os indivíduos, inclusive os que não pagaram por eles, e não rivais, o que significa que o uso desses bens por um indivíduo não afeta a sua disponibilidade para os outros indivíduos”.

Objetivando a organização social do trabalho no seio de uma comunidade tradicional ribeirinha, a que se propõe este estudo, é importante destacar conforme afirma Rapozo (2010), que os espaços de uso comum são “ elementos constitutivos da realidade social local quanto ao uso dos recursos de forma delimitada e socialmente controlada ”. A utilização dos recursos naturais pelas comunidades ribeirinhas na Amazônia se dá de acordo com os conhecimentos tradicionais (etnoconhecimento), que de certa forma lhes atribui uma identidade, uma vez que esses grupos tem uma forma racional de utilização dos espaços de uso comum, que correspondem ao seu modo de vida cotidiano.

Para os grupos sociais rurais em áreas de várzea da Amazônia brasileira, a racionalidade no uso dos recursos permeia a utilização dos espaços, territórios e lugares de vida, compreendido através dos saberes locais. Esta dimensão conflui para a predisposição das atividades produtivas em seu mundo compartilhado, nas relações sociais e na reprodução material e simbólica dos seus meios de vida. (RAPOZO, 2010, p.22).

As comunidades ribeirinhas locais realizam suas atividades baseadas em seu conhecimento empírico. Esse conhecimento é tido como “tradicional” porque se baseia, sobretudo, na cultura da região. Esses saberes são transmitidos de forma oral de pais para filhos, o que estabelece a continuidade e (re) significação dos processos de trabalho no meio

rural. Embora esses agricultores vivam em comunidades tradicionais e geralmente não dominem os saberes sistematizados em ambiente escolar através da educação formal, afirma Fraxe et. al. (2007, p.92.), citando Elisabetsky (2002), que estes “são tão perspicazes como alguns cientistas”. O fato de não possuírem o conhecimento formal não significa afirmar que os mesmos sejam desprovidos de conhecimento, o que em última instância os permite uma abordagem holística sistêmica e integrada a respeito das diversas formas de apropriação comum dos bens naturais coletivamente manejados através de seus saberes.

Para o camponês amazônico, conforme afirma Witkoski (2007) “a terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio”. As famílias que vivem do trabalho nessas terras, apesar dos desafios cotidianos, reconhecem a importância da cheia para fertilizar o solo e da seca que propicia condições para que a terra seja fecundada.

O campo é para o camponês¹⁰ um meio de vida, os rios são para os ribeirinhos sua forma de viver, ambos pelo trabalho na terra, mas com diferentes significados. O trabalho na terra é conhecido como “roçado”, os ribeirinhos cultivam as vastas áreas da floresta tropical, sem, contudo, depreda-la. A economia baseada na agricultura é feita de forma sustentável, não especializada, mas diversificada. Enquanto não chega a época da colheita dessas culturas, é da agricultura familiar por meio do plantio de algumas frutas e hortaliças no terreno ao redor da casa que as famílias garantem seu sustento. Este trabalho, na maioria das vezes, é feito pelas mulheres enquanto os homens se ocupam de outras atividades como a pesca e o escoamento do produto resultante do trabalho familiar e da diversificação marcada pelo gênero em face da divisão do trabalho.

O sítio¹¹ é o espaço de terra destinado às famílias, é o local onde está à residência da família e onde se pratica a agricultura familiar. Diferente do roçado que basicamente se encontra em um local mais afastado, no sítio o cultivo é feito o ano inteiro e corresponde a base econômica responsável pela alimentação da família. A diversificação do plantio de legumes, hortaliças e árvores frutíferas garantem a colheita de frutas durante todo o ano. Gawora (2003, p.59), citando Noda (1994) destaca as árvores e arbustos frequentemente encontrados nos sítios das populações ribeirinhas:

¹⁰ A terminologia campesinato aqui é empregada como uma categoria de análise sócioantropológica expressa a partir de literaturas clássicas consolidadas segundo Abromovay (1992), como por exemplo em Wolf (1970), Mendras (1973), Queiroz (1979), Chayanov (1974) e Shanin (1980).

¹¹ Para Gawora (2003), “o nome sítio é, na Amazônia, de uso geral. Ao seu lado há tanto na literatura regional como na local, também outras denominações como: pomar caseiro, quintal, horta caseira...” (p.58).

“Arvores e arbustos frequentemente encontrados são: cupuaçu, cacau, pupunha, biribá, açaí, jambo, mangueira, abacateiro, café, banana, caju, castanha-do-pará, frutas cítricas em geral, jaca, goiaba, graviola, guaraná, ingá, mamão, umari, seringueira e urucu” (NODA/NODA, 1994, p.141).

A agricultura familiar praticada na localidade da Costa do Juçara, bem como em diversos outros lugares da nossa região, é um exemplo de resistência e um desafio à cultura do agronegócio, uma alternativa de fugir da marginalidade a qual o sistema econômico capitalista orientado a aumentar as exportações relegou os pequenos agricultores. O agricultor local aprendeu a usar os recursos disponíveis na natureza para desenvolver seu trabalho, o tempo de sua produção obedece aos ciclos naturais dos ecossistemas amazônicos.

De acordo com Almeida e Mafra (2014), recursos naturais são elementos da natureza que são úteis ao homem no processo de desenvolvimento da civilização, sobrevivência e conforto da sociedade em geral. Estes podem ser renováveis (energia do sol e o vento) e não renováveis (petróleo e minérios em geral), em uma classificação mais recente sob o enfoque da Economia ecológica¹², a água e as florestas estão sendo considerados limitados, e, portanto, considerados, potencialmente renováveis¹³ se pensados à luz de um planejamento estratégico quanto à aplicação de tecnologia para tratamento e recuperação dos recursos naturais já comprometidos pelo uso não sustentável.

Os recursos naturais são componentes, materiais ou não da paisagem geográfica, e que ainda não tenham sofrido importantes transformações pelo trabalho humano e cuja própria gênese é independente do Homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. Portanto, só podem ser compreendidos a partir da relação homem-natureza. (ALMEIDA e MAFRA, 2014, p.30).

Portanto a abordagem agroecológica, oferece subsídios para uma melhor compreensão acerca da complexidade da vida e do trabalho no meio rural, onde esses atores sociais (os agricultores ribeirinhos) possam contribuir nesse processo de transição, de quebra do paradigma da agricultura convencional para uma agricultura ecológica (sustentável). Como afirma Altieri (2006), o enfoque deve ser de baixo para cima, “devem ser tomadas com muita

¹² A preocupação ambiental trouxe, na década de 1970, um novo termo: o ecodesenvolvimento, que criticava a visão econômica e o desenvolvimento que resultaram no agravamento das condições ambientais. A partir de então, surgiu a Economia Ecológica, semeada por Nicolas Georgescu-Roegen, que objetivava criticar a ideia de problema ambiental como externalidade. Com enfoque ecológico, essa vertente reconhece a impossibilidade de resumir a problemática ambiental e a necessidade e promover o meio ambiente. (ALMEIDA e MAFRA, 2014, p.24).

¹³ Esta classificação surgiu pela primeira vez na década de 1970, por E.F. Schumacher, em seu livro intitulado *Small is Beautiful: a study of economics as if people mattered*.

seriedade as necessidades, aspirações e circunstâncias particulares dos agricultores, e intervir através do uso de métodos participativos. ”

Neste sentido convém destacar que o agronegócio como uma extensão da lógica capitalista no campo acaba por excluir de certa forma os pequenos camponeses e/ou agricultores familiares de forma geral “... baseado na concentração da propriedade e da renda tem sido socialmente excludente, destruidor do meio ambiente e gerador de dependência econômica perante grandes capitais transnacionais.” (SILLIPRANDI, 2015, p. 293).

Os saberes locais, entendidos aqui a partir da categoria de etnoconhecimento podem ser compreendidos como uma das bases de sustentação da vida comunitária amazônica, marcada sobretudo pelo fato de que nela pouco importam relações que se estabeleçam a partir de uma lógica mercadológica da utilização dos recursos naturais para o desenvolvimento da região”. A conservação da floresta e a utilização racional de seus ecossistemas, na visão homogeneizadora acerca da pequena produção rural, colocam o agricultor ribeirinho em uma relação de pouco eficientes e, portanto, os deixam à margem de qualquer perspectiva de contribuição para o desenvolvimento de seu trabalho na agricultura familiar.

Como afirma Hurtienne (1999) “ Os enfoques dominantes da modernização agrária acusaram os camponeses de serem agricultores itinerantes pouco eficientes e com um grande impacto destrutivo sobre os ecossistemas primários”, portanto, essa visão dominante acerca da modernização dos processos produtivos e de cunho econômico quanto a utilização dos recursos da região amazônica para o desenvolvimento do país, sobretudo sobre a capacidade de geração de energia, condicionante do sistema produtivo, não coloca o agricultor ribeirinho como parte integrante desse ecossistema.

Conforme afirma Witkoski (2007, p.191), a terra utilizada para o desenvolvimento do trabalho na agricultura nunca se apresenta como mercadorias para esses trabalhadores rurais, como algo para se fazer negócios, mas como a terra a qual os mesmos têm por destino nela trabalhar. “ A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria as condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de sua unidade de produção. ”.

A agricultura familiar é, portanto, o principal meio encontrado pelas famílias para garantir sua alimentação diária. Para Tinoco (2006), o conceito de agricultura familiar no caso brasileiro, nas definições adotadas em trabalhos recentes acerca do tema, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade e na renda gerada pela atividade agrícola (TINOCO, 2006, p.03). Em se tratando dos princípios da agroecologia, enquanto ciência que

estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis, Caporal (2004) destaca a distinção entre os termos “ agriculturas de base ecológica” e “ agriculturas alternativas”.

(...) se pretende marcar a distinção entre agriculturas de base ecológica, baseadas nos princípios da Agroecologia, daqueles estilos de agricultura alternativa que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação de práticas, técnicas e /ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançarão mão das orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico. (CAPORAL, 2004, p.8).

A agricultura familiar está ligada à agroecologia, um tema que tem ganhado bastante destaque no meio acadêmico e no cotidiano rural. Está ligado ao espaço criado pelos trabalhos de homens e mulheres no cultivo de frutas, hortaliças, e criação de animais em pequeno porte. De acordo com Cardoso (2010, p.26), a diversidade agrícola, a que pressupõe o termo “agrobiodiversidade” foi elaborado em 1990 pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), e é definida como:

Um termo amplo que inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação, e todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: as variedades e a variabilidade de animais, plantas e microorganismos, nos níveis genéticos, de espécies e ecossistemas, os quais são necessários para sustentar funções chaves dos agroecossistemas, suas estruturas e processos (CDB, 2000).

A prática do extrativismo vegetal e animal é comum nas comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia, ao longo do tempo, a agricultura tradicional desses ecossistemas é baseada em sistemas agroflorestais¹⁴, além do cultivo, a caça e a pesca em baixa escala, não representam ameaças para os bens naturais utilizados coletivamente de forma comunitária. É o caso da extração da castanha, do açaí, do cupuaçu e do guaraná, da fabricação da farinha de mandioca, como também da comercialização do pescado pelos comunitários.

O manejo sustentável do extrativismo e da manutenção dos sistemas agroflorestais, característicos da região amazônica só é possível pela associação dessas duas atividades sob o enfoque agroecológico. Como destaca Witkoski (2007):

Supondo essa compreensão, podemos asseverar que o manejo sustentado da terra, floresta e água envolve a integração entre cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo vegetal (manuseio da floresta de várzea e de terra firme) e extrativismo animal (caça e pesca), com o objetivo de obter incrementos na produtividade. Além

¹⁴ Sistema baseado na reconstituição de um sistema complexo, que se assemelha a uma floresta original. BAHRI, 2000, p.168.

disso, este manejo deve estar em equilíbrio com o meio ambiente, ser aceitos pelos agentes sociais envolvidos na produção e, implica também produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental. (WITKOSKI, 2007, p.202).

Um outro fator que merece destaque é a falsa ideia de desenvolvimento sustentável moldada pelo discurso colonizador dominante, como afirma Leff (2001) “ o discurso do desenvolvimento sustentável vai engolindo o ambiente como conceito que orienta a construção de uma nova racionalidade social”. A estratégia do discurso capitalista converteu à sua lógica, o sentido crítico do conceito de ambiente às políticas neoliberais de crescimento econômico.

A ideia da Amazônia como depositária de uma grande quantidade de matéria-prima a ser explorada, difundida desde a época da colonização, atrai olhares e especulações do mundo todo. De acordo com Witkoski (2007), nas últimas décadas a Amazônia tem sido bandeira de muitas invocações ideológicas, sendo reconhecida como a última reserva mundial de energia ou como enorme depósito de biomassa a ser explorada. Tais constatações contribuem para a disseminação de uma falsa ideia de sustentabilidade econômica que coloca em risco a manutenção dos ecossistemas locais e a conservação de áreas degradadas pela exploração ilegal dos recursos da floresta.

O trabalho desenvolvido pelo agricultor ribeirinho é, portanto, uma forma de resistência a esse olhar devastador dos mecanismos do livre mercado, pautados em políticas neoliberais que buscam agregar valor de capital à natureza e a cultura, subjugando os atores sociais que compõem os ecossistemas locais.

Conforme afirma Witkoski (2007):

A favor do fato de a Amazônia ser pensada como um grande banco genético, portadora de incalculável biodiversidade animal e vegetal, são alegados em seu benefício cuidados especiais e intervenções externas, de índole internacionalizante: é a subsistência da Gaia (como grande organismo vivo), o único com direitos soberanos, que está em risco. Se a Amazônia Morrer, o planeta Terra perece. Nessa concepção de Amazônia, como natureza que não deve ser tocada, o homem comparece como um mero acidente histórico na sua formação. Na equação pessimista de James Lovelock, o ser humano é um detalhe insignificante, uma *pulga inteligente*, predador e irresponsável. Nessa visão de Amazônia, não cabe a diversidade humana. O homem deve ser arrancado para transformar a Amazônia em *santuário da biodiversidade*. (WITKOSKI, 2007, p.24).

Essas perspectivas hegemônicas podem ser percebidas nos primórdios da ciência moderna, nos registros dos naturalistas Charles-Marie de La Comdamine e Alexander von Humboldt sobre as populações indígenas e os ecossistemas existentes na região amazônica,

cheios de incorreções e preconceitos, pois foram feitas sob a ótica da visão homogeneizadora do colonizador.

Essa desconexão do homem amazônico e seus saberes tradicionais (etnoconhecimento) com a ideia geral acerca da região amazônica, proposta pelo pensamento hegemônico, contribui para que esse conhecimento continue sendo invisibilizado e que questões que tratem de uma perspectiva de desenvolvimento agrícola para essa região, continuem sendo pensadas de fora para dentro e não de baixo para cima como propõem Altieri (2006).

O Etnoconhecimento dessas populações tradicionais, conforme afirma Fraxe (2007), representa a cultura imaterial ribeirinha, a forma como esses atores sociais constroem sua relação com o meio, de forma que não se pode pensar outro tipo de vivência que não seja baseada nessa profunda conexão com a natureza.

O trabalho e o cuidado das mulheres agricultoras, no cultivo das ervas e plantas, usadas para a cura de algumas doenças é exemplo de saber tradicional voltado ao cuidado da saúde. Esse conhecimento é passado de uma geração para outra e tem sido de grande valor para essas populações tradicionais que vivem nas regiões mais afastadas da sede do município e que, portanto, estão desassistidas dos atendimentos básicos de saúde.

O etnoconhecimento está presente em todas as etapas da vida do agricultor ribeirinho, seja nas formas e relações de trabalho, como na religiosidade e na vida em comunidade. Campos (2015) comenta sobre a forma como os povos da Amazônia confeccionam sua canoa, principal transporte e instrumento de trabalho (para a caça e pesca), o tipo de madeira mais adequada, as formas e tamanhos, tudo com grande precisão e conhecimento, assim como o remo e os demais utensílios e instrumentos usados no trabalho na agricultura e/ou no extrativismo.

Como é característico da vida comunitária rural, os mais jovens acompanham e observam atentamente essas etapas, dessa forma, a técnica é repassada de pai para o filho. Assim como o trabalho das parteiras, coletoras e rezadeiras também são passadas para as mulheres mais jovens (geralmente alguém da mesma família), para que a comunidade não fique desprovida dessa assistência necessária. Portanto esse conhecimento tradicional mostra-se fundamental e necessário para se pensar o desenvolvimento no meio rural. Como destaca Witkosky (2007):

(...). Subjacente a essa concepção de desenvolvimento, que confronta com a visão de desenvolvimento da sociedade que envolve a vida dos camponeses amazônicos varzeanos, revela-se o mérito do conhecimento tradicional na descoberta das riquezas da Amazônia, econômica, cultural e ecológica. A tese fundamental é de que os “povos tradicionais”, índios, seringueiros, quilombolas, ribeirinhos, caboclos/ribeirinhos (sociologicamente, camponeses amazônicos) etc, possuem vasta experiência na utilização e conservação da biodiversidade e da ecologia dos ambientes terras,

florestas e águas onde trabalham e vivem, ainda que esses ambientes venham sendo destruídos, em parte, pela falta de re(conhecimento) do potencial econômico das espécies nativas de remédios, alimentos, fertilizantes naturais, etc. (WITKOSKY,2007,p.28).

É no espaço comum chamado comunidade que o etnoconhecimento é mostrado nas diversas figurações (material e imaterial) nas relações sociais e na percepção de homens e mulheres que com seu trabalho com a terra, demonstram um modo de vida particular, característico da vida no meio rural amazônico, construindo redes invisíveis de interdependência. Neste sentido, pensar esse espaço é compreendê-lo em toda sua complexidade de significados e como afirma Rapozo (2010):

Pensar a denominação comunidade como objeto de reflexão é tratarmos para além de uma compreensão da autodenominação afirmativa que muitas vezes os sujeitos envolvidos acabam tomando, é compreendê-la enquanto categoria sociológica de constituição das relações sociais estabelecidas no processo de construção e demarcação das fronteiras societárias, enquanto conjunto de pessoas que vivem em certa faixa de tempo e espaço, seguindo normas comuns, e que são unidas pelo sentimento de consciência do grupo, enquanto corpo social, caracterizado pelo modo de vida baseado em normas comuns. (RAPOZO, 2010, p.33).

Cardoso (2010), afirma que “o termo comunidade foi incorporado de fora pelo Estado e é utilizado localmente para designar uma unidade sociopolítica, com territorialidade definida através de formas tradicionais de ocupação e gestão do território.” (p.51). Nesse caso, o termo comunidade é relativo a uma organização de pessoas em sociedade, ou seja, um coletivo social. Vejamos o que Carvalho (2002) nos fala sobre as origens históricas do termo comunidade:

Um breve exame sobre as origens históricas sobre o termo comunidade, remete às concepções gregas sobre a cidade. Nos séculos VI e VII A.C., os gregos já concebiam a *pólis* como uma comunidade, ou seja, como um âmbito de encontro interpessoal, dos diálogos e das celebrações. A *pólis* não reunia pessoas apenas pelo nascimento ou hábitos, mas principalmente pelo anseio comum por uma vida melhor. [...]. Diversos elementos valorizados na *pólis*, como a identidade pessoal e o interesse coletivo, podem ser encontrados ainda hoje nas definições mais recentes de comunidades. (CARVALHO, 2002, p.79).

Nesse aspecto, a comunidade assume certa “identidade” coletiva das pessoas que dela fazem parte e onde compartilham interações sociais de solidariedade e laços de afetividade. Bauman (2003) afirma que “(...) Ela sugere uma coisa boa: o que quer que “comunidade” signifique, é bom “ter uma comunidade”, “estar numa comunidade” (BAUMAN, 2003, p.7). Os tipos de sociedades podem ser más, já a comunidade é sempre um lugar bom e seguro. Para Bauman, as palavras trazem consigo uma carga de significados, é o que acontecem com a

palavra comunidade que sinaliza algo bom e prazeroso, no entanto, na realidade requer abrir mão de aspectos de sua individualidade e/ou liberdade para ser aceito ou pertencer a uma comunidade.

Pra começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sobre o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual nos esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar_ estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós (BAUMAN, 2003, p.8).

Observa-se o destaque dado por Bauman acerca da subjetividade conferida ao termo “comunidade”, um lugar idealizado por todos. “ (...) Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade”, ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. (BAUMAN,2003, p.10). Geralmente, as comunidades nascem de agrupamentos de pequenas propriedades e se distribuem em grupos entre 20 a 40 famílias que se organizam através do trabalho coletivo e ali se estabelecem, como afirma Fraxe (2007), “ (...). Estas comunidades podem ter origem a partir da propriedade de um ou mais núcleos familiares cuja descendência permaneceu no local, formando novas famílias e dividindo as propriedades originais”. Como é o caso da Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, foco desta pesquisa.

Em consonância com o que diz Bauman (2003), a vida em comunidade, assim como em qualquer sociedade requer obediência regras, mesmo as comunidades tradicionais ribeirinhas. Vejamos o que afirma seu D. L. B., 66 anos, agricultor e líder da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara:

[...] aqui na comunidade a gente obedece a regras, todos os moradores, seja associado ou não deve seguir aquilo que foi acordado por todos, se não vai embora. Nós reunimos com todos os moradores e assinaram um documento com as normas que todo mundo aceitou então quando uma deixa de cumprir, tá fazendo coisa errada, eles vem comigo e diz olha tem que chamar fulano porque tá fazendo coisa errada. Então todo mundo da comunidade goza dos benefícios dela né, mas precisa seguir as normas, porque não pode prejudicar o outro. (D. L. B., 66 anos, agricultor e presidente da Aproducida, entrevista, 2018).

Podemos perceber na fala do agricultor, as relações sociais de poder, resultantes da obediência à normas de conduta aceitas pelo coletivo (os comunitários), que determinam o

pertencimento aquele grupo e a ordem societal pela qual todos colaboram e reafirmam por meio de suas percepções da vida em comunidade.

O poder está presente nas relações sociais que se estabelece da vida em sociedade (tanto urbanas quanto rurais), o filósofo francês Michel Foucault (1979), pensou essas relações de poder de ordem coletivas, fora das atribuições do Estado, enquanto ente político, social e econômico do sistema vigente, mas no seio da sociedade, vinculado ao Estado, mas que atravessa toda estrutura social no sentido mais complexo e diversificado dos mais variados grupos sociais existentes. Para Foucault (1979, p.182), o poder é uma prática social construída historicamente. Dessa forma, o autor não nega o poder nem a importância do Estado, mas relaciona a microfísica do poder em suas ramificações. “(...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam”.

Portanto, as comunidades tradicionais ribeirinhas enquanto organizações sociais adotam normas de conduta para a vida em comunidade, que se estendem ao trabalho com a terra, seja na agricultura, no extrativismo na floresta, seja nas águas, como na pesca e em outras formas de subsistência proveniente dos recursos naturais disponíveis em seus ecossistemas. Diegues (1996) afirma que a principal característica na definição de comunidades tradicionais, é a existência de formas diversificadas de manejo dos recursos naturais, respeitando seus ciclos. Essas formas de utilização desses recursos se mostram como uma alternativa viável economicamente e, sobretudo faz dessas comunidades tradicionais, detentoras de conhecimentos herdados pelos comunitários de seus antepassados.

Dessa forma, corroborando com Cardoso (2010), e Carvalho (2002), a ideia de comunidade para as populações tradicionais está além dos limites físicos e geográficos está intrinsecamente ligada à ancestralidade dos moradores autóctones e provém dos laços de parentesco, da cultura e tradições locais. As comunidades tradicionais, especificamente, as de agricultores ribeirinhos, a qual trata essa pesquisa, sobrevivem dos recursos naturais existentes na comunidade, no cultivo de frutas e hortaliças através da agricultura familiar, no extrativismo de produtos da floresta, na caça e na pesca, para a comercialização. Dessas atividades depende a manutenção do seu modo de vida rural e o desenvolvimento comunitário.

Esse reconhecimento sobre a vida comunitária coletiva, se dá por meio da percepção que os mesmos possuem acerca da vida em comunidades no meio rural, as formas de organização do trabalho (utensílios e divisão do trabalho), na agricultura familiar, no extrativismo (na floresta, nas águas), dos significados dos lugares de memória, da religiosidade, das crenças, festas comunitárias, da contemplação da natureza, etc . O saber popular enquanto forma de conhecimento, pressupõe a valorização das percepções desses

atores sociais, agregando uma dimensão ecológica aos estudos convencionais sobre as mudanças no mundo rural, os “espaços socioculturais de exploração agroecológica”, a propriedade e os diversos estilos do manejo dos recursos naturais disponíveis (Sevilla Guzmán, 2001, p.3), se manifestam na simplicidade e na firmeza no olhar de quem vê na floresta “o trabalho de uma vida inteira ” como afirma F. B. M., agricultora de 56 anos:

(...) eu desde criança que aprendi com minha mãe a lidar com a terra, a plantar as verduras, a cebolinha, o cheiro verde, a couve, fazia o canteiro suspenso porque lá mais embaixo onde a gente morava alagava quase todo ano. Mas eu e meus irmãos ia pra roça com eles a gente ajudava a alimpar bem o terreno pra depois misturar os estrume ne, adubava bem porque eu lembro que minha vó dizia que a terra só não era boa tinha que fazer os adubo, ela criava galinha, e lá no campo o vizinho tinha uns gado ae a gente ia juntar aquilo pra misturar bem botar no sol, misturar com paú pra adubar o terreno pra gente plantar. No galinheiro a mamãe varria bem e juntava o cocó das galinha também pra fazer o adubo. E a gente também tirava a castanha quando tava, no tempo agente tinha um castanhal. Então é assim, a nossa vida mesmo é cuidar desse lugar aqui né, daqui a gente tira nossos sustento, da nossa família, nossa vida é tudo isso aqui. (F.B.M.,56 anos, agricultora, entrevista, 20018).

Percebe-se na fala da agricultora, a sua percepção cotidiana da vida em comunidade, a importância de cada etapa de sua vida sempre agregada ao trabalho na terra por meio da agricultura familiar. As formas de interpretação do mundo para os agricultores ribeirinhos estão associadas ao meio natural onde vivem e de onde provém o sustento de suas famílias. “ A nossa vida é a nossa comunidade, nosso trabalho na associação, cultivando nossas verduras, fazendo nossas reunião todo mês, o mutirão quando precisa, rezando ali na igreja, fazendo nossas festa quando tem, assim é nossa vida e assim nós é feliz” (I. F.L., agricultora, 55 anos, entrevista, 2018).

O respeito mútuo no trabalho e na vida comunitária, do homem com o meio ambiente é uma característica marcante acerca da percepção da vida material e simbólica das comunidades tradicionais ribeirinhas na Amazônia.

“(.) aqui tem terra pra todo mundo trabalhar, ninguém mexe no que não é seu, aqui a gente sabe cuidar um do outro, se ajuda porque nos quer ver todo mundo bem, trabalhando e tendo com que alimentar suas família ” (L. L. B., 69 anos, agricultor e líder comunitário, entrevista, 20018).

Como afirma Sevilla Guzmán (2001), um desenvolvimento rural equilibrado, precisa de agriculturas de base familiares com sustentabilidade e garantia de segurança alimentar. Assim é a percepção de como é a vida em comunidade na área rural, para os agricultores e agricultoras da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara.

1.2 O processo sociohistórico de formação da comunidade Nossa Senhora Aparecida



Figura 3: Vista aérea da comunidade Nossa Senhora Aparecida

Fonte: IBGE/COARI, 2018.

De acordo com dados da secretaria municipal de agroecologia, Coari possui 224 comunidades ribeirinhas localizadas no rio Solimões e dos diversos lagos existentes no município, os principais são: lago do Mamiá, lago de Coari, Coari grande, rio Urucu, rio Copeá rio Piorini, rio Ipixuna e Carapanatuba. o lócus de nossa pesquisa é a comunidade nossa senhora aparecida, localizada num lugar conhecido como costa do juçara, uma ilha composta por 09 comunidades de várzea (nossa senhora aparecida, Nossa Senhora de Fátima, Santa Maria, Divino Espírito Santo, Menino Deus, Nossa Senhora do Livramento, São Francisco da Costa do Juçara, Cristo Redentor e Ananidé), localizada à margem esquerda do rio Solimões há aproximadamente 7,06 km da sede do município de Coari, composta por 22 famílias (IBGE,2010).

A comunidade Nossa Senhora Aparecida foi fundada pelos irmãos D. L. B., agricultor de 66 anos, líder comunitário e presidente da associação de agricultores e L. L. B., de 69 anos, segundo relata seu D. L.B:

A comunidade só tinha mais ou menos uns seis moradores entendeu, ae eu cheguei que eu tava pra Tabatinga ae eu não tava bacana lá e minha mae mandou me chamar, que eu embarcasse em qualquer um recreio desse e viesse embora que quando chegasse aqui ela pagava. Quando eu cheguei era o Lúcio que tava lá ne, porque ele era o cabeça lá da Nossa Senhora de Fátima, ae ele disse mano é o seguinte, bora montar uma comunidade aqui? Eu digo mano eu não tenho nenhum palmo de terra

não, eu to vindo. Ele disse não, eu tenho um terreno ae é grande, vamo logo montar uma comunidade que é pra gente aparecer. Só que ele não tinha o conhecimento que eu tinha porque eu já tinha morado dezoito anos aqui ne, então eu conhecia prefeito eu conhecia tudo. Ele disse tu não garante ir lá com Roberval (prefeito da época) pra ver se ele não ajeita uma escola pra nós, uma rede elétrica, ae eu vim cheguei ae e foi na hora Roberval arrumou tudo isso. Ele fez assim, disse rapaz faz o seguinte, vocês tiram a madeira ae eu dou a manutenção pra fazer, a pintura, só quero que vocês tirem a madeira lá, ae nós tinha madeira mesmo, nesse tempo ainda tinha muita madeira lá. Nós tiramos toda a madeira da casa e ele pagou pra nós mesmo fazer, nós mesmo fizemos a escola, ae ele deu a cobertura ne e fez uma rede elétrica pra nós , quando ele fez a rede elétrica a escola já ficou funcionando, o José Lima foi o primeiro professor de lá, foi indo, foi indo...ae nós fizemos a igreja... (D. L. B., 66 anos, agricultor e presidente da Associação de agricultores, entrevista, 2018).

Segundo relatos de D.L. B, a comunidade surgiu então no ano de 1995 com 14 (quatorze) famílias. Mas tarde no ano de 2009, eles resolveram fundar a Associação de agricultores_APRODUCIDA (Associação de agricultores da comunidade Nossa Senhora Aparecida), na época foi preciso registrar marido e esposa como associados para conseguir o número mínimo para criar a associação que iria trabalhar de forma cooperativada, conforme exige a Lei do Cooperativismo (Lei n 5764/71), o mínimo de vinte cooperados. Atualmente vivem e trabalham na comunidade 22 (vinte e duas) famílias, a maioria tem grau de parentesco, todos sobrevivem da agricultura familiar e do trabalho em associativismo, quem não é sócio trabalha para algum sócio e ganha pelo seu trabalho. A seguir temos o mapa da comunidade construído junto com os comunitários, registrando os lugares de memória, de importância social, mística e religiosa.



Figura 4: Mapa Social da Comunidade Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Pesquisa de campo/2018.

No mapa estão as benfeitorias construídas com o passar dos anos de trabalho na terra e que conforme relatou os agricultores e agricultoras da comunidade, corresponde a sua identificação enquanto comunidade. Esse reconhecimento para eles é de fundamental importância, representa uma grande conquista.

Em março de 2011, os agricultores receberam capacitação técnica e recursos de projetos apresentados à Petrobras, que possibilitou a construção das casas de vegetação das hortaliças (chamadas pelos agricultores de “casas de plantio”), atualmente a comunidade possui 31 casas de vegetação, que passou a ser a principal fonte de geração de renda dos comunitários, com a possibilidade de ampliar a produção e então fornecer hortaliças e poupas de frutas para a merenda escolar no município.

De acordo com L. L. B. (conhecido pelos comunitários por “Seu Moura”, e faz questão de identificar pelo apelido), agricultor de 69 anos, o trabalho na agricultura familiar tem garantido a sobrevivência e a permanência dos moradores na comunidade, sem precisar ter que mudar para a cidade em busca de emprego. Na organização do trabalho, apesar das

mulheres não ocuparem cargos administrativos na associação, são elas que cuidam diariamente do plantio e limpeza dos canteiros. Dividem-se entre o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e o trabalho na roça.

O modo de vida na comunidade é simples, “é como se fossemos uma grande família”, afirma seu D.L.B, ao explicar que todos são comprometidos com o bem-estar dos que vivem na comunidade, por isso, criaram de comum acordo normas para sempre cumpridas e respeitadas, todos se ajudam e convivem numa relação de “compadrio”¹⁵, típico das sociedades ribeirinhas. Assim como as demais comunidades rurais do município de Coari, Nossa Senhora Aparecida também necessita de transporte de catraias para os alunos que moram na comunidade.

Catraia é a denominação dada às canoas, ou pequenos barcos (geralmente de madeira) que prestam serviço de transporte fluvial para a prefeitura do município. A escola Municipal Roberval Rodrigues (escola da comunidade Nossa Senhora Aparecida), atualmente está desativada devido ter pouca quantidade de alunos, apenas 15 alunos da comunidade estão cursando o Ensino Fundamental e foram nucleados na Escola Municipal Raimundo Moreira na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, distante a 3,11km que atende 126 alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. O Município de Coari possui um total de 113 escolas rurais, segundo dados de 2018 da Secretaria Municipal de Educação.

¹⁵ A relação de compadrio faz referência às relações sociais que os agricultores ribeirinhos mantêm com os vizinhos, ou seja, com os que não possuem relação de parentesco.



Figura 5: Distância entre a comunidade ns de Fátima região da ilha do Juçara/Coari/AM
Fonte: www.earth.google.com /Disponível em Portal Coari.com.

As relações construídas no meio rural possuem uma sociabilidade específica, são pautadas na afetividade e reciprocidade, um exemplo é o puxirum ou ajuri como costumam chamar a união dos comunitários para “ajudar” um vizinho no preparo de uma roça ou mesmo para algum trabalho em benefício da comunidade. Como nos explica J. C. da S., agricultora de 63 anos:

[...] .. a gente trabalha é tudo família né, por exemplo, faz um ajuri pra fazer a roça do fulano, se junta todo mundo e nesses dois dias é só trabalho na roça dele, ae depois quando precisar o fulano mais a família dele e os outros também já se juntam pra fazer a roça do outro e assim a gente vai levando ne, ...vai trabalhando sempre se ajudando e pega [...] .. porque também a gente não tem assim dinheiro pra pagar os outros pra trabalhar é nós mesmo que se junta e faz nossa roça, faz a coivara e tudo. (J.C.S, 63anos, agricultora entrevista, 2018).

O cuidado com a terra é a forma de saber tradicional mais comum e perceptível no meio rural, tanto os agricultores da várzea quanto os da terra firme praticam o pousio, deixam a terra descansar por um período de um a dois anos para que a mesma recupere seus nutrientes.

[...] a gente roça, toca fogo ne, pra coivarar, deixa o fogo apagar, passa assim uns três dias, você planta, depois da colha, planta mais um ano daí já deixa descansar e vai fazer outro roçado, porque senão já não brota né...então depois que os homens coivara tudo ae nós vem atrás alimpando tudo pra já ir plantando, até as crianças vai, só as pequenas mesmo que fica em casa. (J. C. S, 63 anos, agricultora, entrevista, 2018).

A técnica de pousio ou de “descanso da terra” como é conhecida pelos agricultores da várzea, é uma das muitas formas de conhecimento tradicional praticada pelas comunidades ribeirinhas, dessa forma, eles garantem a manutenção da terra e a fertilidade do solo. De acordo com NODA. et. al. (2007) “ a técnica de Pousio se dá para formação de capoeiras e caracteriza-se pela ocorrência de heterogeneidade, estratificação e organização das comunidades florísticas para a manutenção da vida” (p.35). O Etnoconhecimento aliado às relações de interação social de proximidade e parentesco faz da organização social do trabalho no meio rural uma forma singular que reúne características individuais e coletivas simultaneamente. A subjetividade contida nas afirmações de pertencimento e do cuidado com a terra e com o outro, é uma das principais características que diferencia o tipo de economia e de organização social do trabalho na comunidade.

Os mutirões e ajuris realizados representa mais que a solidariedade na execução do trabalho entre vizinhos, é um espaço de entretenimento e diálogo, e perpetuidade da transmissão de saberes, como nos comenta Dona J. C. da S., 63 anos, agricultora:

[...] .. Ha mais é muito animado quando a gente faz um mutirão na comunidade é todo mundo alegre, todo mundo brinca... mas trabalhando ne.. é uma hora de brincadeira também, de conversar também , porque as vezes a gente sai do sitio ne pra ir pra roça, lá em casa por exemplo vai eu mais minha menina , daí é só mermo pra trabalhar capinar mermo, juntar algumas frutas do chão termina nós vem embora. Agora no mutirão não vixi , todo mundo bota a conversa em dia, dois ou três sai pra pescar pra gente comer ne, porque é pra todo mundo, todo mundo almoça junto e fica junto até terminar o trabalho. J.C.S., 63 anos, entrevista, 2018).

Boa parte da produção agrícola e da criação de animais é para o próprio consumo. As famílias da comunidade também costumam dar ou trocar parte da produção entre elas. O excedente é vendido diretamente na feira do produtor rural na sede do município e também para cooperativa da comunidade.



Figura 6: Criação de galinha caipira

Fonte: Pesquisa de Campo/2018.

A prática de fazer o roçado é a forma de trabalho no meio rural, na agricultura familiar praticada pelos ribeirinhos, um trabalho desenvolvido de forma coletiva e solidária. Cardoso (2010), citando ALCORN (1989) nos dá uma caracterização do que é o espaço da roça “ As roças podem ser entendidas em termos de sistemas ecológicos ou agroecossistemas ou como um *continuum* entre as unidades agrícolas e os ecossistemas florestais ” (CARDOSO, 2010, p.25).

A complexa e dinâmica organização no mundo do trabalho nas comunidades locais se explica em muitos momentos pelos aspectos socioculturais mediados pelas representações simbólicas do que significar trabalhar e viver coletivamente. Os saberes nos processos de trabalho destacam-se como elementos que possibilitam uma apropriação social da natureza, está representado pelas inúmeras formas de conhecimentos locais que possibilitam a perpetuidade de um modo de vida dito tradicional e reproduzido em diversas dimensões no cotidiano rural de homens e mulheres nas várzeas do rio Solimões.

Trabalhar com a agroecologia não é tarefa difícil para o agricultor varzeano, a não obrigatoriedade de produção em larga escala e o difícil acesso aos pesticidas e/ou agrotóxicos geralmente comprados na sede do município, faz com que essas populações tradicionais lancem mão unicamente de seus próprios métodos para o controle de pragas nas roças e no tratamento do solo. São utilizados para “adubação do solo” técnicas de compostagem com fezes de animais como: gado e aves, material orgânico e as próprias folhas que caem das árvores, uma vez que no sistema agroecológico, adotado pela comunidade, as plantações são

consorciadas. A. A. da C., 46 anos, técnico agropecuário que acompanha a comunidade desde 2012, explica como é feita a reposição dos nutrientes do solo para os cultivos:

O solo aqui da região é muito ácido, carente de nutrientes, por isso é necessário o uso do NPK (nitrogênio, fósforo e potássio), mas aliado a isso, a comunidade faz uso de substratos extraídos da própria natureza, como é o caso das ingazeiras. Os galhos das ingazeiras são cortados e colocados nas raízes das plantas para suprir essa deficiência do solo, aqui na Aproducida, os agricultores fazem isso rotineiramente. Eles observam se a planta está começando a ficar com as folhas amarelas significa que está com carência de um desses nutrientes. (Entrevista, 2018).

A dinâmica do uso da terra na Comunidade Nossa Senhora Aparecida não é diferente das demais comunidades ribeirinhas da região varzeana do Médio Solimões. Adotam a complexificação dos sistemas de produção, mantendo espécies de árvores nativas e cultivando árvores frutíferas e hortaliças. As técnicas de plantio consorciados juntamente com algumas culturas perenes além de garantirem o acesso a uma boa alimentação dos comunitários, contribuem também para o aumento da renda familiar com a comercialização das frutas in natura ou em polpas, como é ofertado à merenda escolar pela “*Aproducida*”, a associação de agricultores da comunidade, que falaremos com mais detalhes no capítulo II.

Podemos perceber que o processo histórico social da comunidade Nossa Senhora Aparecida assim como qualquer outra comunidade ribeirinha da Amazônia tem suas bases na formação histórica ameríndia e, portanto, se caracteriza por ser possuidora de um etnoconhecimento pautado nas diversas configurações e complexidades espaciais e simbólicas que permeia a vivência no meio rural.

Capítulo II

PRODUZIR PARA VIVER: AS PRÁTICAS E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO NO TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA.

2. 1. As relações de trabalho na prática da agricultura familiar

No Amazonas, o relevo é basicamente constituído por Terras firmes e Várzeas. Trataremos a seguir basicamente sobre as áreas de várzea, como se deu ao longo do tempo sua ocupação. Matos (2015) apresenta dois tipos característicos de várzea, de águas pretas e águas brancas mostrando a riqueza e importância de cada uma delas. De acordo com o autor, as várzeas de águas brancas são as mais valorizadas quando numa classificação econômica, pois apresenta uma melhor fertilidade para a criação de gado. Contudo, é importante destacar não apenas o fator econômico, mas o que essas terras, esses lugares de vivências e memórias, representam para o homem amazônico, “(...) situar a área de várzea em relação ao volume de terras imersas nas subidas das águas e o potencial de fertilidade delas na descida das águas” (p.59). Em relação às cheias do rio Solimões, em períodos de grandes cheias como as de 1953, 2009, 2012 e 2014, na região do Médio Solimões, toda a região de várzea foi inundada o que resultou num extenso período em que os agricultores puderam contar com um solo bastante fértil, como explica A. A. da C., 46 anos, técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM):

Na última enchente, de 2014, toda a área da comunidade ficou inundada, ficou bastante adubada, ficou perfeito. Então, a comunidade não precisou fazer a compostagem para produção de adubos, devido o solo já ter ficado com sua fertilidade suficiente, mas se apresentar uma ou outra deficiência começa a se fazer o trabalho de adubação daquela planta. No caso, das hortaliças que estão nas casas de vegetação, se alguma apresentar a coloração amarelada das folhas, todas receberão a adubação nas raízes. (A.A.C., 46 anos, técnico do IDAM, entrevista, 2018).

Os moradores da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, assim como as demais populações tradicionais que habitam as áreas de várzea, modificam sua paisagem ao longo do tempo, aos poucos o vasto terreno de muita vegetação dá espaço às construções das casas basicamente de madeira, algumas em alvenaria e às benfeitorias utilizadas para a produção, resultado do trabalho na agricultura familiar: chapéus de palha, casas de vegetação, currais para criação de algumas cabeças de gado, chiqueiros para criação de porcos e galinheiros para criação de patos e galinhas. A agricultura familiar dessas comunidades de várzea é de pequeno porte, basicamente para o sustento das famílias e educação dos filhos, como destaca seu Moura:

Aqui a gente pranta, trabalha muito desde pequeno. Eu e meus irmãos aprendemos com meu pai e minha mãe desde cedo a lidar com a terra. A gente acordava desde quatro horas da manhã pra ir pra roça, por isso nós não pudemo estudar. Mas hoje graças a Deus eu tenho condições de botar meus meninos pra estudar. Eles desde cedo ajudavam a gente aqui nas hortaliças mas dava a hora eles se arrumava pegava a canoa o rabeta e eu ia deixar eles na escola, ali em cima na outra comunidade. Hoje já estão quase tudo formado, faz curso com nós aqui quando vem oficinas pra nós com os professor da UFAM ou quando vem do IDAM. Porque sempre vem uns cursos pra gente fazer e a gente faz. Aqui todo mundo tem vontade de aprender e melhorar nosso trabalho. (J.L.B., 69 anos, agricultor e líder comunitário, entrevista, 2018).

Percebe-se na fala de seu Moura uma característica peculiar do sistema agroecológico adotado pelos agricultores ribeirinhos da região amazônica. A agricultura é basicamente artesanal, menos mecanizada e capitalizada que a praticada nas demais regiões do país como a região sul e sudeste¹⁶. As paisagens correspondem a uma organização espacial que acompanha os ecossistemas aqui existentes, obedecem às duas estações do ano, cheia e vazante dos rios, a direção dos ventos, os tipos de culturas, a maior ou menor incidência e/ou concentração de pragas (insetos) nas plantações e, sobretudo a organização social da comunidade. A disposição das casas, igrejas, o centro social, que é o local onde os comunitários costumam se reunir para realização de eventos, festas religiosas, etc. Assim a paisagem natural vai se transformando ao longo do tempo.



Figura 4: Chapéu de palha e igreja católica da comunidade NSAP
Fonte: Pesquisa de Campo/2018.

A maioria das comunidades Rurais do município de Coari possuem o mesmo desenho espacial: logo na entrada da comunidade tem um pequeno porto, alguns com uma jangada de

¹⁶ Para mais informações sobre a agricultura mecanizada: Revista Econômica do Nordeste. Dez. (1999, p.443).

madeira onde atracam as embarcações, outras um flutuante; a frente da comunidade está a escola, o centro comunitário, o posto de saúde (se houver), e ao longo do terreno os sítios onde vivem os moradores. No caso da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, não possui Centro Comunitário nem posto de saúde e a escola foi desativada.



Figura 8: Frente da comunidade Nossa Senhora Aparecida
Fonte: Pesquisa de campo/2018.

É comum cada comunidade rural ter um presidente e vice-presidente ou líder rural para fins de reconhecimento do poder público, geralmente só é considerada “comunidade” quando apresenta uma estrutura funcional como a mencionada acima, caso contrário, os moradores de determinada localidade devem se “nuclear” na comunidade mais próxima para então receber atendimento pelo serviço público. No caso de Aparecida, seu reconhecimento enquanto comunidade só foi possível mediante a criação da associação de agricultores.

Nós fomos buscar apoio na prefeitura pra formar nossa comunidade mas eles disseram que um lugar com vinte famílias não era comunidade. Então eu era o líder comunitário na época, chamei o Moura e mais os outros e disse vamo montar uma associação e vamo trabalhar pra gente ser reconhecido como comunidade. Dai eu fui buscar informação na UFAM e no IDAM, e junto nós colocamos a associação e tamo até hoje, eu sou o presidente da associação e temos vinte duas famílias associadas e vivemos sem depender de recurso da prefeitura, só do trabalho na agricultura. (D. L. B., 66 anos, presidente da APRODUCIDA, entrevista, 2018).

Essa organização espacial, de acordo com Cardoso (2010, p.51) faz parte de um processo histórico fortemente influenciado pelas políticas estatais. Ele relata que na região do baixo Rio Negro, o Estado tenha incentivado os habitantes ribeirinhos que antes viviam em

sítios relativamente isolados, a se organizarem em núcleos ou centros comunitários e viverem concentrados nesses espaços para serem atendidos pelos serviços públicos como educação e saúde.

A agricultura familiar praticada pelos agricultores da várzea não tem o fim apenas para o autoconsumo, mas representam vários papéis nas formas sociais de trabalho. Esta divisão social obedece a um padrão cultural típico das comunidades rurais e tem dinâmica própria. Para Noda (2007, p.30): “O espaço é produzido, reproduzido, recriado, configurando-se não apenas sociedade, localidade ou comunidade, mas também e, principalmente, como possibilidade de ser o lugar de construção e reconstrução da vida em situação rural”.

Para SILVA (2015, p.26), os agricultores familiares das várzeas são mantenedores da conservação ambiental “conhecedores dos ciclos da natureza, da dinamicidade do pulso das águas e resistentes aos ditames postos pelo capital”. Os agricultores das várzeas amazônicas vivem um constante recomeçar a cada cheia e a cada vazante, respeitando o regime das águas do rio Solimões, de onde provem o sustento de sua família e a continuidade em seu lugar de origem. Vejamos o que comenta Terezinha Fraxe et.al. (2007) acerca da adaptação dos ribeirinhos aos ciclos naturais dos ecossistemas amazônicos:

As populações tradicionais não-indígenas na Amazônia caracterizam-se, sobretudo, por suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre, onde vivem, em sua maioria, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, esses inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias, que por sua vez, regula a vida dos ribeirinhos. (FRAXE, et.al., 2007, p.95).

Estudos recentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) mostram a necessidade de um “desenho agroecológico”, nada muito distante do que os agricultores tradicionais da várzea já conhecem e praticam, mas a sistematização e junção do conhecimento tradicional (Etnoconhecimento) com as técnicas de experimentação do conhecimento científicas. Armando (2002) apresenta doze técnicas importantes para o manejo ecológico da propriedade Rural, dentre elas está a conservação do solo e o desenho agroecológico:

A conservação do solo é ponto de honra em sistemas agroecológicos. Na verdade, a melhoria e conservação do solo, nosso patrimônio básico e insubstituível, é prioridade em uma fazenda ecológica. O terraceamento e o plantio em curva de nível são técnicas conservacionistas bem conhecidas e envolvem trabalhos topográficos, movimentação de solo e maquinaria. Entretanto, se não forem acompanhadas de outras práticas, têm pouco efeito na melhoria do solo. A marcação de curvas de nível é uma informação

básica para o desenho agroecológico e é das primeiras providências a serem tomadas após a compra ou arrendamento da terra. A partir do conhecimento da topografia serão delimitadas as áreas de reserva legal, estradas de acesso, terraços, carreadores, aguadas, sede e outras benfeitorias. Estes são os elementos do desenho agroecológico. O desenho agroecológico segue uma lógica simples: todos os elementos do sistema agrícola devem ser interligados de forma harmônica, cuidando para que os resíduos e excedentes de um elemento se tornem os insumos de outro elemento do desenho, gerando benefício mútuo e contínuo enriquecimento do solo. O correto manejo das águas de chuva é ponto fundamental e deve merecer atenção especial no desenho, na implantação e no manejo do agroecossistema. As águas captadas por estradas, carreadores e terraços devem ser encaminhadas para barragens, córregos ou bacias de infiltração. Dessa forma elementos do sistema, antes desconectados, estarão sendo interligados de forma inteligente, criando equilíbrio, economia e melhor aproveitamento dos recursos locais. (ARMANDO, 2002, p.10).

Trazendo esses conceitos para a observação do espaço na comunidade rural Nossa Senhora Aparecida, unidade social participante deste estudo, pode-se perceber semelhanças e diferenças da técnica acima descrita no que diz respeito a utilização de maquinaria para preparação do solo. Na comunidade, é comum a técnica tradicional do corte e a queima (coivara) para a fertilização do solo, mesmo tratando-se de terras de várzea. Contudo a técnica da coivara praticada pelos agricultores ribeirinhos não agride o meio ambiente, é feita de forma sustentável e como já mencionamos anteriormente, em pequena escala.



Figura 5: preparo do solo em casa de vegetação Comunidade NSAP
Fonte: pesquisa de campo/2018.

Como afirma noda (2007, p.31), podemos perceber a existência de uma intencionalidade na maneira como os recursos oriundos do sistema de produção na agricultura, no extrativismo e na pecuária transformam as paisagens naturais, de forma a melhor se adequar à vida no meio rural e consequentemente na qualidade da vida das pessoas. O que se expressa pela estreita

relação existente entre sociodiversidade e biodiversidade, nas formas de organização dos grupos de atores sociais em determinado ambiente natural.

De acordo com Castro (1997), os saberes e as formas de manejos praticados pelas populações tradicionais são fundamentais na preservação da biodiversidade. Nessas sociedades tradicionais, o trabalho se apresenta com dimensões múltiplas reunindo elementos “mágicos” que vão do material ao simbólico. As técnicas e rituais utilizados nos processos de trabalho estabelecem uma profunda rede de conexões com o meio físico e espiritual que se configura em suas relações sociais.

Tornou-se extremamente importante para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seu sistema social e cultural. (CASTRO, 1997, p.221-242).

Nesta perspectiva, tanto os espaços quanto a organização social do trabalho e as técnicas utilizadas pelos agricultores ribeirinhos na produção, representam a identidade desses atores sociais e suas interações de cunho econômico e ao mesmo tempo afetivo com o ecossistema amazônico.

O conceito apresentado por Tuan (1980) em sentido amplo, como “... *sendo os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material...*” permite observar-se o fato das formas de organização social, além de poderem ser geradas como resposta às características ambientais às mesmas, podem provocar mudanças na biodiversidade original de uma paisagem. Corresponde, portanto, a um sistema espacial de ocorrência da biodiversidade, formas de organizações sociais (sociedades) com características diversas permitindo observar a sociodiversidade correspondente. (NODA, 2007, p.31).

Essas relações de trabalho aqui evidenciadas à luz do etnoconhecimento praticado por essas populações tradicionais ribeirinhas, por sua vez bem distintas em sua diversidade socioambiental, nos mostra como se dá os processos econômicos no associativismo em meio rural. Primeiramente vejamos quem são esses atores sociais que constroem e resignificam sua história por meio da agricultura familiar.

Para Witkoski (2010) esse caboclo ou ribeirinho que vive às margens dos rios e das águas e da floresta retira seu sustento, é o “*camponês amazônico*”, destacando nos processos

de trabalho no meio rural o seu conhecimento tradicional (etnoconhecimento). As práticas de trabalho, portanto demarcam seu território e identidades, dentro do conceito mais amplo de “campesinato brasileiro”. Outros autores como Sandra Noda (2007), Terezinha Fraxe (2007), Gláucio Campos (2015) e Tiago Mota (2010), que tem estudos nessa região de várzea do Médio Solimões denominam esse trabalhador rural como “agricultores tradicionais” ou ribeirinhos. Este estudo, portanto, segue a mesma linha de denominação “agricultores ribeirinhos”, para designar esses atores sociais que com seu trabalho na agricultura familiar tem mostrado que é possível se pensar num desenvolvimento sustentável para a área rural.

Desta forma, as relações de trabalho na comunidade Nossa Senhora Aparecida segue as características das demais comunidades ribeirinhas que trabalham na agricultura familiar: a unidade de produção é a família. A mão-de-obra familiar é mais preponderante, contudo algumas das famílias que participaram desta pesquisa afirmam contratar (quando necessário) vizinhos ou parentes que não moram na comunidade para trabalhar em suas lavouras.¹⁷ “(...) eu e o Moura mais os meninos trabalha nas hortaliças, mas agora nós ganhamos mais duas e as vezes os meninos tão pra escola, aí a gente paga um vizinho pra trabalhar pra gente”. (I. de S., 57 anos, agricultora, entrevista, 2018).

Uma característica que diferencia NSPA das 224 comunidades rurais de Coari é o trabalho na forma de associativismo (na Associação comunitária de agricultores familiares, APRODUCIDA), que a torna uma comunidade “modelo”, além de pioneira nessa forma de organização do trabalho no meio rural.

O associativismo então é a forma de organização social do trabalho adotada pelos agricultores ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora Aparecida (NSAP). Como vimos anteriormente, a opção por se organizar em cooperativismo não foi unicamente para se garantir um melhor rendimento e organização do trabalho, mas, sobretudo, para que aquele pequeno contingente de agricultores que vivem na localidade possa ser reconhecido como pertencentes a uma comunidade.

Podemos perceber que a Associação de agricultores rurais da comunidade Nossa Senhora Aparecida (APRODUCIDA), representa bem mais que uma forma de trabalho, mas um coletivo, uma identidade construída por esses comunitários, uma forma de resistência, como já foi discutido anteriormente. Possui uma carga semiótica muito forte e marcante na vida desses agricultores e agricultoras, representa suas próprias vidas e sua forma de interpretação do mundo, percebido na fala de dona F. da M. B., agricultora de 56 anos: “ (...) a

¹⁷ Lavoura aqui se refere às casas de vegetação.

associação para nós foi a salvação pros nossos problemas, eu e todo mundo aqui vimos a luta e empenho do Damiao mais o Moura pra gente hoje ter o que a gente tem, ser o que a gente é” (F.M.B, 56 anos, agricultora, entrevista, 2018).

O associativismo tem sido uma das principais formas utilizadas por trabalhadores nas diversas categorias, seja no campo ou na cidade, principalmente no setor primário. Além de proporcionar uma melhor organização estrutural das atividades a serem desenvolvidas pelo grupo, proporciona igualdade de benefícios para os associados, além de fortalecer os laços de afetividade a respeito mútuo.

(...) associativismo, com o sentido de cooperação, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola, etc., no entanto, predominantemente, a cooperação é entendida com um sentido econômico e envolve a produção e à distribuição dos bens necessários à vida. (FRANTZ, 2002, p.1).

O enfoque agroecológico, contudo, agrega os termos adotados predominantemente de cunho econômico (sem levar em conta a complexidade dos termos), pelo discurso hegemônico dominante, no que tange ao desenvolvimento rural, analisando-os em sua totalidade, com as teias de significados e nas diversas conexões com a questão social e ambiental, que não podem ser pensadas de forma separada, mas como um todo complexo e integrado, conforme a perspectiva da “ecologia profunda”, de Fritjof Capra (1996) como um novo paradigma. Onde o ser humano não é visto separado (nem acima), do meio ou ecossistema do qual está inserido, mas assim como os demais seres vivos do planeta, é apenas um fio particular da teia da vida.

Esta visão de pertencimento ao meio natural marca a fala dos agricultores ribeirinhos de Nossa Senhora Aparecida, o que nos mostra que o saber tradicional (Etnoconhecimento) é agroecológico por excelência e que vem resistindo ao conhecimento hegemônico ao longo do tempo. Esse conhecimento tradicional tem uma visão diferenciada sobre o progresso e o desenvolvimento. Como comenta seu Moura:

(...) progresso pra mim é ver essas arvores tudo em pé, é os peixes nos nossos lagos, é ver essas casas de vegetação tudo verde, bonita, as hortaliças crescendo, é eu ver o fruto do nosso suor, do nosso trabalho, não é ter um monte de dinheiro não, essa sensação o dinheiro sozinho não traz. Eu quero crescer mas quero ver todo mundo crescendo aqui também, e com nossas plantação, se tiver de derrubar pra fazer sua moradia, uma benfeitoria pra melhorar o trabalho, tudo bem, mas derrubar por derrubar ou pra tá vendendo madeira, isso não! Aqui na comunidade nós vive de plantar, então se derrubou, cuida logo de plantar umas arvores ao redor da casa, do seu terreno porque as plantas protege também nossa água, nossos bichos e nossa floresta. (L.L.B., 69 anos, agricultor e líder comunitário, Entrevista, 2018).

Portanto a agroecologia vai buscar o reconhecimento desses atores sociais na história, algo que vai de encontro com algumas das principais linhas de pensamento dominante. Contudo, alguns pesquisadores como Molina e Sevilla Guzmán (1993), integrando o pensamento de Chayanov (1974), sustentam que o modo de vida no campo (rural), é o mais adequado para a produção sustentável na agricultura, por reproduzir os ecossistemas naturais como nenhum outro modelo.

Como o trabalho é uma extensão da família, é comum todos trabalharem na produção sem vínculo empregatício, ou seja, sem contratos de trabalho assinados. Geralmente a contratação de um vizinho ou outro parente ou agregado da família é feita informalmente, baseada nas relações de afetividade ou compadrio, comum nessas localidades. Como podemos perceber na fala de seu Moura “ (...) aqui nós vai pela palavra de homi! aqui na comunidade a gente se conhece, se respeita e todo mundo trabalha, entonce se eu faço um acordo de trabalho por tal valor então tamo acertado e depois do trabalho feito a gente paga o acertado”. (L.L.B, 69, anos, agricultor, entrevista, 2018).

O trabalho na APRODUCIDA é organizado de forma que cada associado e associada contribua com uma taxa de R\$ 20,00 para custear as despesas com notas fiscais e/ou outros serviços. De acordo com J. B. M. (administrador da APRODUCIDA), vinte e dois (22) agricultores trabalham na associação:

(...) atualmente a APRODUCIDA tem vinte e dois agricultores associados, ou seja, todas as famílias são associadas. Eles pagam uma taxa simbólica de R\$ 20,00, começou com R\$ 5,00, depois passou pra R\$ 10,00 e agora é R\$ 20,00. Cada família fornece um tipo de hortaliça e recebe de acordo com o que foi produzido no mês. Então tem famílias que tiram uma renda maior no mês no outro já não, mas todos recebem de acordo com o que produzem para a associação que tem um contrato de fornecimento pra prefeitura do município. (J.B.M, 36 anos, administrador, entrevista, 2018).

As famílias são extensas, compostas além dos cônjuges e filhos, agregam outras famílias estabelecendo assim uma relação de parentesco e, por conseguinte uma relação de trabalho na agricultura familiar. Relação esta que se caracteriza não só pelo lucro com a venda da produção, mas para a segurança nutricional da família. Geralmente os filhos após o casamento, constroem sua própria residência próxima a casa dos pais, mas o trabalho continua sendo feito em conjunto na propriedade da família. Contudo também existe a concentração de duas ou mais famílias nucleares em uma mesma residência. “ (...) a gente trabalha tudo junto mermo, quando caso os filhos, as filhas, daí marca um terreno aqui mesmo no terreno faz sua

casa do lado, aqui tem da minha filha e do meu filho mais embaixo, mas tudo trabalha junto”. (M. das G. F., 38 anos, agricultora, entrevista, 2018).

Apesar da construção de casas por família ser predominante na comunidade Nossa Senhora Aparecida, o trabalho entre as famílias é coletivo. De acordo com D. L.B., 66 anos, presidente da Aproducida, “as casas de vegetação são dadas por família, e nós conseguimos elas através dos projetos, com o financiamento”. As casas de vegetação que as famílias possuem para o cultivo das hortaliças, são então divididas para que cada família trabalhe a partir de sua unidade doméstica. Portanto, o trabalho, assim como as tarefas do dia-a-dia são divididas entre os membros da família. Quando necessário, são feitos mutirões para os trabalhos mais pesados em nível comunitário.

2.2 A agricultura familiar praticada na comunidade Nossa Senhora Aparecida

A agricultura na Amazônia vem sendo construída historicamente desde a era pré-colombiana, por homens e mulheres que persistiram em transformar lugares e ideias impensáveis à época para sobreviver daquilo que a natureza lhes oferecia no momento histórico. Como afirma Homma (2003) “... os principais fatos históricos, vultos, inovações tecnológicas e políticas públicas que marcaram a história da agricultura na Amazônia, desde a presença dos primeiros paleoíndios até a atualidade (...)”. Dessa forma, a agricultura assim como qualquer outra forma de adaptação ou construção social humana, segue uma linha de evolução, conforme a teoria elisiana.

De acordo com Homma (2003), os vestígios das antigas civilizações Maias, Incas e Astecas, mostram indicadores de uma agricultura capaz de produzir excedente considerável de produção alimentar e uma complexa e ativa organização social. Estudos mostram que os paleoíndios¹⁸ viviam da coleta de frutas nativas e da pesca.

Os indícios mostram que há cerca de 3.500 anos, o cultivo da mandioca passou a ser uma prática adotada, possivelmente domesticada pelos Tupis na Bacia Amazônica. A mandioca foi outra cultura que se tornou universal, quando foi levada pelos portugueses para os continentes Africano e Asiático, após o descobrimento do Brasil. A Tailândia tornou-se o maior produtor mundial de mandioca. A invenção da farinha de mandioca pode ser considerada como uma das maiores contribuições da tecnologia indígena aos colonizadores brancos, e é fácil de fazer, armazenar, transportar e consumir. O milho foi introduzido nas regiões de contato com a vertente pré-andina, do Rio Guaporé até a bacia do Paraná-Paraguai, penetrando até

¹⁸ No Estado do Pará, no município de Monte Alegre, na caverna da Pedra Pintada, a paleontóloga Anna Curtenius Roosevelt constatou a presença dos primeiros paleoíndios há cerca de 11.200 anos. (HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa, 2003).

a Serra do Mar, na altura de São Paulo. A batata doce teve como núcleo de dispersão o Brasil Central, e a partir daí atingindo o Nordeste. (HOMMA, 2003, p.17).

O que podemos perceber com tais dados históricos, é o quanto a biodiversidade amazônica, bem como o etnoconhecimento dos agricultores locais (paleoíndios ou indígenas e posteriormente, os agricultores ribeirinhos), foram responsáveis pela expansão de culturas típicas da região amazônica e com alto teor nutricional e econômico em diferentes culturas e países e em todas as regiões do Brasil.

Convém destacar, conforme afirma Homma (2003), que grande parte da biodiversidade da Amazônia foi responsável por boa parte da produção econômica de vários países:

As descobertas das riquezas da biodiversidade amazônica, como: cacau, seringueira, castanha-do-pará, pau-rosa, guaraná, açaí, cupuaçu, pupunha, jaborandí, consideradas as mais importantes, atraíram aventureiros e modificaram o panorama econômico e social da região. A seringueira e o cacau, plantas levadas da Amazônia, mudaram a civilização do planeta, onde as regiões e os países em que foram introduzidos transformaram-se em grandes centros produtores mundiais. As descobertas de jazidas de recursos minerais despertaram o desejo de sua extração desde a forma mais primitiva dos garimpos até as megaestruturas multinacionais. (HOMMA, 2003, p.13).

As principais transformações mundiais que ocorreram ao longo da história também influenciaram as formas de vida na região amazônica. O homem sempre buscou os meios necessários para vencer os desafios do seu tempo, construindo técnicas para melhor adaptação do trabalho na agricultura, através do saber tradicional (etnoconhecimento), herdado dos seus antepassados e na vivência e observância de seu meio natural (ecossistema).

Portanto, a cobiça pela biodiversidade da Amazônia não é um fenômeno atual, mas de séculos ao longo da história e as transformações econômicas e sociais ocasionadas por essa cobiça tem reflexo nos cenários sociopolíticos e ambientais de nossos ecossistemas atuais. Em se tratando da produção agrícola no ecossistema de várzea, Homma (2003) destaca que os povos indígenas à época do descobrimento do Brasil, era estimada em dois milhões de habitantes vivendo tanto nos ecossistemas de várzea como de terra firme. “As várzeas, apesar de representarem 2% do ecossistema amazônico, concentravam 950 mil indígenas, indicando uma densidade demográfica estimada em 14,6hab/km²”. De acordo com Witkoski (2010), as áreas de várzea nas quatro microrregiões do Rio Solimões, atualmente apresenta em média uma gravitação em torno de 35,6 hectares¹⁹.

¹⁹ Dados de pesquisa de campo, 1992/1993. Org. dos dados: WITKOSKI, a.C., 2000.

Sabemos que a agricultura familiar de forma geral, desenvolve complexos sistemas de produção, combinando diversas culturas, além da criação de animais. Na comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada no ecossistema de várzea alta, a agricultura familiar adota o sistema agroflorestal, combinando a agricultura com espécies nativas da floresta. De acordo com Noda (2007), o sistema de produção em agricultura familiar das comunidades ribeirinhas da calha do Solimões tem como base práticas agroflorestais:

O sistema de produção tem como base, práticas agroflorestais de produção caracterizadas pelo manejo das terras numa integração, simultânea e sequencial, entre árvores e/ou animais e/ou cultivos agrícolas. Os fatores de produção combinados com a utilização de técnicas convencionais e tradicionais, influenciam no sistema produtivo. (NODA, 2007, p.32).

A agricultura familiar praticada na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, é, portanto, a principal fonte de renda e subsistência dos agricultores ribeirinhos que vivem na comunidade, localizada no ecossistema de várzea, apresenta uma distinção dos demais ecossistemas de várzea do município devido ser um pouco mais alta o que faz com que a comunidade não sofra com perdas de produção no período de grandes cheias do rio Solimões. Como esclarece seu Moura “(.) aqui nas ultimas três grande cheia a água não chegou a lavar as hortas não, cobriu todo o barranco, teve algumas perda mas não foi muito, teve horta e plantas que a água não cobriu”. (Entrevista, 2018).

Os comunitários de Nossa Senhora Aparecida para o desenvolvimento na agricultura familiar, como já mencionamos acima, trabalha com Sistemas Agroflorestais (SAFs), cultivam espécies agrícolas (hortaliças) e arbóreas em uma mesma unidade de manejo, de forma consorciada. A comunidade também pratica a pesca, contudo não comercializa o pescado, se utiliza apenas para subsistência. O peixe é a principal fonte proteica e nutricional dos ribeirinhos. As várzeas como regiões relativamente férteis, banhada pelas águas barrentas do Rio Solimões, proporciona uma variedade de peixes, sobretudo no período da vazante, onde se exige menos esforço de pesca, como afirma Witkoski (2007).

(...) a pouca profundidade dos lagos, principalmente nas épocas de vazante e seca, em face das oscilações dos regimes das águas do rio e das precipitações da região; por outro lado sabe que as espécies que partilham desse ecossistema são espécies que migram, ou seja, mudam sazonalmente, na busca das cabeceiras dos rios, desaparecendo praticamente na época da desova; por fim esse momento crítico da escassez do peixe, quando não inviabiliza a pescaria, comprometendo-a bastante, apesar do esforço para realiza-la, visando apenas a subsistência. (WITKOSKI, 2007, p.304).

A preocupação com a manutenção das espécies de peixes na região da Ilha do Juçara, onde se localiza a Comunidade Nossa Senhora Aparecida, é fator importante para os comunitários, pois a pesca predatória compromete a garantia do peixe na mesa da família. “Na época da piracema, ninguém pesca os peixes que estão ovados não, nem os pequenos, aqui a gente pega só mesmo o necessário pra nossa alimentação.” (L.L.B, 69 anos, líder comunitário, entrevista, 2018).

O trabalho na agricultura familiar através do associativismo é a principal forma de organização econômica na comunidade. De acordo com D.L. B., todas as vinte duas famílias que vivem na comunidade são associadas. Elas cultivam hortaliças, leguminosas, criação de animais em pequeno porte (galinhas caipiras, patos, algumas cabeças de gado, porco e jabuti), organizados em pequenos espaços (galinheiros, curral e chiqueiros), fruticultura e meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão).

A produção serve para o sustento da família dos agricultores associados e o excedente é comercializado na feira municipal (a varejo) e no atacado, no fornecimento para a merenda escolar da rede municipal de ensino, por meio do programa nacional de alimentação escolar (PENAE). No município de Coari, a Comunidade Nossa Senhora Aparecida é a única comunidade rural ribeirinha que possui uma associação de agricultores e trabalha de forma cooperativada, o que lhe habilita participar e concorrer nos certames de licitação para fornecimento ao poder público, “(...) existe outra cooperativa, mas é de terra firme, a CAECI (Cooperativa Agrícola da Estrada Coari-Itapeúá), que fornece polpa de frutas” (J. B. M, 36 anos, administrador, Entrevista, 2018).

As frutas e hortaliças produzidas para comercialização pela comunidade são: goiaba (*Psidium guajava*), graviola (*Annona muricata*), abiu (*Pouteria Caimito*), banana comprida (*Musa sp*), acerola (*Malpighia emarginata*), caju (*Anacardium occidentale*), coco (*Cocos nucifera*), maracujá (*Passiflora sp*), limão (*Citrus limonia*), mamão (*Cacaia papaya*) e ingá (*Ingá sp*); as hortaliças são: chicória (*Cichorium intybus*), cebola de palha (*Allium Fistulosum*), coentro (*Coriandrum sativum*), couve (*Brassica oleracea*), cariru (*Amaranthus viridis*), repolho (*Brassica oleracea var.capitata*), alface (*Lactuca sativa*) e pimenta de cheiro (*Capsicum chinense adjuma*); leguminosas tais como: pepino (*Cucumis sativus*), maxixe (*Cucumis anguria*) e feijão de corda (*Vigna unguiculata*); além de jerimum (*Cucurbita ssp.*), macaxeira (*Manihot esculenta*) e mel de abelha (*Apis mellifera*).



Figura 6: Cultivo de hortaliças e árvores frutíferas CNSAP
Fonte: Pesquisa de campo /2018.

As hortaliças e as árvores frutíferas são cultivadas nas casas de vegetação e também nos quintais e área ao redor da casa. A comunidade Nossa Senhora Aparecida, possui os subsistemas: roça, sítio e quintal. No caso aqui estudado, a comunidade Nossa Senhora Aparecida, a roça é onde estão construídas as casas de vegetação para o cultivo das hortaliças, já o sítio é a área que corresponde à propriedade particular de cada família de agricultor, é bem mais amplo que a área atrás e bem próxima da casa, que é chamada de quintal.

O quintal é esse aqui atrás da casa, onde a gente cria as galinha, os pato, planta umas plantinhas também né, umas cebolinha no Jirau, um cheiro verde, um cariru, um limoeiro, que tá mais perto pra gente colher e por na comida né. O sítio mesmo é bem mais pra trás da casa mesmo, lá onde tã as frutas que a gente plantou né e também as que já tavam quando a gente comprou a propriedade que é a pupunha, uns pé de cupu, tucumã, ingá também, porque tem muita ingazeira aqui na comunidade. (R.F.A, 36 anos, agricultora, Entrevista, 2018).

Podemos perceber durante a pesquisa de campo que os quintais são espaços complexos de uma variedade de plantas e de criação de animais, organizados de forma que as frutas, os legumes e as hortaliças consumidas no dia-a-dia, estejam próximas quando da preparação das refeições e também para o pronto consumo quando necessário. ao redor das casas também são plantadas espécies ornamentais e uma variedade de flores. “A gente planta as flores pra deixar a casa mais bonita, mais perfumada, eu gosto muito de ter essas flores ao redor de casa” (I. F.L., 56 anos, agricultora, entrevista, 2018).



Figura 7: Pé de acerola e flores cultivadas no quintal e na frente das casas

Fonte: Pesquisa de campo/ 2018.

A maioria das casas visitadas tem no quintal algumas plantas medicinais que são comumente usadas no tratamento de doenças, uma prática herdada dos antepassados indígenas, ainda bastante predominante entre os comunitários e que faz parte do seu etnoconhecimento.

Alguns quintais, apesar do manejo da agricultura, ainda preservam algumas espécies de plantas nativas, como cupuzeiros e cacaeiros (uma ou duas árvores), à sombra das árvores a família costuma se reunir ao cair da tarde para uma boa conversa em família e com os vizinhos. Já as crianças preferem a área na frente da casa (o terreiro) para brincar e jogar bola e depois tomar banho de rio apostando corrida para descer o barranco até a jangada ou no flutuante²⁰ em frente a comunidade.

Segundo Viana (1996), o quintal florestal é muito importante na segurança nutricional dos comunitários:

O quintal florestal é utilizado para obter alimentos ricos em proteínas, vitaminas e sais minerais. Normalmente o quintal ou o sitio florestal é usado para assegurar um fluxo pequeno e contínuo de produtos complementares para a subsistência e/ou produzir excedente para a comercialização. (VIANA, et.al., 1996, p.228).

Normalmente nos quintais, as hortaliças como a cebola de palha, o cheiro verde e a chicória são plantadas em canteiros suspensos feitos de madeira para evitar que as aves (patos

²⁰Flutuante é o nome dado às casas de madeira construídas sobre troncos de madeira que flutuam na água, que servem tanto para moradia quanto para o trabalho, servindo para atracar canoas e barcos, e também usado para o lazer dos comunitários.

e galinhas), criadas no quintal os danifiquem. Uma alternativa também para o período da cheia quando a água do rio Solimões chega até o limite das casas e alaga os quintais. De acordo com os comunitários, a última cheia que atingiu os quintais, sítios e parte das casas de vegetação foi no ano de 2012. Algumas canoas que já não servem mais para o transporte também são transformadas em canteiros. “(...) a gente pega também essas canoa velha que não usa mais e traz pra terra e bota terra preta, mistura com paú e planta, a cebola, o cheiro verde e a chicória” (R.F. A., 36 anos, agricultora, entrevista, 2018).



Figura 8: Canteiros suspensos CNSAP

Fonte: Pesquisa de campo/2018.

A organização espacial do quintal e a montagem dos canteiros é feito pelas mulheres que são as responsáveis pelo cuidado e limpeza do terreno. Podemos perceber dessa forma que a manutenção do quintal é um complemento do trabalho doméstico:

Então a gente aqui acorda bem cedo né, umas quatro hora da manhazinha, eu ajeito logo o café o marido já toma e vai lá pra horta né, já vai aguar tirar os capim né, ver como é que tá, vai ele e os dois meninos pra ajudar, as vezes quando é preciso eu vou também, eu mais minha menina, quando tem mais trabalho. Quando não eu já vou pro quintal vou molhar as plantas né, dá comida pros bichos, já vou arrumando uma roupa pra lavar, depois eu já vou cuidando no almoço. (I.F.L, 57 anos, agricultora, entrevista, 2018).

De acordo com Noda (2007), o trabalho despendido a construção dos canteiros ou “jirais” corresponde uma característica peculiar do etnoconhecimento das populações ribeirinhas amazônicas, bem como uma expressão da divisão do trabalho a partir do gênero:

O plantio é feito do final de maio até julho. A renovação do substrato é feita anualmente, quando tem disponibilidade de estrume de boi e paú-da-mata. As regas são realizadas nas horas mais frescas do dia. Uma estratégia utilizada para evitar a entrada de animais é cercar os canteiros com varas e/ou malhadeiras. Os homens atuam, basicamente, na construção dos canteiros, cercado e transporte do adubo. O “cuidado com as plantas” é feito pelas mulheres juntamente com as crianças, que “ajudam” na tarefa de carregar água do rio em baldes e/ou panelas para molhar o plantio. (NODA, 2007.p.178).

Em Nossa Senhora Aparecida, os comunitários adotaram um sistema de bombas elétricas submersas ou motobomba para canalizar a água do rio para as casas. Por meio de canos bem extensos, eles fazem com que a água chegue até as casas de vegetação para a manutenção dos cultivos, o que facilitou muito o trabalho, antes era preciso carregar água do rio para encher os tanques de onde se tirava a água usada para a agricultura e também para o consumo das famílias. “Aqui a gente usa a bomba elétrica, mas como a energia vem da cidade quase sempre falta luz, então nós compramos o motobomba, que tem baixo custo e é o que tem sido mais usado aqui na comunidade” (D.L.B., agricultor, 66 anos, presidente da Aproducida, entrevista, 2018).



Figura 9: tubos para irrigação do plantio e tanque de PVC para armazenamento de água CNSAP
Fonte: Pesquisa de campo/2018.

Dentre os sistemas de irrigação utilizados na prática da agricultura familiar o motobomba é o mais utilizado pelo baixo custo aos agricultores e de fácil manejo e adaptabilidade ao relevo. De acordo com Coelho et.al (2014, p.8), “o motobombeamento pode ser feito por meio de conjunto motobomba movido a diesel, gasolina ou a eletricidade”. O sistema consiste em puxar a água do rio por meio de um sistema de sucção. A água ganha pressão e então é conduzida até a área do plantio.

Algumas medidas devem ser tomadas antes de se utilizar esse sistema, como a licença para a utilização da água do rio, como também auxílio técnico para a instalação do sistema de irrigação:

(...) Mas antes de decidir irrigar, o agricultor deve observar os seguintes fatores: a) A área disponível para o plantio deve ter terra boa, onde as raízes das plantas possam crescer, isto é, a terra não pode ser muito dura e com pedras; b) É necessário haver uma fonte de água (represa, rio, córrego, ribeirão, lagoa), onde se saiba que a água não seca durante o ano; c) O agricultor deve ir até uma agência estadual ou federal de gestão de águas para solicitar autorização legal para uso da água; É bom que a

área não esteja muito distante da fonte de água, pois serão necessários tubos para levar a água até a área o que significa gastos. As áreas de cultivo devem manter uma distância dos rios. Se o rio tem menos de 10 metros de largura, a área de plantio deve ficar a mais de 30 metros de distância do rio. Se o rio é mais largo que 10 metros, a área de plantio deve ficar a mais 50 metros de distância do rio. Mas se o rio é bastante largo, com mais de 50 metros de largura, a área de plantio deve ficar a mais de 100 metros de distância do rio (conforme o Código Florestal);e)É recomendável que área para ser irrigada não esteja muito alta em relação ao rio, porque quanto mais alta mais potente deverá ser o conjunto moto bomba. (COELHO, et.al., 2014, p.8).

O custo para a instalação do sistema foi dividido entre os agricultores associados de acordo com a produção de cada um, a irrigação é feita em todas as trinta e uma (31) casas de vegetação e também nos plantios feitos em áreas externas, como explica Seu D.L.B., presidente da associação de agricultores:

A gente quando resolveu fundar a associação nós já se organizamo pensando que tudo era nos mesmo que tinha se unir, trabalhar duro mesmo, plantando e colhendo e vendendo os produtos pra gente botar a coisa pra funcionar. Então logo no início foi muito duro mesmo, mas graças a Deus nós conseguimos. Começamo a comprar essa bomba, os cano tudo né, nós mesmo era que montava tudo, o IDAM veio pra dá as indicação né, de como instalar e tudo, como ia funcionar e nós foi que junto montamo tudo. (D.L.B, 66, agricultor, entrevista, 2018).

A instalação do sistema de irrigação contribuiu para uma otimização do trabalho na agricultura familiar, pois já não se demanda muito tempo para descer o barranco até o rio em busca de água, o que representa um ganho na produtividade e uma certa qualidade de vida. Como vimos na figura (6), os canos chegam até a plantação, no entanto, as últimas casas de vegetação instaladas que estão mais distantes, os canos enchem alguns tanques de PVC para armazenar a água e facilitar o transporte com baldes ou mangueiras utilizadas para regar a plantação.

Os agricultores ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora de Aparecida assim como as demais comunidades tradicionais amazônicas convivem com inundações periódicas que variam de grande a pequena proporção. De acordo com Fraxe (2007) essas inundações variam de um período de quatro a cinco meses por ano, o que regula o calendário agrícola dos ribeirinhos:

A falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) faz com que existam quatro “estações climáticas ” no ecossistema de várzea, que regulam o calendário agrícola: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Nesse ambiente, constantemente submetido a fortes estresses, a biota e o homem amazônico desenvolveram os mais variados comportamentos adaptativos. (FRAXE, 2007.p.15).

Algumas culturas anteriormente plantadas pelos agricultores de Nossa Senhora Aparecida já não são cultivadas devido ao período de inundação, como é o caso do milho e do feijão. A comunidade fica localizada em uma ilha (o Juçara) na frente está o Rio Solimões e atrás fica o lago do Juçara que deu nome à localidade.

Na época da inundação mesmo quando é muito grande a parte de traz alaga tudo, o lago do Juçara transborda e pega todo o plantio do milho e do feijão, tinha duas famílias que até ano passado ainda estava plantando, mas os outros não quiseram mais plantar porque perdiam tudo. Mas eles plantavam mesmo só pra vender na feira e pro consumo mesmo, não pra associação, pra associação só as hortaliças mesmo. (D.L.B., 66 anos, agricultor, presidente da Aproducida, entrevista, 2018).

Durante a pesquisa de campo foi possível observar as áreas antes utilizadas no cultivo do milho e do feijão e que na ocasião, estavam em pousio (descanso) para posterior utilização, o cultivo de hortaliças é atualmente a principal cultura para a comercialização da comunidade. O componente pousio, segundo Noda (2007), “(...) tem como função principal, a de reposição dos nutrientes e reconstrução da paisagem florística nos locais utilizados para os plantios e/ou de roça”.

Esta técnica comumente usada pelas populações tradicionais de agricultores ribeirinhos demonstra a preocupação em “reparar a terra”, como comenta dona R. F.A, 36 anos, agricultora, “ (...) tem de deixar a terra descansar pra ela se recuperar, deixar o mato crescer, ficando verdinho, depois de um tempo, um ano ou dois, a gente alimpa bem, capina e torna a plantar, não pode maltratar a terra” (R.F.A, agricultora, 36 anos, entrevista, 2018).

Podemos perceber nas falas dos agricultores e agricultoras participantes da pesquisa, a preocupação constante com a manutenção do ecossistema. O cultivo em sistemas agroflorestais (SAFs) praticado pelos agricultores ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora Aparecida está em consonância com a proposta epistemológica da agroecologia, adaptando técnicas e tecnologia contemporâneas com o saber tradicional, preservando espaços e memórias, numa interação do homem com o meio sem degradar, preservando-o para as próximas gerações.

A tabela a seguir destaca as culturas produzidas por algumas famílias de agricultores considera independente, ou seja, fora dos itens que elas produzem para a associação. Os dados referem-se ao terceiro trimestre de 2018

Cultura	Produção (t)	Safra/2018
Milho	4	6
Feijão	2	3
Mamão	30	40
Maracujá	20	25 (frutos)
Hortaliças folhosas	25	30

Tabela 1: Produção externa individual

Fonte: IDAM/COARI/2018.

Os dados acima referem-se apenas a produção particular dos agricultores acompanhados pelo Instituto de Desenvolvimento agropecuário do Amazonas (IDAM) em Coari. Como já foi mencionado anteriormente, todas as vinte duas (22) famílias de agricultores são associados, mas produzem para comercialização na feira municipal. A rotina desses agricultores é semanal, exige esforço e dedicação no trabalho das hortas:

Toda semana é assim muito trabalho né, vai todo dia na horta cuidar, regar e tem que ser cedo antes de esquentar o sol. Quando as hortaliças já tão no tempo de tirar, então nós já vai colhendo vem trazendo aqui pra casa, se ajunta todo mundo desde as crianças ajuda, já vai amarrando as verdura botando no isopor. Por exemplo a gente sempre colhe de manha né, deixa tudo arrumadinho pra de tarde ou então de manhã cedo já levar pra feira. Num pode passar do tempo de colher as hortaliça porque elas ficam feias e com gosto amargo, já não serve pra comer né, não é um bom alimento mais. A gente sabe pelo tamanho do pé, pela data que a gente plantou, então de 40 pra 45 dias já tem que colher. (F.L.B, agricultora, 56 anos, entrevista, 2018).

O transporte utilizado para levar a produção até a feira municipal é a canoa com *motor rabeta*, na comunidade cada família tem a sua e, possuindo seu próprio meio de transporte consegue escoar sua produção sem se preocupar com perdas, diferente da realidade das demais comunidades ribeirinhas do município que acabam perdendo boa parte da produção ou vendendo para o “atravessador ou regatão” por não ter como escoar.



Figura 10: agricultora limpando e selecionando as hortaliças para comercialização na feira municipal.
Fonte: pesquisa de campo/2018.

O transporte fluvial é o principal meio de locomoção dos ribeirinhos, Matos (2015), afirma que os ciclos das águas influenciam toda vivência ribeirinha até os meios de transporte:

(...) a rabeta, por suas características peculiares que firmam sua funcionalidade, permite superar obstáculos naturais típicos do Amazonas: barranco, baixios, paus, que exigiriam interrupções de embarcações maiores ou investimentos econômicos para superar essas barreiras. (MATOS, 2015, p.162).

Além de principal meio de transporte dos ribeirinhos, a canoa é também uma ferramenta de trabalho e muito utilizada no extrativismo animal (pesca) nos rios e lagos da região.

Elas acontecem nas comunidades rurais como alternativa na busca da subsistência utilizada para a comercialização, onde os pescadores em números de dois ou mais se unem em canoa buscando um melhor resultado na pesca, geralmente um na direção com um remo enquanto o outro prepara o lanço (a rede que é estirada). (RAPOZO, 2010, p.149).

A pesca na comunidade Nossa Senhora Aparecida é praticada apenas para a subsistência, na maioria das vezes são os homens que saem para pescar, geralmente no final da tarde, após a “lida” na horta, mas as mulheres, sobretudo as mais jovens também praticam a pesca dependendo da necessidade da família ou mesmo como uma prática de lazer. “A gente sai pra pescar também, dá um pouco de trabalho mais também é muito divertido, a gente desde pequeno acompanha nossos pais na pescaria também, por isso a gente sabe onde tá o peixe e jogar a malhadeira” (G. A.S, 18 anos, filha de agricultores, entrevista, 2018).

Pescar nos ambientes aquáticos da Amazônia não é uma tarefa fácil, exige conhecimento das áreas que se pode trafegar com a canoa, dependendo da época do ano, devido a sazonalidade, a paisagem se transforma, o etnoconhecimento, portanto, é fator

preponderante na escolha do melhor lugar para jogar a malhadeira ou para a pesca utilizando outros utensílios como o caniço, arpão ou a zagaia. Matos (2015) descreve alguns dos muitos desafios desta atividade na Amazônia:

Tanto baixios ou a presença de outros obstáculos, quando em viagem, devem ser superados pelo esforço comum de seus passageiros: puxar o capim com as mãos, utilizar o terçado, empurrar com o remo, até o momento em que a canoa ou a outra embarcação maior esteja livre. Isso influi no tempo em que é feito o percurso e na maior mobilização corporal para realizar a viagem. [...] O prático homem que conhece o percurso, vai com uma longa haste na mão sondando o caminho a ser seguido, desviando de paus, pedras e esbarrando em outros obstáculos[...]. (MATOS, 2015, p.168).

No caso aqui em estudo, a pesca de subsistência praticada na comunidade de agricultores familiares de Nossa Senhora Aparecida, são utilizados somente a malhadeira pequena de até 2,5m de altura, confeccionada pelos próprios moradores e o caniço, uma espécie de vara de bambu, de 2 a 3 metros de comprimento, bastante flexível e ideal para os movimentos durante a prática da pesca.

A gente pesca aqui no lago do Juçara mesmo, mas também no Solimões, dependendo da época né, joga a malhadeira e pega mais os peixes de escama, o Jaraqui, o Matrinchã, o cará, a Sardinha, Pacú, vez ou outra cai um peixe liso, como Surubim ou Barba Chata. Pega de caniço também, a molecada quando vai gosta de pescar de caniço, pra eles é uma diversão. As meninas pega o peixe traz já vai fazer o almoço, a janta, tudo fresquinho pescado na hora, as vez a gente se reúne faz um fogo já faz um assado. Coisa boa demais. Agora aqui ninguém pesca de arrastão não, já aconteceu várias vez de encontrar arrastão por ai com boto preso, isso é uma malvadeza, o ser humano que faz isso num tem consciência. (L.L.B, 69 anos, agricultor, líder comunitário, entrevista, 2018).

Podemos perceber nesse relato que a pesca predatória não é praticada pelos ribeirinhos que vivem nas comunidades tradicionais da várzea, mas esse tipo de pesca para a comercialização é muito praticada nos rios, lagos e igarapés da região, como afirma Witkoski (2007):

Devemos, de antemão, esclarecer que os camponeses um dos apetrechos mais usados pelos atores pesca da pesca profissional ou comercial, a rede (ou redes de lanço). Contudo será visto, usam a arrastadeira para a captura de peixes de escamas, curimatã, jaraqui, tambaqui, etc., e principalmente peixes de couro/lisos, visando a comercialização. As malhadeiras entram no universo da vida camponesa com o advento do *nylon*, fibra têxtil sintética, que se caracteriza por ser imputrescível, elástica e de notável resistência aos agentes atmosféricos. Antes do nylon eram fabricadas as fibras de algodão e podiam durar até mais ou menos dois anos. O que dificultava sua confecção. (WITKOSKI, 2007, p.310).

É importante destacar que ações como a pesca predatória na região amazônica tem ocasionado a escassez do pescado, sobretudo no período da seca, quando grandes barcos pesqueiros de comerciantes visando o aumento da demanda e por consequência do valor de mercado, lançam arrastões e levam uma grande quantidade de peixes, dificultando a pesca ao agricultor ribeirinho, que precisa de um maior esforço de pesca para conseguir seu alimento.

Nesse subsistema roça, comum nas áreas de várzea e também de terras firmes é bastante característico o plantio da mandioca (manihot esculenta), no entanto na comunidade Nossa Senhora Aparecida, os agricultores fizeram opção por não cultivar a mandioca. De acordo com os entrevistados a produção de farinha demanda muito trabalho e exige mais tempo e espaço físico para as casas de farinha, por isso eles optaram por dedicar-se apenas ao cultivo das hortaliças nas casas de vegetação.

O espaço territorial de Aparecida é muito pequeno se comparado às demais comunidades da região da ilha do Juçara. Plantam apenas a macaxeira que é um dos itens fornecidos à merenda escolar através da associação de agricultores (Aproducida), segundo F. B. M, 56 anos:

(...) nós decidimo por não plantar e não fazer a farinha de mandioca também porque é muito trabalhoso, então as hortaliças também é muito trabalhoso né, e nós precisa fornecer aquela quantidade X, todo mês, então nós reunimos e decidimos não trabalhar com a farinha não. Até porque nós somos só vinte duas famílias, cada uma já fornece um tipo de hortaliça e de fruta, nós somos poucos, a comunidade é pequena, então os espaços já são bem escolhido mesmo e marcado pra gente plantar o que a gente fornece mesmo. A gente já aproveita até a área do terreiro pra plantar, do barranco também né, mas a farinha a gente compra aqui dos vizinhos das outras comunidades que eles fazem. (F.B.M, 56, anos, agricultora, entrevista, 2018).

A mandioca é um componente de plantio consorciado com outras culturas como o milho e o feijão. É também o principal alimento acompanhado do peixe nas refeições dos agricultores ribeirinhos, por essa razão mesmo não “fazendo a farinha”, como os agricultores de Aparecida costumam dizer, eles não abrem mão de ter esse alimento à mesa, conforme podemos perceber no relato acima descrito.

2.2.1 A criação de animais e a meliponicultura

O manejo na criação de animais domésticos e de pequeno porte na agricultura familiar praticada pelos agricultores ribeirinhos de Nossa Senhora Aparecida, é basicamente para subsistência. A criação de aves como patos e galinhas garantem a diversificação das fontes

proteicas na alimentação das famílias, assim como os suínos e bovinos (este bem pequeno, apenas 6 cabeças de gado num pequeno curral na propriedade da família), os animais são criados soltos nos quintais, a alimentação é feita basicamente das sobras dos alimentos consumidos em casa, ração e milho para as aves.

Durante a pesquisa de campo percebemos ainda uma pequena criação de jabutis, estes segundo V.X.Q, 40 anos, “ (...) são parte da família, a gente cria desde pequenininho, dá dó de matar pra comer”. Os jabutis são uma espécie específica de quelônio que podem viver em ambiente terrestre. De acordo relatos dos comunitários, sua carne representa uma iguaria muito apreciada e rica em proteína. São criados em pequenos canteiros de madeira, cobertos por folhas de palmeiras para evitar que tomem muito sol e envoltos de telas ou pedaços de malhadeira bem próximos da residência. A agricultora explica que esses cuidados são necessários para evitar que os animais fujam “ se não cobrir e cercar bem eles vão embora... (risos), já ouviu dizer assim: foge igual a jabuti? Pois é, esses bichinhos são fujão” (V.X.Q, 40 anos, agricultora, entrevista, 2018).

Os jabutis são alimentados com folhas das hortaliças produzidas pelos agricultores da comunidade. A preocupação em manter os quelônios (jabutis) em local seguro e próximo de casa é também uma forma de evitar o “mau agoiro” (azar) para a família que possui os jabutis “ (...) Deus os livre de um bicho desse fugir! Vixi Maria! Traz mal agoiro pra dentro de casa, quando foge, sai todo mundo pra procurar até achar e nós sempre acha, graças a Deus”. (V.X.Q, 40 anos, agricultora, entrevista, 2018). Neste relato, percebe-se o imaginário e as crendices muito presentes entre as populações tradicionais ribeirinhas da Amazônia, cuja vivência é marcada por uma profunda conexão com o material e o simbólico.



Figura 11: Criação de aves e cercado para o gado comunidade NSAP

Fonte: Pesquisa de campo/2018.

As aves criadas soltas ou em galinheiros no subsistema quintal, produzem ovos que também garantem a segurança nutricional das famílias. Assim como o leite tirado das vacas. Como nem todos os agricultores possuem cabeças de gado, o leite e o estrume (fezes do gado) são compartilhados entre os comunitários seja por doação ou mediante a troca entre produtos. “ Nós aqui divide tudo, se fulano tem ovo caipira e outro não cria galinha por exemplo, a gente troca pelo produto que ele tem, entendeu? Ou então agente dá mesmo em forma de agrado, aqui é como se fosse todo mundo família mesmo” (E.L.R, 39 anos, agricultor, entrevista, 2018).

O manejo das cabeças de gado existente na comunidade é bem simples, durante o dia são levados para a parte de traz da comunidade para se alimentar do capim que cresce naturalmente, o proprietário afirma complementar a alimentação dos animais com sal para estimular a saliva e facilitar a alimentação. Não é feito pasto para os animais, eles convivem naturalmente no ecossistema.

A criação de abelhas sem ferrão é também praticada na comunidade, de acordo com D. L.B, 66 anos presidente da Aproducida, atualmente a comunidade possui cem (100) colmeias (caixas), que produzem em média cerca de 200 litros de mel por ano. Em média 16,66 litros ao mês. Das caixas produtoras também é retirado o própolis que além de comercializado também serve para a confecção de remédios caseiros, feitos pelas mulheres da comunidade. A criação de abelhas teve início a partir de um projeto da associação apresentado à empresa Petrobras por ocasião do programa de compensação ambiental do gasoduto Coari-Manaus, em 2010, na ocasião os comunitários participaram de um treinamento para a implementação de uma unidade demonstrativa de meliponicultura.

O projeto teve boa aceitação dos comunitários e com o auxílio técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas (IDAM), a comunidade por meio da associação de agricultores (Aproducida) viabilizou o terreno e os equipamentos necessários para o início da atividade. Segundo Noda (2007, p.203), a criação de abelhas sem ferrão é uma prática herdada de nossos antepassados indígenas e são muito importantes para os ecossistemas locais “(...) as abelhas sem ferrão são importantes polinizadores na floresta amazônica, cada espécie de planta tem uma ou mais espécies de abelhas responsáveis pelo eficiente transporte do pólen das anteras para o estigma das flores”.

Silveira et al., (2002), fala sobre a existência de mais de vinte três mil espécies de abelhas, a maioria possui hábitos sociais, como é o caso das que pertencem à família da Apidae, que por sua vez se divide em três subfamílias que são: Apinae, Meliponinae e Bombinae. As Meliponini (oriundas da Meliponinae), do gênero Melípona, possui cerca de

cinquenta espécies e a Trigonini, com vários gêneros representados em toda zona tropical do planeta, destas, cerca de trezentas espécies que são conhecidas no Brasil como abelhas sem ferrão ou abelha indígena.

De acordo com Noda (2007, p.205), a meliponicultura é a criação de forma racional e sustentável de abelhas em caixas de madeira para a produção de mel, pólen, própolis e de novos enxames.



Figura 12: Caixas de criação de abelhas sem ferrão mostradas por D.L.B, presidente da Aproducida.
Fonte: Pesquisa de campo/2018.

Importante destacar que o espaço reservado para a colocação das colmeias foi escolhido minuciosamente de forma que não fosse preciso desmatar, de acordo D.L.B, o lugar escolhido no quintal ao lado das residências à sombra das árvores e algumas bananeiras recebeu apenas o serviço de “capina do mato” para limpeza do terreno. “ Nós só limpamos mesmo o terreno que foi escolhido né, com orientação dos técnicos do IDAM, mas sem derrubar as árvores porque não precisa derrubar” (D.L.B, 66 anos, agricultor, presidente da Aproducida).

A criação de abelhas sem ferrão para a produção do mel é de fácil manejo e facilmente adaptável aos sistemas agroflorestais e contribui para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. De acordo com Noda (2007), é uma prática muito comum na agricultura familiar.

Diante das descrições acerca do trabalho desenvolvido pelos agricultores familiares da comunidade Nossa Senhora Aparecida na agricultura percebe-se um certo grau de diferenciação da forma como a comunidade se organiza na divisão do trabalho se comparado às demais oito comunidades da região do lago do Juçara, pois o associativismo lhes possibilita um grau de formalização do trabalho. A forma de preparação do solo, bem como a escolha dos tipos de cultura e as técnicas de plantio correspondem à mesma forma as quais as demais comunidades de várzea da região praticam, a diferença está na forma de apropriação de informações por parte de Aparecida para desenvolver um trabalho coletivo que garanta a

possibilidade de se autosustentar, o que estão conseguindo através da associação de agricultores.

O manejo na criação de abelhas sem ferrão por meio de uma unidade demonstrativa de meliponicultura, além de um diferencial, demonstra certa coragem dos agricultores locais e mais um desafio a ser vencido, haja visto a constante incerteza que é produzir em um ecossistema que convive com a sazonalidade. O que demonstra a vontade de permanecer na terra e por conseguinte garantir a continuação do seu modo de vida.

2.3. A Associação de agricultores (APRODUCIDA)

A associação comunitária dos produtores rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida (APRODUCIDA), nasceu da necessidade das quatorze (14) famílias que viviam na comunidade à época de sua implantação, de conseguir gerar emprego e renda a todos os comunitários. Segundo D.L.B, de 66 anos, presidente da associação, eles acharam que trabalhando de forma cooperativada conseguiriam recursos para desenvolver o trabalho com agricultura familiar na comunidade. Assim trabalhando em associativismo, conseguiram apresentar projetos à empresas e órgãos institucionais do governo para conseguir os financiamentos na construção de benfeitorias, como as trinta e uma casas de vegetação que hoje a comunidade possui.

A Aproducida foi criada em 16 de março de 2009 e há dez anos representa a comunidade Nossa Senhora Aparecida no trabalho com a agricultura familiar. Atualmente as vinte duas famílias que moram na comunidade são associadas. A organização em cooperativa proporcionou aos agricultores a garantia de escoamento da produção de frutas e hortaliças, principal produção da comunidade. A Aproducida participa de licitações junto ao governo municipal e fornece para a merenda escolar da rede municipal de ensino por meio do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Segundo D. L. B, 66 anos, presidente da Aproducida, a associação representa uma forma de resistência dos agricultores junto ao descaso do poder público e a ausência de incentivos ao setor primário:

Nós lá de Aparecida, lutamos, trabalhamo duro mesmo, de sol a sol pra ter o reconhecimento que nós tem hoje. Antes nem como comunidade a prefeitura não queria reconhecer a gente. Por isso nós reunimo, eu mais meu irmão Lúcio corremo atrás de parceira, a UFAM nos ajudou nesse processo de implantação da associação e hoje a gente tem reconhecimento do nosso trabalho. A maioria das hortaliças que tão ai pra vender na feira são daqui de Aparecida, então essa associação pra nós

representa toda nossa vida, nosso trabalho. (D.L.B, 66 anos, presidente da Aproducida, entrevista, 2018).

As vinte duas famílias associadas contribuem com uma taxa mensal no valor de R\$20,00 para as despesas administrativas da associação, cuja sede fica no centro do município de Coari, rua 02 de Dezembro S/N. Cada agricultor recebe de acordo com a quantidade produzida. De acordo com D.L.B, as casas de vegetação construídas com os recursos oriundos dos financiamentos conseguidos com os projetos, são distribuídas entre os agricultores conforme a disponibilidade de cada um “ aqui todo agricultor tem uma ou duas casas de vegetação pra trabalhar, tudo conseguido pela associação, aqui a gente quer é que cada um cresça, a gente trabalha pra todos, todo mundo cresce junto”.

Segundo J. B.M, 36 anos, administrador da Aproducida, a renda mensal em média de cada agricultor associado é de R\$ 1.500,00. Num comparativo feito entre 2017 e 2018 (período da pesquisa de campo), a produção da comunidade Nossa Senhora Aparecida apresentou em aumento de 7,79%, conforme tabelas 2, 3 e 4 a seguir:

PRODUTOS COMERCIALIZADOS - ANO 2017				
PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GOIABA	KG	5300	R\$ 2,00	R\$ 10.600,00
GRAVIOLA	KG	1200	R\$ 10,00	R\$ 12.000,00
ABIU	KG	900	R\$ 2,00	R\$ 1.800,00
BANANA COMPRIDA	CACHO	1200	R\$ 10,00	R\$ 12.000,00
ACEROLA	KG	3800	R\$ 6,00	R\$ 22.800,00
CAJU	KG	1200	R\$ 3,00	R\$ 3.600,00
COCO	UND	6300	R\$ 2,00	R\$ 12.600,00
MARACUJÁ	PACOTE	5200	R\$ 4,00	R\$ 20.800,00
LIMÃO	PACOTE	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
POLPA DE FRUTAS	KG	5000	R\$ 10,00	R\$ 50.000,00
MAMÃO	KG	4200	R\$ 3,00	R\$ 12.600,00
JERIMUM	KG	200	R\$ 2,00	R\$ 400,00
INGÁ	PACOTE	300	R\$ 2,00	R\$ 600,00
CEBOLA DE PALHA	MAÇO	67000	R\$ 2,00	R\$ 134.000,00
COENTRO	MAÇO	25000	R\$ 2,00	R\$ 50.000,00
COUVE	MAÇO	40000	R\$ 2,00	R\$ 80.000,00
CARIRU	MAÇO	20000	R\$ 2,00	R\$ 40.000,00
MACAXEIRA	KG	1200	R\$ 2,00	R\$ 2.400,00
FEIJÃO DE CORDA	MAÇO	6000	R\$ 2,00	R\$ 12.000,00
REPOLHO	KG	4800	R\$ 4,00	R\$ 19.200,00
PEPINO	KG	4300	R\$ 3,00	R\$ 12.900,00
ALFACE	MAÇO	11000	R\$ 2,00	R\$ 22.000,00
PIMENTA DE CHEIRO	KG	1200	R\$ 6,00	R\$ 7.200,00
MAXIXE	KG	1500	R\$ 5,00	R\$ 7.500,00
MEL DE ABELHA	LITRO	200	R\$ 75,00	R\$ 15.000,00
TOTAL				R\$ 563.000,00

Tabela 1: Produtos comercializados pela APRODUCIDA/2017

Fonte: Dados fornecidos pela associação.

PRODUTOS COMERCIALIZADOS - ANO 2018				
PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GOIABA	KG	6000	R\$ 2,00	R\$ 12.000,00
GRAVIOLA	KG	1320	R\$ 10,00	R\$ 13.200,00
ABIU	KG	1100	R\$ 2,00	R\$ 2.200,00
BANANA COMPRIDA	CACHO	1200	R\$ 10,00	R\$ 12.000,00
ACEROLA	KG	4200	R\$ 6,00	R\$ 25.200,00
CAJU	KG	1240	R\$ 3,00	R\$ 3.720,00
COCO	UND	6450	R\$ 2,00	R\$ 12.900,00
MARACUJÁ	PACOTE	5500	R\$ 4,00	R\$ 22.000,00
LIMÃO	PACOTE	750	R\$ 2,00	R\$ 1.500,00
POLPA DE FRUTAS	KG	6300	R\$ 10,00	R\$ 63.000,00
MAMÃO	KG	4700	R\$ 3,00	R\$ 14.100,00
INGÁ	PACOTE	640	R\$ 2,00	R\$ 1.280,00
CEBOLA DE PALHA	MAÇO	67350	R\$ 2,00	R\$ 134.700,00
COENTRO	MAÇO	27000	R\$ 2,00	R\$ 54.000,00
COUVE	MAÇO	42000	R\$ 2,00	R\$ 84.000,00
CARIRU	MAÇO	21000	R\$ 2,00	R\$ 42.000,00
MACAXEIRA	KG	1300	R\$ 2,00	R\$ 2.600,00
REPOLHO	KG	5200	R\$ 4,00	R\$ 20.800,00
PEPINO	KG	4800	R\$ 3,00	R\$ 14.400,00
ALFACE	MAÇO	13200	R\$ 2,00	R\$ 26.400,00
PIMENTA DE CHEIRO	KG	1350	R\$ 6,00	R\$ 8.100,00
MAXIXE	KG	1650	R\$ 5,00	R\$ 8.250,00
MEL DE ABELHA	LITRO	380	R\$ 75,00	R\$ 28.500,00
TOTAL				R\$ 606.850,00

Tabela 2: Produtos comercializados pela Associação em 2018.

Fonte: Dados fornecidos pela Associação.

COMPARATIVO DE PRODUÇÃO ANUAL			
PRODUTO	2017	2018	VARIAÇÃO (%)
GOIABA	R\$ 10.600,00	R\$ 12.000,00	13,21
GRAVIOLA	R\$ 12.000,00	R\$ 13.200,00	10,00
ABIU	R\$ 1.800,00	R\$ 2.200,00	22,22
BANANA COMP	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	0,00
ACEROLA	R\$ 22.800,00	R\$ 25.200,00	10,53
CAJU	R\$ 3.600,00	R\$ 3.720,00	3,33
COCO	R\$ 12.600,00	R\$ 12.900,00	2,38
MARACUJÁ	R\$ 20.800,00	R\$ 22.000,00	5,77
LIMÃO	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00	50,00
POLPA DE FRUT	R\$ 50.000,00	R\$ 63.000,00	26,00
MAMÃO	R\$ 12.600,00	R\$ 14.100,00	11,90
JERIMUM	R\$ 400,00	R\$ -	-100,00
INGÁ	R\$ 600,00	R\$ 1.280,00	113,33
CEBOLA DE PALM	R\$ 134.000,00	R\$ 134.700,00	0,52
COENTRO	R\$ 50.000,00	R\$ 54.000,00	8,00
COUVE	R\$ 80.000,00	R\$ 84.000,00	5,00
CARIRU	R\$ 40.000,00	R\$ 42.000,00	5,00
MACAXEIRA	R\$ 2.400,00	R\$ 2.600,00	8,33
FEIJÃO DE CORN	R\$ 12.000,00	R\$ -	-100,00
REPOLHO	R\$ 19.200,00	R\$ 20.800,00	8,33
PEPINO	R\$ 12.900,00	R\$ 14.400,00	11,63
ALFACE	R\$ 22.000,00	R\$ 26.400,00	20,00
PIMENTA DE CH	R\$ 7.200,00	R\$ 8.100,00	12,50
MAXIXE	R\$ 7.500,00	R\$ 8.250,00	10,00
MEL DE ABELHA	R\$ 15.000,00	R\$ 28.500,00	90,00
TOTAL	R\$ 563.000,00	R\$ 606.850,00	7,79

Tabela 3: Comparativo de variação da produção.

Fonte: A partir de dados fornecidos pela associação.

COMPARATIVO DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO ANUAL

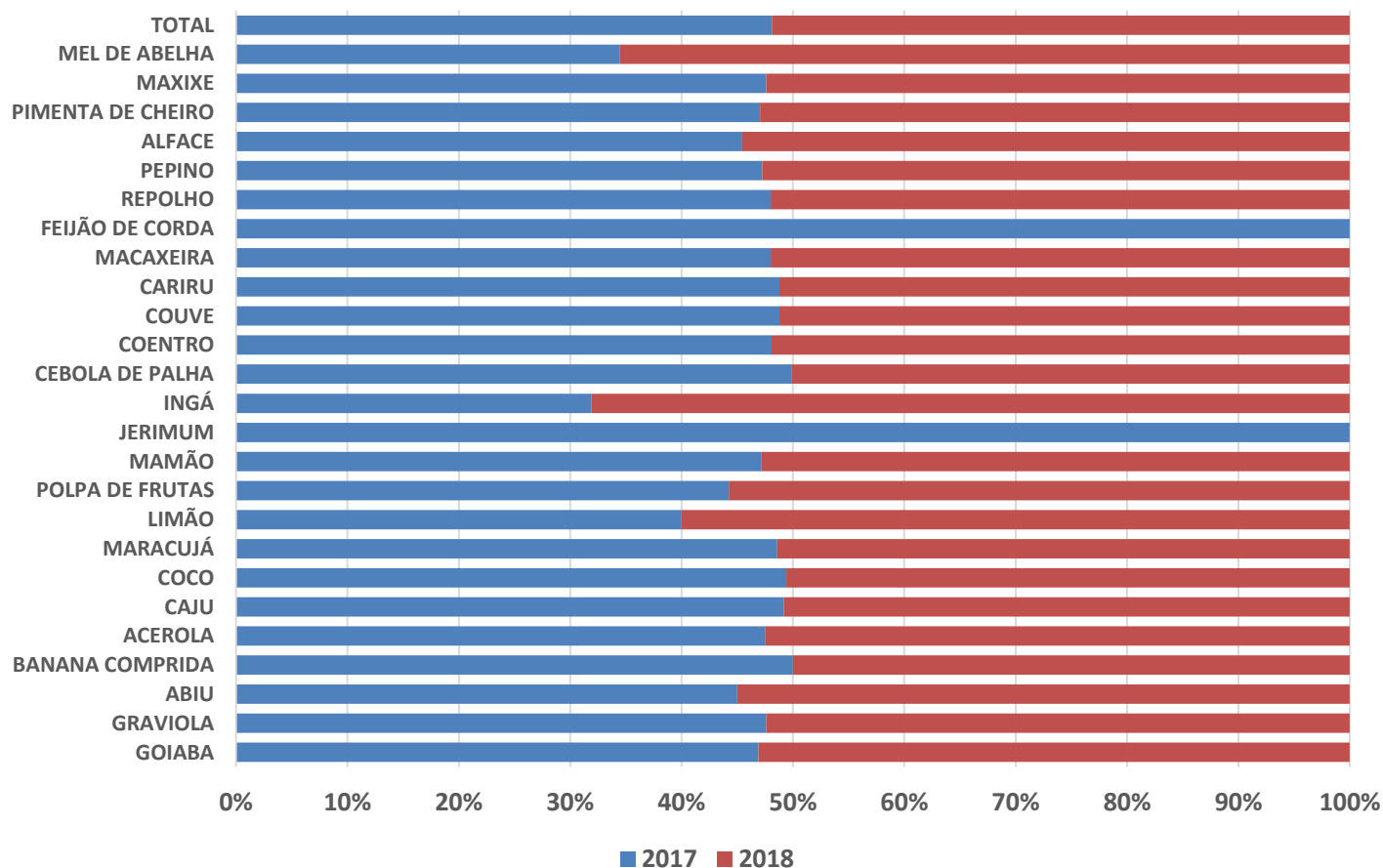


Gráfico 1: Comparativo da produção anual

Fonte: A partir de dados fornecidos pela Associação.

A Aproducida é constantemente objeto de estudos no município. A comunidade rotineiramente sedia e participa de oficinas sobre segurança nutricional promovida pelo Instituto de Saúde e Biotecnologia do Médio Solimões (ISB/COARI) e recebe a visita de docentes e acadêmicos do curso de nutrição. Bem como alunos dos cursos técnicos em Agricultura Familiar e de Administração do Instituto Federal do Amazonas (IFAM/COARI). Para G.A.S, de 18 anos, filha de agricultores e acadêmica do curso de Tecnologia em Alimentos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a proximidade com essas instituições de ensino contribui para o desenvolvimento social dos comunitários.

É muito bom essa oportunidade de fazer essas oficinas, de aprender um pouco mais sobre o trabalho que aprendemos com nossos pais e conhecer melhor as formas de manejo pra aprimorar o trabalho que é feito aqui. Eu sou privilegiada por vivenciar e acompanhar o trabalho que a comunidade faz, de ter uma fruta fresquinha pra comer na hora direto da árvore, de ter um alimento livre de agrotóxico, e de poder plantar e colher o alimento que eu tenho todos os dias na minha mesa. (G.A.S, 18 anos, filha de agricultores, entrevista, 2018).

Na pesquisa de campo, todos os entrevistados mencionaram a importância das parcerias com as universidades e Institutos Federais como uma forma de incentivo aos seus filhos para ingressarem no ensino superior “ (...) nossos filhos trabalham com a gente na terra, mas eles também estudam, e eles gostam de estudar, pra eles explicar como é o trabalho aqui nas hortas pros alunos que vem aqui é uma satisfação, a gente se sente importante né”. (I.F.S, 39 anos, agricultora, entrevista, 2018).



Figura 13: Visita técnica dos alunos do curso Técnico em agricultura familiar do IFAM/COARI
Fonte: Arquivo da Associação Aproducida/2018.

Os agricultores de Nossa Senhora Aparecida possuem, portanto, um diferencial em relação aos demais agricultores da região do ecossistema várzea do município de Coari: a forma de organização do trabalho em associativismo, contudo assim como os demais, também precisam desenvolver técnicas diferenciadas no manejo da agricultura familiar. Essa forma peculiar do trabalho com a terra representa um fator identitário da vida no meio rural amazônico.

É importante destacar que o etnoconhecimento é fator preponderante nas ações desenvolvidas na comunidade tanto na agricultura familiar no que tange às habilidades na confecção de utensílios de trabalho quanto no aprimoramento e adaptação de meios necessários

à manutenção da rotina de trabalho. Um outro fator importante é o cultivo de plantas medicinais e utilização de espécies da flora silvestre por meio do extrativismo, na retirada de cascas extração de óleo do tronco das árvores de Andiroba e Copaíba para a confecção de remédios caseiros. Uma prática bem antiga e que se mantém até os dias atuais, uma alternativa para o acesso restrito aos bens e serviços de assistência à saúde no meio rural. O que faz da medicina tradicional um meio racional acessível a essas comunidades.

2.3.1. As tecnologias sociais de base agroecológica

O etnoconhecimento praticado pelos agricultores ribeirinhos de Aparecida tem fortes características da agricultura ecológica, o que pode ser percebido nas tecnologias sociais²¹ criadas por eles no intuito de conservar a biodiversidade local. De acordo com GUTERRES (2006), a Agroecologia enquanto epistemologia, tem como base, o resgate dos saberes tradicionais e ainda uma consciência de classe, do coletivo.

Agroecologia é uma forma de entender a atuar para campenisar a agricultura, a pecuária, o florestamento e o agroextrativismo, a partir de uma consciência intergeracional (não exploração de crianças e velhos), de classe (não exploração do capital ao trabalho), de espécie (não exploração dos recursos naturais), de gênero (não exploração do homem à mulher), de identidade (não exploração entre etnicidades). (GUTERRES, 2006, p. 90).

Dessa forma, as práticas desenvolvidas pela comunidade para transformar o meio em que vivem sem fazer uso (de forma exclusiva) de tecnologias convencionais é denominado de tecnologias sociais. Vários autores da área social ligados à administração ambiental dentre eles (BAVA, 2004; BARBIERI, 2008; THOMAS,2009), utilizam o termo para designar a forma alternativa que a maioria dos trabalhadores, sobretudo do campo (meio rural), desassistidos de programas sociais e de acesso à linhas de crédito, lançam mão para poder continuar trabalhando no manejo da biodiversidade através da agricultura. Nos quadros abaixo destacamos as tecnologias sociais produzidas pelos comunitários de Aparecida, baseadas no conhecimento tradicional e os tipos de tecnologias convencionais que a comunidade se apropria para continuar produzindo e assim atender a demanda do mercado local.

²¹ Tecnologia Social refere-se ao conceito oposto à tecnologia convencional (DAGNINO, 2010); citado em Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. **Abordagens teóricas de tecnologia social no Brasil.** Thais Oliveira Duque e José de Arimateia Dias Valadão. Rio de Janeiro, 2017.

Tecnologias Sociais
1. Confeção de modelos próprio das casas de vegetação, adaptadas ao ecossistema local, construído pelos próprios comunitários;
2. Canteiros suspensos construídos de madeira ou com baldes plásticos de 20l;
3. Confeção artesanal dos utensílios para o trabalho e para vivencia diária como: caniço e malhadeira para pesca; canoas; currais para criação de animais de pequeno porte; para criação das abelhas sem ferrão, cabos para enxadas; fogareiros; bancos de madeira (conhecidos como “ tamburetes”); abanos de palha e chapéus; redes tecidas em fios de náilon Cercar os canteiros e para servir de telas nos galinheiros.
4. Marombas.
5. Confeção de remédios caseiros a partir da extração de óleos de Copaíba e Andiroba; Plantas medicinais e extração de própolis.
6. Utilização de plantas e estrume para fertilização do solo;
7. A formação de bancos se sementes crioulas.
8. A economia Solidária como forma de apropriação do conhecimento formal e científico, adaptado à realidade local por meio do associativismo, com ênfase no organização de um coletivo de agricultores;
9. Artesanatos a partir de matéria-prima de espécies locais como coco, açaí e castanha (Confeccionados pelas mulheres da comunidade), palha, etc.
10. Beneficiamento de polpas de frutas de forma artesanal na confecção de trufas, doces e compotas (Confeccionados pelas mulheres da comunidade).

Quadro 1: Tecnologias sociais da comunidade Aproducida

Fonte: Pesquisa de campo/2018.

As tecnologias sociais além de serem uma alternativa viável e de baixo custo para a comunidade, também contribui para o fortalecimento do grupo. Da convivência comunitária com participação e cidadania, o que se mostra como um diferencial e uma característica positiva para o desenvolvimento social dessa comunidade rural.

Tecnologia Convencional
1. Utilização de Defensivos industriais como NPK.
2. Sistema de irrigação com motobomba.
3. Aparelhos eletrônicos como rádio, TV, freezer, celular e internet.
4. Motor rabeta.
5. Compra de sementes

Quadro 1: Tecnologia Convencional usada na comunidade Aparecida.

Fonte: Pesquisa de campo/2019

A tecnologia convencional auxilia no desenvolvimento do trabalho, sobretudo na Associação de agricultores para o escoamento da produção. Contudo, as tecnologias sociais se sobressaem, pois, constituem a forma natural de vivência dos comunitários, faz parte de sua história e de sua cultura.

A materialização do conhecimento tradicional dos agricultores de Aparecida está configurada no manejo com a agrobiodiversidade. Nas técnicas não convencionais de compostagem do solo (adubação orgânica), o plantio de culturas consorciadas e a manutenção da vegetação original se utilizando dos componentes do ecossistema, modificando a paisagem sem, contudo, degradá-la. Por fim, o papel da Associação de agricultores (Aproducida) na garantia de manutenção da renda e na configuração de uma identidade coletiva comunitária, reproduz uma disseminação desse conhecimento tradicional junto ao conhecimento formal, uma vez que se apropria da burocratização do sistema capitalista vigente, garantindo espaço junto ao mercado.

Capítulo III

O ETNOCONHECIMENTO NAS FORMAS DE MANEJO DA AGROBIODIVERSIDADE NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA.

3.1 O Etnoconhecimento nos processos de trabalho da comunidade Nossa Senhora Aparecida

Sabemos que grande parte das sociedades na Amazônia vivem em meio ao mundo rural. Por sua vez, estes mantêm um modo de vida singular, muito diferente tanto das sociedades urbanas quanto das demais sociedades rurais de outras regiões de nosso país. Contudo, possuem algo em comum: a transferência de conhecimentos ancestrais que são usados cotidianamente na sua forma de viver e trabalhar, na convivência e nos laços de parentesco.

Em meio às grandes transformações globais, essas populações preservam sua história, sua religião, seus ritos, sua medicina (métodos de cura), sua própria economia de cultura e de vida. Vão resignificando seu modo de vida material e simbólico, ainda que constantemente marginalizados pelos meios de desenvolvimento do poder econômico dominante.

Vejam um trecho do livro "Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica", de Gláucio Campos (2015), à luz dos pressupostos teóricos de Norbert Elias:

Nesse modelo de casa construída de forma rústica, com material extraído da floresta, percebem-se as madeiras dos apoios, a cobertura com palha da palmeira. [...] No tempo em que todos dependiam da palha para cobrir suas casas, o valor real e simbólico do palhal (área de palmeira) no contexto da área pesquisada era de interação. A retirada da palha – procedimento sociológico/etnoconhecimento – para não danificar a palheira e, posteriormente, a próxima palha a ser colhida por quem dela precisa [...]. O extrator retira a palha que lhe vai servir, tendo o cuidado de não danificar o espigão que é a guia ou talo novo que já vem colado ao espigão/palha principal a ser retirada. Após quatro ou cinco meses, o espigão estará maduro para ser utilizado para cobrir casa. (MATOS, 2015, p. 84).

Ao relatar sua experiência etnográfica em três comunidades rurais do Amazonas, o autor destaca o etnoconhecimento dos ribeirinhos, ou seja, o saber adquirido pelos legados da oralidade, dos seus antepassados e reproduzidos por outras gerações para lidar com a natureza nos seus espaços de vivência e cooperação ecológica, ecossistêmica e social dentro do seu espaço de realidade ribeirinha amazônica.

O etnoconhecimento, portanto, é um saber que pertence apenas a eles (os povos ribeirinhos em questão), pois é peculiar à sua organização social e raízes ancestrais. Esse tipo de conhecimento é aplicado em vários âmbitos da vida social desses povos e quase sempre não é levado em consideração pelos olhares do "estranho" ou do "de fora". Esse conhecimento é o conjunto étnico que sustenta as identidades dos povos tradicionais.

A forma de lidar com a água, com os animais, com os recursos naturais da floresta é diferente nas comunidades rurais ribeirinhas, em comparação aos outros grupos sociais constituídos nas cidades, mesmo na Amazônia. Quando o etnoconhecimento é colocado como

condutor do cotidiano de determinado grupo social, ele elege outras prioridades, desenvolve outras inter-relações com os espaços e as pessoas.

É uma experiência empírica de grande sabedoria onde o que prevalece é o valor simbólico do mundo e das coisas. Diferente do "habitus" do homem da cidade, que desenvolve outras figurações, constrói outros tipos de relações de interdependência. Quase sempre impulsionado pela tecnização e outras nuances do processo civilizador, categoria pensada à luz do pensamento elisiano, de que tudo o que construímos e/ou planejamos hoje, é reflexo de redes sociais invisíveis de interdependência. A somatória de transformações sociais do passado constitui o que somos atualmente.

3.2 O saber materializado no cultivo do solo e no manejo da vegetação

Os solos do ecossistema várzea possuem uma fertilidade natural devido o extenso período em que ficam imersos na água, no período da cheia. Segundo Fraxe, et.al.(2007, p.38), “ As características químicas e mineralógicas dos solos da Amazônia são em grande parte ditadas pela natureza do material de origem”. As intervenções humanas, sobretudo na prática da agricultura contribuem para uma certa limitação química do solo. Os solos da região amazônica apresentam um alto grau de acidez, por essa razão, as comunidades tradicionais fazem uso da técnica de “coivara”, a queima de arvores e vegetação para concentrar nutrientes dos quais o solo necessita, contudo, essa técnica é mais utilizada nas regiões do ecossistema Terra Firme.

Nos estudos feitos por Terezinha Fraxe, et.al.(2007), por ocasião do projeto Piatam²² foram constatados no ecossistema várzea no trecho entre o município de Coari e Manaus, que:

Os solos normalmente possuem teores elevados de silte e de areia fina. São predominantemente, eutróficos, com elevada capacidade de troca de cátions e elevados teores de cátions trocáveis, especialmente cálcio, magnésio e, em alguns casos, sódio e alumínio. Em contraste aos solos bem drenados de terra firme, apresentam reação menos ácida, níveis mais elevados de nutrientes, menores teores relativos ao alumínio trocável e argila de atividade alta. (FRAXE, et.al., 2007, p.38).

²² Os Solos da paisagem da várzea com Ênfase no trecho entre Coari e Manaus (Projeto Piatam) /Hedinaldo Narciso Lima; Wencelsau Geraldtes Teixeira; Kleberon Worslley de Souza. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Organizadores: Terezinha de Jesus Pinto Fraxe; Henrique dos Santos Pereira; Antônio Carlos Witkoski. Manaus: EDUA, 2007.

De acordo com Noda (2007), estudos feitos com amostras dos solos das regiões do alto, médio e baixo Solimões, os valores de pH variaram de baixo a médio. “ (...) a várzea alta apresentou um valor de pH mais elevado que a várzea baixa”. Devido à alta fertilidade dos solos do ecossistema várzea, a concentração de acidez não compromete (desde que controlada com substratos) sua utilização para a agricultura. Existem variações de composições químicas do solo em uma mesma localidade.

Os resultados mostraram que os teores de Ca e Mg ao longo da calha do rio Solimões-Amazonas situaram-se acima do nível considerado alto e que esses nutrientes não são limitantes em solos de várzea. [...] os dados demonstraram que, dentro de uma mesma localidade, a variação da concentração desses nutrientes nos ecossistemas de várzea. (NODA, 2007, p.84).

De acordo com Noda (2007), apesar da maioria dos solos de várzea analisados apresentarem concentração elevada, em alguns casos, o potássio (K), situou-se abaixo do nível considerado crítico. A Comunidade Nossa Senhora Aparecida é situada em uma região de várzea alta o que favorece o cultivo de culturas de ciclos curtos que a partir do quarto mês já estão produzindo, mas também a de ciclos longos mesmo no período da cheia, quando não acontece uma inundação grande como a ocorrida em 2012.

O solo da comunidade Nossa Senhora Aparecida é arenoso, portanto necessita fazer reposição dos substratos necessários para a fertilização das plantas, essa reposição é feita de forma artesanal (baseado no conhecimento tradicional) mas também com aplicação do NPK (nitrogênio, cálcio e Potássio) presente na composição de fertilizantes.

Nós acompanhamos a comunidade desde 2011, lá devido o cultivo em casas de vegetação, é necessário usar fertilizantes para que as hortaliças tenham um bom desenvolvimento. O solo é tratado com NPK, mas os comunitários não costumam usar com frequência, só quando se faz necessário. Eles costumam fazer a compostagem do solo por exemplo com galhos e folhas de ingazeiras que é rica em nutrientes e tem bastante lá na comunidade. A ingazeira ela é um tipo de planta nativa e tem uma função muito importante na fertilização do solo e estratégica porque atrai um tipo específico de inseto que se alimenta de outros insetos que atacam a plantação. A compostagem também é feita com estrume de boi e restos orgânicos, além do paú obtido com a deterioração de restos de madeira ou da queima. A queima raramente é feita na comunidade, a terra preta é oriunda das cinzas de carvão de fogueiras feitas para cozinhar (assar) os alimentos. (A.A.D.C, 47 anos, técnico do IDAM/COARI, entrevista, 2018).

Segundo Cardoso (2010) as terras pretas são encontradas de forma “ natural” ou são oriundas da intervenção humana sobre o solo:

As terras são reconhecidas pela sua origem da natureza ou relacionadas com sítios arqueológicos. São denominadas respectivamente de terra preta e terra preta legítima, as chamadas cientificamente de terra preta de índio (TPI). Para muitos indígenas a terra preta legítima tem origem natural ou das mãos de Deus e outros agricultores associam a origem da terra preta com a prática das roças. (CARDOSO, 2010, p.70).

Em Aparecida, a terra preta é bastante usada para a compostagem do solo. Segundo A.A.C, a característica de parte areiusco do solo da comunidade e também meio úmido em algumas áreas, mostra a complexidade e diversidade da mistura de um tipo e outro de solos em um mesmo ecossistema de várzea.



Figura 14: 1. Solo já preparado para o plantio; 2. Demonstração do tipo do solo pelo agricultor.
Fonte: pesquisa de campo/2018.

Os agricultores e agricultoras de Aparecida também atribuem a fertilidade e a composição do solo da comunidade pela sucessão de vegetação quando do tipo da capoeira que cresce no período do “descanso da terra”, denominação dada pelos agricultores à técnica de pousio. A caracterização de vários tipos de solo em uma mesma localidade é assim descrita por Cardoso (2010):

Quanto à consistência os solos podem ser duros ou fofos. Os solos duros são os que possuem maior consistência e não afundam; ao contrário, os fofos, afundam quando se andam pela superfície. Em se tratando da umidade os solos podem ser enlameados, quando apresentam alta concentração de água ficando textura de uma lama, secos quando possuem baixa concentração de água e ligento, que são solos úmidos e bem agregados. Outro atributo para distinguir os solos, mas que atualmente não é muito utilizado é o gosto. Segundo a percepção local o gosto da terra está ligado ao grau de presença de água no solo e na textura. São denominados de solos doces, azedo e insosso, que correspondem respectivamente ao solo areiusco, ao barro e à terra preta. (CARDOSO, 2010, p.72).

Segundo Fraxe, et, al. (2007), os solos predominantes na várzea são Gleissolos e Neossolos flúvicos que tem sua gênese relacionada a processos hidromorficos, especialmente os gleissolos. Portanto, o solo da comunidade Nossa Senhora Aparecida está dentro desta classificação do estudo na categoria dos Neossolos flúvicos por estar em área de maior elevação da paisagem do ecossistema da várzea.

A vegetação é formada por algumas espécies de plantas nativas em uma paisagem modificada pelos agricultores na prática da agricultura familiar e da domesticação e ocupação dos espaços naturais. A predominância do capim em toda área da comunidade, divide o espaço com grandes e exuberantes palmeiras, como coqueiros e tucumanzeiros, além de goiabeiras, ingazeiros e mangueiras.



Figura 15: Disposição da vegetação e áreas de plantio CNSAP
Fonte: Pesquisa de campo/2018.

Mas adentro da comunidade podemos perceber a predominância de outras árvores frutíferas como bananeiras, de graviola, pés de mamão, acerola, jambeiros, entre outras, em meio as hortas ao longo dos sítios e em toda extensão de terra próxima às casas de vegetação onde são cultivadas as hortaliças, principal fonte de renda e comercialização dos comunitários.

Nos baixios, áreas de depressão mais próximas ao rio que durante a cheia são inundadas, há a predominância da campina com muita concentração de capim e arbustos, nessa área da comunidade o solo é arenoso e afundam. Cardoso (2010) faz uma classificação das unidades de paisagem que podem ser encontradas nos baixios:

No baixio se distinguem as seguintes unidades de paisagem: a campina, a restinga, a praia, o igapó e o chavascal. A campina corresponde aos campos de gramíneas com pequenos e truncudos arbustos de até dois metros e que são alagados periodicamente. Os solos são arenosos e afundam. As principais espécies

indicadoras da paisagem são a macacarecuia, rabo de lontra e capins. Dá-se o nome de caramazal e arumazal as subunidades paisagística da campina, respectivamente em referência a presença da palmeira carama e ao arumã [...] (CARDOSO, 2010, p.73)

Durante a pesquisa de campo podemos perceber que em algumas propriedades na comunidade, o solo é mais escuro e “encharcado”, como dizem os agricultores, principalmente nos declives ao longo da extensão do terreno, nessas áreas, de acordo com A. C. S. ,58 anos, agricultor, “a gente aumenta a terra ou levanta canteiros grandes pra plantar, porque é a terra que eu tenho pra trabalhar né, então eu tenho de dá meu jeito pra produzir nela” (entrevista, 2018).

É comum em Nossa Senhora Aparecida a utilização de canteiros suspensos não só para o cultivo das hortaliças, mas também de algumas frutas como o maracujá. Segundo Fraxe et. Al. (2007), apesar das limitações pelo excesso de água no solo, devido à proximidade com o lençol freático, a região de várzea é bastante propícia para o desenvolvimento da agricultura, para tanto, os agricultores desenvolvem práticas baseadas no conhecimento tradicional, na escolha das áreas para o plantio, os tipos de cultura e as técnicas de preparação do solo.

As técnicas de manejo do solo pelos agricultores, utilizando-se de produtos orgânicos para a compostagem além de reduzir o custo com a obtenção de máquinas, configura-se como outra importante representação do seu etnoconhecimento. Os agricultores conhecem o tipo de solo em que trabalham e sabem como e quando é necessário trata-lo de forma que adquira os nutrientes e substratos necessários para o crescimento dos plantios. Outro fator importante é o conhecimento do período certo para o pousio, tempo de deixar a terra descansar e recuperar sua vegetação nativa, garantindo assim a conservação dos subsistemas roças.

3.3 Os saberes expressos nas formas de cultivar a terra

O Subsistema roça é onde se encontram as culturas manejadas pelos agricultores para subsistência e comercialização na feira do município. No ecossistema várzea a roça ou “plantio” como os agricultores costumam chamar o local considerado o seu local de trabalho na agricultura, ficam localizados nas áreas mais altas da comunidade, devido ao período da cheia do Rio Solimões. A escolha das culturas se dá devido ao tipo de solo e vegetação e também pela proximidade à sede do município.

Nós escolhemos plantar as hortaliças porque a terra é boa, dá pra plantar, o tempo de colheita é curto, quatro mês depois de plantar já tamo colhendo, entendeu? E também porque é perto aqui da cidade então a gente tem condição por exemplo de colher a verdura de manhanzinha e já levar pra vender na feira ou então colhe de manhã, amarra tudo direitinho e já de tardizinha já sai pra vender na feira. Agora dá trabalho! Não é fácil não, você tem te tá ali todo dia na lida, agoando, alimpando as horta, vendo as pragas, se tem já vai preparando o fumacê ou prepara uma água com tabaco pra borrifar. Porque aqui a gente não usa veneno pra prejudicar a saúde da gente nem dos outros não. Até porque graças a Deus não tem muita praga não, as ingazeira fica tudo ao redor, elas concentram os inseto também, deixa afastado das horta. (L.L.B, 69 anos, agricultor e líder comunitário).

O reconhecimento do ecossistema o qual estão inseridos é muito importante na escolha de qual cultura plantar, pois evita prejuízos com a perda da produção. O tamanho do terreno e a disposição mais adequada das casas de vegetação e dos cultivos do feijão e do jerimum por exemplo, devem estar em locais mais afastados dos rios e lagos, de preferência nas partes mais altas devido o período da cheia. Pois esse tipo de cultura não é viável se levantar em canteiros suspensos, por essa razão os agricultores observam a evolução da subida das águas e o regime das chuvas para só então iniciar o plantio de determinadas culturas com ciclos mais longos para a colheita.

Como afirmado anteriormente, a comunidade adota o sistema Agroflorestal (SAF), e os subsistemas: roça, sítio e quintal. Trabalham os três tipos de cultivo, que são predominantes no ecossistema várzea: Cultivos solteiros; cultivo em consórcio e cultivos em canteiros suspensos. Cardoso (2010) faz referência aos três tipos de cultivo em áreas de várzea:

Cultivos Solteiros: podem ocorrer nas áreas de várzea baixas ou praias ou cultivadas em tabuleiros ou balcões suspensos, grande parte dos cultivos solteiros concentram-se nas espécies folhosas de oleícolas, pimentas e temperos. Ocorrem nas proximidades dos centros urbanos e das cidades como oferta de produtos para o abastecimento do mercado hortifruti-granjeiro.

Cultivos em Consórcio: as áreas normalmente apresentam cultivos de hortaliças (onde cada cultivo ocupa espaço definido e determinado).

Cultivos em canteiros Suspensos: como estratégia de diversificação e ampliação da capacidade produtiva do sistema de produção. Destaca-se a produção de hortaliças em tabuleiros. [...] (CARDOSO, 2010, p.33).

Os cultivos em Aparecida são feitos em casas de vegetação construídas pelos próprios agricultores com auxílio técnico do IDAM. De acordo com D.L.B, 69 anos, agricultor e presidente da associação de agricultores da comunidade (APRODUCIDA), o trabalho na agricultura familiar por meio de casas de vegetação foi possível devido o projeto apresentado

à empresa PETROBRAS em 2014, quando a associação conseguiu o financiamento para a construção das primeiras casas de vegetação.

Então veio o modelo na época né, de como nós tinha que construir as casas, inclusive indicação de especialistas e tudo pra vim fazer esse trabalho aqui, mas o modelo nós achamos que não seria muito bom pra nós, então nós reunimos e com o apoio do IDAM, nós desenvolvemo o nosso modelo né, mas dentro do padrão exigido tudo, mas de acordo aqui com nossa realidade, por exemplo o tamanho, a cobertura, o tipo de plástico pra colocar em volta, tudo isso, observando também de onde vem os ventos, tudo pra não prejudicar as mudas que nós ia plantar. E não precisou buscar ninguém de fora né, pagar engenheiro de fora pra fazer. Fomos nós mesmo que fizemos, toda comunidade se uniu e nós fizemos e até hoje graças a Deus tem dado certo. (D.L.B, 69 anos, agricultor e presidente da Aprodúcida, entrevista, 2018).

O desenho das casas de vegetação da comunidade Nossa Senhora Aparecida obedece ao padrão das construções de casas e benfeitorias de madeira da região Amazônica, com aberturas laterais que favorecem a circulação dos ventos. Como vemos na figura abaixo.



Figura 16: casa de vegetação CNSAP

Fonte: pesquisa de campo/2018.



Figura 17: Casa de vegetação com cultura consorciada de cariru com quiabo.

Fonte: Pesquisa de campo/2018.

A cultura predominante na comunidade é de hortaliças, com destaque para a cebola de palha (*Allium fistulosum*) e do couve (*Brassica orelacea*). O escoamento é feito de forma individual (do agricultor direto para a feira do município) e por meio do associativismo na oferta de hortaliças e polpas de frutas para a merenda escolar da rede municipal de ensino através da Associação de agricultores da comunidade (APRODUCIDA). Os cultivos são feitos tanto nas casas de vegetação quanto em áreas abertas nos sítios de propriedade dos agricultores.



Figura 18: cultivo de cebolinha em área livre e consorciada e cultivo de couve à direita.

Fonte: Pesquisa de campo/2018.

Devido a extensão territorial da comunidade Nossa Senhora Aparecida ser considerada pequena em relação às demais comunidades da região da Ilha do Juçara, os agricultores aproveitam muito bem os espaços, de forma a ampliar a produção das hortaliças, a “cebolinha”, como costumam chamar a cebola de palha, se adapta muito fácil aos espaços abertos, assim como o couve e o cariru. “ Nós aproveita cada pedacinho de terra pra plantar, se nós quer crescer, que produzir mais a gente tem que trabalhar duro na terra né, porque se planta colhe, seja onde for ” (A.C.T, 47 anos, agricultor, entrevista,2018).

Conforme as águas vão se aproximando (enchente) dos limites da comunidade, os agricultores começam a suspender em canteiros alguns cultivos como é o caso do maracujá “(...) se a gente perceber que a água vai chegar até a plantação ae a gente começa a suspender o maracujá, e o que dé pra suspender né, usa tambor de 200l e coloca malhadeira por baixo porque aqui a correnteza é muito forte”. (L.L.B, agricultor, 69 anos, líder comunitário).

Durante as entrevistas de campo podemos perceber que os comunitários mesmo sabendo da sazonalidade na região amazônica, plantam culturas anuais e de ciclos curtos, como a maioria respondeu “ não temos medo de trabalhar”, percebe-se nas falas que os agricultores ribeirinhos conhecem muito bem o ecossistema em que vivem e são parte integrante. As limitações da natureza não são desafios aos quais eles não consigam se adaptar (e o fazem com muita destreza), esses atores sociais criam técnicas de adaptação e, portanto, convivem com as constantes “perdas” que uma grande enchente ou uma grande seca podem acarretar.

Dentre as técnicas já descritas neste estudo baseadas no etnoconhecimento dos agricultores ribeirinhos de Nossa Senhora Aparecida, destaca-se a utilização do tabaco como um defensivo natural no combate às pragas (insetos) nos cultivos.

Eles costumam usar o tabaco, aquele que compra em mercearia mesmo, deixam de molho na água, uns dois três dias, depois eles borrifam nos cultivos. É uma prática que não agride as hortaliças e também não prejudica a saúde deles e nem do consumidor final. É uma prática bastante interessante e tem dado certo. Eu já vi casos por exemplo, em outras comunidades ribeirinhas que eu acompanho de agricultores que compram defensivos de vendedores que chegam lá na comunidade deles oferecendo o produto. Produtos as vezes sem rótulo, sem mostrar a composição química e que prejudicou a saúde do próprio agricultor. Chegou um agricultor aqui já com o corpo todo manchado devido uso inadequado de defensivos agrícolas. (A.A.C, 46 anos, técnico do IDAM/Coari, entrevista, 2018).

Além da utilização do tabaco (*nicotina tabacum*), alguns agricultores informaram fazer uso do fumacê, fumaça feita com algumas folhas secas. “ (...) nós faz fumacê também pra espantar os insetos, mas isso quando tem muito, agora a noite a gente faz mais pra espantar carapanã ”. (L.F.S.A, 38 anos, agricultor, entrevista/2018). No período da cheia aumenta a

população de mosquitos, por isso todas as casas da comunidade possuem telas para impedir a entrada de mosquitos em casa, o mais comum é o carapanã que costuma aparecer a noite. “ Seis horas já pode começar a fechar a casa toda e atar o mosquiteiro que os carapanã já começa a chegar. As veis a gente faz uma fogueira aqui fora no terreiro pra ficar jogando conversa fora pra se proteger dos carapanã ”. (L.L.B, 69 anos, agricultor, entrevista/2018).

Essas técnicas usadas no combate às pragas nem sempre são necessárias, segundo L.L.B,69 anos, agricultor, não costuma ser rotina a aplicação dos defensivos, somente quando o cultivo está sendo atacado por alguma população de insetos. “ Não é sempre que é preciso usar não, só mesmo quando a gente vê que tá dando praga né, ai a gente prepara e borrifa” (entrevista, 2018). De acordo com os agricultores o mais comum é o aparecimento de formigas nas plantações, nesse caso dependendo da infestação é usado um defensivo receitado pelo técnico do IDAM que acompanha a comunidade.

Além do cultivo de frutas e hortaliças, a comunidade também cultiva plantas medicinais, bastante usadas no tratamento de doenças, como: mangarataia (*Ginziper Officinalis*), hortelã (*Mentha*), boldo (*Peumus boldus*) anador (*Justicia pectoralis*), erva-cidreira (*Melissa officinalis*), mastruz (*Dhysphania ambrosioides*), magericão (*Ocimum basilicum*), malvarisco (*Althaea officinalis*), jambú (*Acmella orelacea*), sara tudo (*Justicia acuminatissima*) , erva-doce (*Pimpinellia anisum*), cipó alho (*Adenocalimna aliaceum*), quebra-pedra (*Philanthus ssp*), japana (*Eupatorium triplinerve Vahl*), urucum (*Bichia orellana L.*), pião roxo (*Jatropha gessypifolia L*), capim santo (*Cymbopogon citratus*), amor crescido (*Portulacada pilosa L.*), alfavaca (*Oncimum sp*), babosa (*Aloe vera*), Vindicá (*Alpinia nutans L*), coirama (*Kalanchoe brasiliensis*), entre outros.



Figura 19: Placa do canteiro onde são cultivadas as plantas medicinais CNSAP.
Fonte: Pesquisa de campo/2018.

As plantas medicinais são cultivadas nos quintais dos moradores, no entanto, a associação apresentou um projeto a uma fundação que financia projetos de incentivo ao setor primário e ganhou um financiamento para a construção de canteiros para o cultivo dessas espécies comumente usadas pelos ribeirinhos para fins medicinais. Os canteiros de ervas medicinais foram construídos apenas para o consumo local. Apenas o óleo de Andiroba e de Copaíba são comercializados pelos agricultores no mercado local.

Nós conseguimos mais um financiamento né esse ano, agora para cultivo de plantas medicinais, a gente já tinha na comunidade, mas só nos quintais mesmo, os moradores sempre costumam ter em casa né pra curar algum mal, a gente costuma fazer o chá da folha ou da casca de plantas que serve de remédio. Então surgiu essa oportunidade de fazer um canteiro só com essas plantas e nós fizemos com associação e ganhamos o financiamento, já demarcamos a área e já começamos a plantar. (D.L.B, 69 anos, agricultor e presidente da Aprodúcida, entrevista, 2018).

É comum entre os comunitários a utilização de ervas no combate a resfriados, dores em geral (cefaleia, dor no estomago, dor de dente), verminoses, dismenorrea, vômito, etc, como explica dona F.B.M, 46 anos, agricultora:

[...] a gente usa bastante as ervas pra fazer chá, as cascas também de andiroba, copaíba, crajiru, a gente tem esse costume desde dos nossos pais né, desde criança nossa mãe só tratava a gente com remédio caseiro. Era gripe ou dor de estomago né, as crianças também quando pega quebranto, a rezadeira reza mas passa também um chazinho de hortelã pra dar pra criança, porque o quebranto mexe com a barriga da criança, então a gente ainda usa até hoje. A gente leva no médico sim né dependendo se já é uma coisa mais grave né, mas ainda usa os chá caseiro ainda. (F.B.M., 46 anos, agricultora, entrevista, 2018).

É comum nas comunidades tradicionais da Amazônia a prática da benzedura, geralmente feita por alguém da comunidade (homem ou mulher) que herdou o dom de alguém da família que possuía o dom de impor as mãos (reza/oração) para curar alguns males que acometem os que vivem no meio rural. Essa prática compõe o imaginário e o simbólico e demarca o espaço do homem (físico) e o sagrado (espiritual). Na organização social da comunidade, a rezadeira ou benzedeira como são conhecidas popularmente entre os comunitários tem um lugar de destaque e importância, pois é a ela ou ele que recorrem quando estão necessitados.

Aqui todo mundo respeita eles, nós tem dois rezador, seu Joao e dona Lúcia. Eles abaixo de Deus, é que nos acode quando tamo precisando né. As crianças quando pega quebranto ou quando tá assustada, com vento caído, nós leva logo pra rezar

porque dá diarreia, dá vomito na criança e depois que reza, depois da primeira reza a gente já ve melhora. Mas tem que levar tres dias, se não a reza não funciona. (A.P.M, 39 anos, agricultora, entrevista/2018).

As rezadeiras conhecem as ervas que possuem princípios medicinais e indicam para os comunitários os chás, geralmente feitos de folhas ou cascas de árvores silvestres para o tratamento de doenças. As mais utilizadas são carapanaúba (*Aspidosperma nitidum Benth*), indicada no tratamento da malária; o breu branco (*Protium sp*), para tratar a dor de cabeça; Copaíba, o óleo e a casca (*Copaifera, sp*), para inflamação na garganta, tosse, frieira e feridas; cipó da água (*Doliocarpus, sp*), para o tratamento da diarreia; preciosa (*Aniba Canellina*), no tratamento de pedra nos rins e icterícia, entre outras.

Eu aprendi com meu avô né, ele era rezador lá na outra comunidade onde eu nasci e morava antes de casar e vir morar aqui. Meu avô dizia que é um dom de Deus, eu acho que é também, porque quando eu percebi eu já tava rezando, pegando desmentidora, eu e minha mãe fazia os chá, as garrafada, ele ensinava a gente desde criança a conhecer as ervas e pra que serve e saber fazer, porque não é de qualquer jeito que faz, não pode colocar muita folha né, só o suficiente, as cascas também tem que saber a quantidade certa, então ele quando ia buscar as ervas no quintal ou as cascas la na terra firma ele sempre levava eu e meus irmão pra ver como fazia, ele dizia que quando ele morresse alguém tinha que seguir com aquele trabalho, pra ele era uma missão cuidar dos outros. Eu herdei esse dom dele, graças a Deus e ajudo naquilo que eu posso né. (J.P.C, 64 anos, agricultora, rezadeira, entrevista/2018).

Esse conhecimento empírico permite que os agricultores ribeirinhos consigam garantir a segurança nutricional da família e ter qualidade de vida (saúde) em face da ausência dos serviços de atendimento primário de saúde por parte do poder público.

O manejo adequado das espécies cultivadas na comunidade seja para a comercialização livre nos mercados locais ou mediada pela associação, é de fundamental importância para a manutenção do trabalho agrícola desenvolvido pelos comunitários, pois dele depende sua sobrevivência. Por isso, a decisão do que plantar, quando e como plantar requer um diagnóstico prévio das condições climáticas, do estado do solo (depois de uma grande cheia e de uma seca severa), devido a sazonalidade principal fator de planejamento no meio rural. Na época da vazante é o momento mais adequado, quando todos iniciam o plantio.

3.4. Os ganhos gerados com as tecnologias sociais

Podemos perceber que a adoção das tecnologias sociais tem contribuído para o fortalecimento do coletivo da Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Tem potencializado transformações sociais bastante significantes como a resolução de problemas do cotidiano na

comunidade e a consciência crítico social de se capacitar para conseguir trazer cada vez mais benefícios para a comunidade. Esse espírito comunitário e de preocupação com o meio e com os demais membros pertencentes da comunidade é perceptível na fala dos entrevistados “ a gente sabe que precisa conhecer mais, aprender sempre para poder melhorar cada vez mais nosso trabalho, trazer coisas boas pra nossa comunidade” (L.L.B, 69 anos, líder comunitário. Entrevista, 20018).

De acordo com Andrade e Valadão (2017), as tecnologias sociais visam a emancipação e a inclusão social, correspondem uma alternativa de inserção das minorias que estão à margem do sistema socioeconômico neoliberal vigente, de buscarem um lugar na sociedade e no mercado competitivo, uma forma de resistência e autoafirmação.

(...) construções coletivas direcionadas para resolução de problemas socioambientais cotidianos por meio da interação, do conhecimento e das próprias comunidades locais que possibilitam a inclusão social, a autonomia, o desenvolvimento e a transformação social. (ANDRADE; VALADAO, 2017, p 408).

A experiência vivenciada pela comunidade Aparecida pode ser então compreendida sob a ótica da Agroecologia, como novas frentes de produção agroeconômicas, que garantem a segurança nutricional e alimentar, além de promover a autonomia socioeconômica dos atores sociais pertencentes a esse sistema de trabalho na agricultura familiar. A ideia de que há uma outra racionalidade produtiva além dos modelos convencionais que estabelecem padrões homogêneos para a produção agrícola.

Esse modo de vida autossustentável é, portanto, produto de uma construção social de vivência que respeita o meio ambiente e sua biodiversidade. Os ganhos sociais e econômicos são percebidos pela qualidade de vida que os moradores da comunidade possuem, bem como o acesso à educação básica, fundamental, médio e nível superior dos filhos. Os pais apesar de não terem tido oportunidade de estudar, participam de cursos e oficinas oferecidas pelo Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pelo Instituto Federal do Amazonas (IFAM) “Nós faz questão que os jovem aqui da comunidade estude e ponha o que aprenderam aqui na comunidade” (D.L.B, 66 anos, agricultor e presidente da Aproducida. Entrevista, 2018).

Além dessas evidencias podemos perceber durante as visitas de campo a construção de territorialidades produtivas. Basicamente uma grande maioria de localidades rurais do município de Coari, sobretudo as do ecossistema Terra Firme, eram de grandes comerciantes locais à época da borracha, segundo relatos dos moradores mais antigos da comunidade.

Aqui minha filha não teve esse negócio dos comerciantes grandes ser dono das terras como noutras comunidades, até hoje por exemplo tem a Vila Fernandes né, que é todinha da família do vereador Anacleto, que botou gente lá pra trabalhar no castanhal pra ele e depois já virou comunidade mas a maioria das terras lá é dele ainda. Tem lá no Barro Alto também do seu Freitas, entences as terras tudo tinha dono, era o governo que dada diz o pessoal, eu não sei bem, se era grande comerciante ou militar já ganhava terra de graça e o pessoal que vivia lá se quisesse ficar tinha de trabalhar pra eles, era assim, mas isso é mais nas terras firme. Aqui por exemplo tenho lembrança de ter aqui a ilha do Juçara, tinha só meu pai e o seu Manel, aos poucos os filhos foro casando e construindo suas casas mas a gente era dono só do pedaço de terra que a gente podia plantar, não da terra toda não né porque Deus é que é o dono de todas as terras da floresta. Entonce a gente foi se ajeitando trabalhando e meio por fim já tinha a comunidade grande né que é agora Nossa Senhora de Fátima, depois foro aparecendo as outra né. Eu vim pra cá pra Aparecida pq meu pessoal não quis mais trabalhar com farinha né dae nós deixemo lá o sitio pro meu filho e vim pra cá quando formaram a comunidade. (A.L.F, 82 anos, agricultor. Entrevista/2018).

Essa fala do agricultor mostra um pouco do processo de ocupação da região da calha do rio Solimões, de como se originaram os municípios à época da colonização e posteriormente no processo político de ocupar as terras amazônicas com os projetos de desenvolvimento do país já mencionados anteriormente. Muitas comunidades segundo relatos dos entrevistados tiveram que lutar pela posse da terra que eram dadas aos proprietários de seringais e castanhais e aos grandes comerciantes que se estabeleceram aqui na região durante os ciclos econômicos da borracha, da juta e da malva, conforme afirma Rapozo (2010):

Quando se trata do rio Solimões, a influencia na ocupação de suas margens por grupos sociais não indígenas está ligada em um momento mais recente, diretamente aos ciclos econômicos da região, à borracha, a juta e a malva, que marcam ao mesmo tempo a falência das políticas de desenvolvimento adotadas para a região, a expansão da fronteira colonizadora por grupos sociais de diferentes áreas do país, sobretudo nordestinos; o deslocamento e ocupação humana mal planejada na região, que fizeram das várzeas dos rios, último reduto das estratégias de subsistência por meio de sua posse, em busca de melhores condições de vida pelas oportunidades que as atividades de trabalho rural e uso de recursos disponíveis apresentavam de antemão. (RAPOZO, 2010, p.35).

A posse e ocupação da terra configura-se, portanto como um dos maiores ganhos dos comunitários com o trabalho na agricultura, adotando uma postura racional e planejada, buscando aprimorar as tecnologias sociais para manutenção de um modelo agrícola sustentável. Mas sobretudo, a questão territorial se mostra com preponderante na construção de uma identidade coletiva, o reconhecimento enquanto comunidade rural produtiva e em desenvolvimento.

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender como o saber secular praticado pelas populações tradicionais que habitam às margens dos rios, lagos e igarapés da Amazônia, herança da nossa ancestralidade indígena, conseguem coexistir com relações históricas, econômica e culturais em transformação constante dada as dinâmicas socioambientais locais, uma vez que essas relações se constroem no contexto da agricultura familiar.

A observação e descrição do modo de vida material e simbólico dos agricultores ribeirinhos da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara nos possibilitou uma melhor compreensão sobre a percepção que eles têm sobre a vida em comunidade, a semiótica em torno dos lugares de memória, a manutenção do conhecimento tradicional no trabalho com o solo, a vegetação e as águas. Para compreender de que forma se mantém e de onde se originou o conhecimento tradicional que permeia todas as relações que esses atores sociais tecem em seu cotidiano, procuramos descrever localização territorial geográfica da comunidade, conhecer o processo de formação histórica ameríndia para traçar o perfil social e histórico que possibilitou a formação da comunidade.

Durante a pesquisa de campo identificamos a diversidade das técnicas adotadas para o cultivo das hortaliças, das frutas, das plantas medicinais e ornamentais, do desenho agroecológico, pensado a partir do conhecimento sobre os ciclos hidrológicos, da direção dos ventos, do acesso à água para irrigação, planejamento que requer muita habilidade e destreza dos agricultores.

A escolha do tipo de cultura plantar para que possam colher antes que as águas cheguem na plantação, a melhor época para plantar, para ter garantia do alimento para subsistência da família, são exemplos dessa habilidade adquirida pelo etnoconhecimento passado dos pais para os filhos e pela vivência no meio rural.

Ao longo de nossas discussões procuramos evidenciar essas relações, tecendo comentários teóricos, resultado do diálogo com os diversos autores que abordam a importância de se aprofundar o Etnoconhecimento, articulando-se a esses diálogos, procuramos dar voz aos comunitários que participaram das nossas entrevistas e observações.

A memória coletiva desses atores sociais nos fizeram compreender mais a fundo a importância da organização do trabalho da agricultura familiar, para a emancipação econômica e social da comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara, uma vez que, essa prática surge de uma organização social amadurecida, onde os comunitários têm uma compreensão do seu papel na estrutura organizacional para a produção agrícola que se transformará, num futuro próximo, num salto qualitativo de emancipação econômica para os membros participantes desse modelo de produção familiar.

São visíveis os ganhos socioeconômicos daqueles que estão inseridos no processo desde o início do projeto, pois dispõem de autonomia financeira que garanta o sustento da família mesmo em período de perda de produção, ou seja, na ocasião de uma grande inundação, possuem sua própria embarcação, os filhos estão na escola e em alguns casos já na educação superior, possuem casa na sede do município e ao que se pode constatar durante a realização da pesquisa tem meios para se dispor de opções de lazer não observadas nas demais comunidades ribeirinhas.

E o que nos chama mais atenção é o equilíbrio que há entre os ciclos de produção e o ambiente, expressos na manutenção dos saberes tradicionais no trabalho com a terra. Os produtores das áreas de várzea vivenciam experiências tradicionais em cada etapa da execução de seu trabalho, tendo um conhecimento empírico dos ciclos da natureza, relacionando-se com a terra de modo mais sustentável, sem a utilização de elementos que resultam dos estudos científicos que provocam muitas vezes, o “desequilíbrio” natural dos produtos. Estes conseguem perceber que o orgânico é bem mais saudável para o consumo, tanto dos seus familiares quanto dos seus consumidores em potencial, que buscam esse tipo de produto.

Podemos perceber notoriamente que os comunitários de Aparecida por meio do etnoconhecimento vem vivenciando esse processo transitório da agricultura convencional para a agroecologia, descrito por Miguel Ángel Altieri (2006) e Leff (2001), onde homem e meio ambiente se configuram em conexões e relações de interdependência, pois são parte integrante de um mesmo ecossistema. As relações com o meio através da agricultura familiar e a adaptação da paisagem natural levam em conta os ciclos hidrológicos, e a biodiversidade local compondo assim a agrobiodiversidade da Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara.

Nesse contexto, percebemos que o modelo de trabalho em agroecossistemas, este como um dos princípios da agroecologia, pressupõe uma alternativa viável para as comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia. A organização em associativismo, meio adotado pelos

comunitários de Aparecida configura-se como uma das formas de apropriação dessas populações tradicionais de alternativas do sistema econômico vigente (capitalismo). Contudo a comunidade ainda preserva o modo de vida coletivo, típico do meio rural com características preponderantes das relações de parentesco, de compadrio e do trabalho como uma extensão da família.

Podemos perceber outras formas de apropriação dessas comunidades tradicionais ribeirinhas como a utilização de energia elétrica, telefonia celular, acesso à internet e outros equipamentos eletrônicos de alto custo. A garantia da renda mensal proveniente da comercialização do produto de seu trabalho na agricultura, torna possível aos comunitários o acesso a esses bens de uso particular e que lhes proporciona certo grau de comodidade se comparado aos demais agricultores de comunidades vizinhas.

O acesso à telefonia celular diminui assim o “isolamento” que tanto marginaliza as populações rurais dos municípios do interior do Estado do Amazonas, sobretudo às mais distantes e de difícil acesso.

Dentro dos parâmetros do modelo capitalista no qual estamos inseridos, faz-se necessário essas apropriações, porém, ressalta-se a importância de uma articulação entre os saberes empíricos e científico, por meio das ações de pesquisa e extensão, para que os conhecimentos e vivências acerca do uso e manejo adequado, da biodiversidade dos ecossistemas locais, possam perdurar, de forma que as futuras gerações possam vivenciar um sistema de produção que promova a sustentabilidade de nossos recursos naturais.

Outro aspecto não menos importante é a oralidade presente nas memórias e nos saberes transferidos de pai para os filhos que mantem os laços de uma ancestralidade tão marcante apesar do fenômeno de hibridação de culturas, conforme relaciona Nestor García Canclini (2015), as narrativas descritas nos mostram o quanto a predominância dos ensinamentos dos mais velhos compõem a identidade dos agricultores ribeirinhos de Nossa Senhora Aparecida. Rememorar é, portanto, um elemento importante da História Oral e possibilitar uma amplitude e sentido dos fatos históricos de determinados grupos sociais.

Ao analisar tais narrativas não nos atemos apenas a transcrever falas mas descrever contextos, expressões corporais e todo corpo de símbolos, significados e significantes presentes em cada palavra ou expressão de nossa língua, a singularidade do vocabulário, a descrição dos personagens e suas subjetividades, enfim a sua forma de compreensão do mundo.

REFERENCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALTIERI, M, A. MOURA, E.G. e AGUIAR, A.C.F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo: Princípios e tecnologias**. São Luiz, UEMA, 2006.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALMEIDA, Neuler André Soares e MAFRA, Rosana Zau. **Economia ambiental e dos Recursos naturais: Teoria e prática no contexto amazônico**. Universidade do Estado do Amazonas. Escola Superior de Ciências Sociais. Departamento de Economia, Manaus, 2014.

ARMANDO, M. S. **AGRODIVERSIDADE: Ferramentas para uma agricultura sustentável**/ Marcio Silveira Armando- Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2002.

AMARO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ANDRADE, J. A.; VALADAO, J.A.D. Análise da instrumentação da ação pública a partir da teoria do ator-rede: tecnologia social e a educação no campo em Rondônia. **Revista de Administração Pública**, v.51,n.3,2017.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas** / introdução, organização e seleção Sergio Miceli. – 7. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Traduzido por Mateus S. Soares Azevedo et al. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CANCLINI, Nestor, García. **Culturas híbridas, poderes oblíquos**. In: Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.e. 7 reimp. São Paulo: Ed. USP, 2015.

CARDOSO, Thiago Mota. **O Saber Biodiverso: práticas e conhecimentos na agricultura indígena do baixo rio Negro**/Thiago Mota Cardoso_ Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente** Traduzido por Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Coutrix, 1996.

CAPORAL, F.R. Agroecologia: alguns conceitos e princípios/ por Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber; 24p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARMO, M.S.; SALLES, J.T.A. **Sistemas familiares de produção agrícola e o desenvolvimento sustentado**. In :ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 1998, Florianópolis. Anais. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sbs3/html>>.

CARVALHO, Vilson Sergio de. **Educação ambiental e desenvolvimento comunitário**/ Vilson Sergio de Carvalho._Rio de Janeiro, RJ: WAK,2002. 224p.; 21cm.ISBN 85-88081-04-0.

CINELLI, Catiane. **Programas de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas**. 2012.113 p (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

COELHO, E.F. **Sistemas de manejo de irrigação de baixo custo para a agricultura familiar**/ Eugenio Ferreira Coelho et. al. Cruz das Almas, BA: Embrapa mandioca e fruticultura, 2014.

CHAYANOV, A, V. **La organizacion de la Unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais/organizadores Terezinha de Jesus Pinto Fraxe, Henrique dos Santos Pereira, Antônio Carlos Witkoski, Manaus: EDUA,2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Traduzido por Luiz Felipe Breta Neves. 7 eds. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. Traduzido por Lúcia M. Ponde Vassallo. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.com.br>>. Acesso em: 22 de março de 2019.

GAWORA, D. **Urucu-Impactos sociais, ecológicos e econômicos do projeto de petróleo e gás Urucu no Estado do Amazonas**/Dieter Gawora-Manaus: Editora Valer, 2003.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**/ Clifford Geertz-1.ed., 13reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por Tomaz Tadeu da

Silva e Guacira Lopes Louro. 12^a ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p.21-52.

HOMMA, A.K.O. **História da Agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**/ Alfredo Kingo Oyama Homma.- Brasília: Embrapa Informações Tecnológica, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Censo Demográfico e Populacional. Coari-AM, 2010.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL DO AMAZONAS-IDAM, Coari-AM, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia**/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. _ 7.ed._Sao Paulo: Atlas, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**/Enrique Leff; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth_Petrópolis , RJ: Vozes, 2001.

LEVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Traduzido por Mariano Ferreira. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e figurações na hinterlandia amazônica**. Gláucio Campos Gomes de Matos. _ Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Editora Nova Cultural, São Paulo, 1996.

MANZINI, E.J. **A entrevista na pesquisa sócia. Didática**, São Paulo, v.26/27, p.149-158, 1990/1991.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; Holanda, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2011.

MENEZES, G.M; LOPES, F.R; RODRIGUES, Barreto, A.S, **A História Oral como metodologia de Pesquisa em Folkcomunicação**. RIF, Ponta Grossa/PR Volume 16, Número 36, p.183-198, janeiro/ junho 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**.34.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

_____. **Saberes Globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**; participação de Marcos Terena. _ Rio de Janeiro: Garamond,2008.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro. Bertrand, 2010.

NODA, Sandra do Nascimento et al. **Utilização e apropriação das terras por Agricultura familiar amazonense de várzeas**. In: DIEGUES, Antônio Carlos & MOREIRA, André de Castro C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUBUSP, 2001.

_____. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. 207 p.

ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto,1996.

PINTO, Renan Freitas. **A viagem das ideias**. Manaus: Valer, 2006.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAPOZO, PEDRO HENRIQUE COELHO. **Territórios sociais da pesca no rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso**/Pedro Henrique Coelho Rapozo. –Manaus, AM: UFAM, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa: Meneses, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Sandra Helena. **Autopoiese nos agroecossistemas das ilhas do Valha-me-Deus e Chaves-Juriti/PA**/Sandra Helena Silva.2015.237 f: Il.color.31cm.

SILVEIRA, F.A, MELLO, G.A.R, ALMEIDA, E.A.B. **Abelhas Brasileiras: Sistemática e Identificação**. Belo Horizonte: Brochura, 2002.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (org.). **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992.

VASCONCELOS, Francisco. **Coari_ (um retorno às origens)**. Brasília: Da Anta Casa Editora, 2002.244p.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de

Janeiro: Garamond, 2003.

VIANA, V.M.; DUBOIS, J.C.L.; ANDERSON, A.B. 1996. **Manual Agroflorestal para a Amazônia**. Vol. 1, Rebraf/Fundação Ford, Rio de Janeiro. p. 228

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, floresta e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Edua, 2007.

WOORTMANN, E. **O trabalho na terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: UnB, 1997.

ANEXOS



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO_TCLE

Prezado (a) Senhor (a),

Convido você a participar da pesquisa sobre “ *Etnosaber: A agricultura familiar e a organização social do trabalho na comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara no município de Coari-AM*”, que está sendo desenvolvida por Gleides Medins de Menezes, mestranda do programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas_PPGICH/UEA. Da Universidade do Estado do Amazonas_UEA, Centro de Estudos Superiores de Tefé_CEST, situado à Estrada do Bexiga, número 1085, CEP: 69552-315, Tefé-Amazonas. Tel: 97 3343-3396/www.uea.edu.br.

O objetivo deste estudo é analisar os conhecimentos utilizados nos processos de trabalho dos agricultores da várzea na comunidade de Nossa Senhora Aparecida da Costa do Juçara para a manutenção de seu modo de vida material e simbólico. A finalidade do estudo é contribuir para a produção de um conhecimento científico descritivo sobre a vida das famílias que vivem na comunidade e que tem na agricultura familiar sua principal fonte de subsistência.

Solicitamos a sua colaboração para nos ceder uma entrevista gravada em áudio por meio de um gravador de voz, de mais ou menos 10 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Humanas e possíveis publicações em revistas científicas nacionais ou internacionais. Por ocasião da publicação, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que tal pesquisa possa vir oferecer algum risco no sentido de um mal-estar por ocasião do uso de sua imagem ou com relação às perguntas relativas à pesquisa, algum desconforto por ter que falar sobre sua vida e/ou seu trabalho, no entanto, para fim de minimizar possíveis desconfortos nos comprometemos em viabilizar um espaço adequado, mais reservado de forma que você se sinta à vontade para participar da pesquisa. Você receberá uma via deste documento.

O endereço do Comitê de Ética na pesquisa o qual o projeto está submetido é: AV Carvalho Leal, 1777, bairro Chapada, Manaus. Cep: 69050-030; tel: 92 3878-4368; e-mail: cep.uea@gmail.com.

Esclarecemos que sua participação no estudo, é voluntária e, portanto, o senhor (a), não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador (a), estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

Coari, ____, de ____, 2018.

Assinatura do (a) participante

RG:...../ CPF:.....

Endereço:.....

Tel:...../ e-mail:.....

Contato do pesquisador (a):

Caso necessite de maiores informações favor ligar para Gleides Medins de Menezes, Cel: (97)

991749552; e-mail: gmenezes@uea.edu.br

Orientador: Professor Dr Pedro Henrique Coelho Rapozo

e-mail: phrapozo@uea.edu.br

Cel: 92 993572161.



Universidade do Estado do Amazonas
Escola Superior de Artes e Turismo
Centro de Estudos Superiores de Tefé
www.uea.edu.br
www.pos.uea.edu.br/cienciashumanas



C.U.C – Central Única Das Comunidades Do Estado do Amazonas

Estatuto publicado no diário da União Brasília/DF sob Nº 0160/91

Dec. De Utilidade Pública Lei Nº 2.213/93

CGC Nº 63.694.210/0001-47

"Com Força e União Não Teremos Barreiras"

Decreto de Utilidade Pública Municipal Lei Nº 262/94

Registro no Conselho Nacional de Assistência Social Nº 28974.002343/94-63 Brasília/DF

N.A.S. – NÚCLEO DE AÇÃO SOCIAL - COARI AMAZONAS

CADASTRO DE FILIAÇÃO

ENTIDADE: _____
ENDEREÇO: Comunidade Nossa Senhora Aparecida Lucara
DATA FUNDAÇÃO: 15/09/95 DATA ELEIÇÃO: 12/06/95 CEP: 123.243.372-15
CGC Nº 63694210/0001-47 OUTROS DOCUMENTOS: 30049522208

NOME DO PRESIDENTE: Damião Lima Barbosa
RESIDÊNCIA: Comunidade Nossa Senhora Aparecida
DN: ___/___/___ LOCAL DE TRABALHO: Costa do Lucara
FONE CONTATO: 9977.6301 NOME VICE-PRESIDENTE: Silvinho Oliveira da Silva
DN: ___/___/___ RESIDÊNCIA: Costa Lucara
LOCAL DE TRABALHO: _____
FONE CONTATO: (99776301)

REQUISITOS EXIGIDOS:

- Que a Filiação seja de livre e espontânea vontade da Diretoria e dos moradores da Comunidade;
- Que o representante legal da Entidade tenha sido eleito por uma maioria expressiva de Eleitores ou Aclamadores;
- Fidelidade à Causa Comunitária e à Entidade Mãe;
- Que o representante da Afiliada, compromete-se durante o seu Mandato, em prestar Contas da sua administração perante a sua Comunidade e a C.U.C. - Central Única das Comunidades;
- É de inteira responsabilidade do representante desta, o pagamento mensal da Taxa de Filiação;
- Ao representante Comunitário, só será permitida sua candidatura para o cargo de Presidente da Executiva da C.U.C., se a sua Entidade estiver totalmente legalizada e em dias com a Tesouraria desta;
- Que as Eleições Comunitárias desta, só poderão ser Coordenadas pela C.U.C. - Central Única das Comunidades.

Coari, 15/09/95

Representante da Afiliada

ATA DA REUNIÃO DE FUNDAMENTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, NO MUNICÍPIO DE COSTA, ESTADO DO AMAZONAS.

Por 22 (vinte e dois) dias do mês de Março do ano de dois mil e Nove, às 16:00 (seis) horas, no Centro Comunitário da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, na Costa do Jucara, Município de Costá, Estado do Amazonas, reuniram-se os moradores da referida Comunidade, num total de 17 (dezoito) pessoas, com a finalidade de fundar a Associação dos Produtores Rurais e eleger a Diretoria. Presidiu os trabalhos O Sr. Damiano Simão Barbosa, produtor rural da Comunidade, que colocou em discussão o assunto em pauta, alinhando a importância da organização do povo para reivindicar seus direitos e afirmando que a criação da Diretoria por feita de maneira democrática, pela maioria de votos dos Comunitários, fediu, alguns os presentes, que se manifestaram a favor da fundação da Associação e concordaram com a forma da votação. Em seguida, foi decidido que a Diretoria seria composta de 06 (seis) membros: Um Presidente, Um Vice-Presidente, Dois Secretários, Dois Tesoureiros. Foram apresentadas as 02 (duas) chapas encabeçadas por: Chapa 1 - Sílvio Simão Barbosa e Chapa 2 - Antônio dos Santos Costa. Quando decidido, por aclamação, que a eleição seria de varas para Presidente e Vice os seguintes nomes seriam eleitos: Sílvio Barbosa e Antônio dos Santos Costa. Com o intuito de maior rapidez e eficiência, o Coordenador da Reunião concedeu a palavra aos candidatos que tiveram que falar de suas metas e reivindicações perante os presentes. Sobre a forma de votação, foi decidido que seria de varas abertas, o nome do candidato ou da chapa que preferisse, e os votos seriam contados pela Mesa Diretora, com a presença de um fiscal para cada chapa concorrente.

Para não ficar comprometido nos trabalhos, os debates foram conduzidos e se retiraram do local de reuniões. A Mesa Costeira iniciou seus trabalhos e com o fim a votação. Em seguida, foi feita a apuração dos votos, sendo a Mesa Julgadora composta pelo membro da Mesa Costeira, ficando como vencedora a Chapa que teve como candidato o Sr. G. Peixoto Lima Barbosa, com 15 (quinze) votos, ficando em segundo lugar a Chapa B.

F. Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APATUEZADA, que também será conhecida por **PRODUCIDA**, ficou assim constituída:

- PRESIDENTE - NICTO LIMA BARBOSA
- VICE-PRESIDENTE - ANTONIO DOS SANTOS COSTA
- PRIMEIRO SECRETARIO - FRANCINETE VILHO DA MOTA
- SEGUNDO SECRETARIO - JANETSON COSTA
- PRIMEIRO TESOUREIRO - JOSE LIMA BARBOSA
- SEGUNDO TESOUREIRO - MUCIVANIA DA COSTA BARBOSA
- Também foi eleito o CONSELHO FISCAL:
- PRIMEIRO CONSELHEIRO - AMARILDO LIMA BARBOSA
- SEGUNDO CONSELHEIRO - JOSE TEODORO DA SILVA
- TERCEIRO CONSELHEIRO - LINA COSTA VALENTE
- PRIMEIRO SUPLENTE - BENILSON FERNANDES DE ARAUJO
- SEGUNDO SUPLENTE - JANETZILTON FERNANDES DE ARAUJO
- TERCEIRO SUPLENTE - COQUE LIMA BARBOSA

A seguir, ocorreu a folclore do Coordenador da reunião G. Damiano Lima Barbosa, que agradeceu a participação e o interesse de todos, pedindo o apoio de comunitários para a diretoria eleita, alertando para as dificuldades futuras, passando em seguida a folclore para o Comunitário Presidente eleito G. Peixoto Lima Barbosa que, entre outros coisas, convocou a todos para se envolverem nos objetivos da AMO Local, pois só com a colaboração de todos.



1/1

Luis Antonio Machado
Escritor de Coari - AM
2
Arieth da Silva Machado
Sub-Oficial

os resultados festivos serão alegres, pois a
Associação será forte se todos acreditarem e evoluírem
seus projetos. Finalmente às 17:30 (depois de tanta
a reunião foi declarada encerrada, os presentes se
foram para suas residências. Nada mais havendo
pontos em, FRANCINETE PINTO DA MOTA, Secretária, leu a
resolução ATA, a qual vai anexada por mim, pelo Presidente e pelo
Assessor. Resoluto que assim se faça.



Francinete Pinto da Mota
Francinete PINTO DA MOTA - Secretária
Lucio Lima Barbosa
Presidente

Coari - AM
CENTRO ALONAZIA
Lima Costa Parente
Francisco dos Santos Costa
João Lima Barbosa
Roberto Oliveira da Silva
Damião Lima Barbosa
Lucas Lima Barbosa
Mendesilton Francisco da Silva
Samborom C. da Silva
José Francisco da Silva
Sul de Oliveira Nascimento das R.
Lima Sabar da Silva
Emilson Fernandes de Araújo
Dionomá da L. Barbosa
Sônia da Silva Zetter
Rosa Maria da Araujo



DECLARACIONAL que o presente título foi c. (Lima Costa) visto
apresentado para Registro no dia 25/11/2007
RENDIENDO no Livro 114 de Fls. 198 sob o N.º 2525
AVERBADO no Livro N.º — Fls. — sob o N.º —
REGISTRADO no Livro N.º 0-10714 114 Mat. N.º 2304

Coari - AM, 25 de Novembro de 2007
Luis Antonio Machado
Escritor



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COARI

TÍTULO DEFINITIVO

O Prefeito Municipal de Coari

Faz saber aos que o presente TÍTULO virem, que de acordo com a Lei Municipal nº 12/73, de 30 de dezembro de 1973, que foi cedido a enfiteuta a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA - APRODUCIDA

Através de escritura pública de Compra a Venda, fica passada às notas do Livro de registro de TÍTULO DEFINITIVO de nº 20, do ano de 2.011, em data de 14 de Dezembro de 2011, com o Registro de Nº 051, o domínio e direito do lote de terras do seu patrimônio de Nº 051 com uma área de 125.000 m² (cento e vinte e cinco mil metros quadrados) correspondente a 12,5 há (doze hectare e meio), com os seguintes limites e metragens: limita-se pelo *lado de cima* com Alcides de Tal, com uma linha reta de 500 m (quinhentos metros) de comprimento; *Lado de Baixo* com Valdemar Pessoa, com uma linha reta de 500 m (quinhentos metros) de comprimento; pelos *Fundos* com Barbosa de Melo e Terras Devolutas, com uma linha reta de 250 m (duzentos e cinquenta metros) de largura; *E frente* com MARGEM ESQUERDA DO RIO SOLIMÕES - COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE APARECIDA - LOCALIDADE PRIMAVERA, com uma linha reta de 250 m (duzentos e cinquenta metros) de largura.

E para constar, passa-se este TÍTULO DEFINITIVO, ficando por esta forma a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DA COMUNIDADE DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA - APRODUCIDA, investida do domínio pleno do imóvel e de direitos e regalias por Lei conferida, sujeito as disposições consignadas na Mencionada Lei Supra referidas, bem como salvo os direitos de terceiros, sem ônus Algum para o Patrimônio Municipal.

Prefeitura Municipal de Coari - AM, 14 de Dezembro de 2011.

Inez Mueli Guimarães
Secretaria Municipal de
Terras e Habitação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
1ª VARA DA COMARCA DE COARI

Iaci Dantas Alfaia - Escrivã
Travessa Raimundo Mota, nº 306, centro - CEP: 69.460-000
Coari - Amazonas - Fone Fax (097) 561-2163

CERTIDÃO DE REGISTRO DE IMÓVEL

~~IACI DANTAS ALFAIA, Tabeliã e Escrivã do
Judicial e Demais Ofícios Anexos do Cartório do
Primeiro Ofício da Comarca de Coari, Estado do
Amazonas, na forma da lei, etc.-//////////~~

CERTIFICA que em data de 20 de outubro de 2005, as folhas 46, do livro de Registro Geral de Imóveis "2-J", sob o número de ordem R- 1- 2.029, foi feito o registro de - Um lote de terras denominado "Primavera", situado na margem esquerda do Rio Solimões, neste município, medindo duzentos e cinquenta metros (250m) de frente, por quinhentos metros (500m.) de fundos; limitando-se pelo lado de cima, com Alcides de Tal; pelo lado de baixo, com Valdemar Pessoa; pelos fundos, com Barbosa de Melo e Terras Devolutas; e, pela frente, com o Rio Solimões, adquirido por - F. D. FREITAS, por compra e cessão feita a Marlon Siqueira de Almeida, através da Escritura de Compra e Venda e Cessão de Direitos Possessórios, lavrada nas Notas deste Cartório, as folhas 21v/22, do livro 82, em data de 14 de outubro de 2005, continuando o seguinte registro.-//////////
REGISTRO Nº: R- 2- 2.029, procedido em data de 15 de dezembro de 2005, por força da Escritura de Compra e Venda, Cessão de Direitos Possessórios, lavrada nas Notas deste Cartório, em data de 15 de dezembro corrente, as folhas 108v/109v, do livro 82, pelo qual - **ORLANDO MOREIRA DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, advogado, residente na Av. Brasil, Condomínio Parque Ayapuá, Bloco P1, apto. 22, 2º andar, na cidade de Manaus, presente nesta cidade, portador do Cartão de Identificação de Contribuinte 001.066.742-34, adquiriu - o lote de terras denominado "Primavera", situado na margem esquerda do Rio Solimões, neste município, medindo duzentos e cinquenta metros (250m) de frente, por quinhentos metros (500m.) de fundos, mencionado no registro supra, por compra e cessão feita a F. D. Freitas, firma comercial estabelecida na rua Independência, nº 230, Centro, nesta cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica (CNPJ) 63.687.271/0001-87; pelo valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).-//////////

O referido é verdade; dou fé.

Coari, 15 de dezembro de 2005

A OFICIAL,

Iaci Dantas Alfaia

INSTITUIÇÃO DE REGISTROS IMÓVEIS
Iaci Dantas Alfaia
Tabeliã e Escrivã
Celia Alfaia Lima
Antônia B. Freitas da Silva
Auxiliares
Fone Fax (097) 561-2163 / 111 561 2163



CONTRATO DE CONCESSÃO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL Nº 18 - C/2018 QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL - FAS E A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA - APRODUCIDA, NA FORMA ABAIXO:

A FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL, neste ato denominada simplesmente FAS, fundação privada, inscrita no CNPJ sob o nº 09.351.359/0001-88, com sede em Manaus/AM, à Rua Álvaro Braga, 351 – Bairro Parque 10 de Novembro, CEP: 69.055-660, neste ato representada pelo seu Superintendente Técnico-Científico, o Senhor EDUARDO COSTA TAVEIRA, residente e domiciliado em Manaus/AM, na Rua 15, 8, QD 12, Condomínio Villa Verde – Santo Agostinho – CEP: 69.038-800, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12999474 SSP-AM, e do CPF nº 601.314.622-53;

e

a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA - APRODUCIDA, neste ato denominada simplesmente BENEFICIÁRIA, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 10.739.487/0001-01, com sede em Coarí/AM, Comunidade Nossa Senhora Aparecida, S/N, Zona Rural, CEP: 69.460.000, neste ato representada pelo seu Presidente, o Senhor DAMIÃO LIMA BARBOSA, residente e domiciliado na Comunidade Nossa Senhora Aparecida da Costa do Jugoro, S/N, Zona Rural, CEP: 69.460.000, portador da Cédula de Identidade RG nº. 252 579 SSP-AM, e do CPF nº 123.243.372-15;

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

A FAS concede à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, colaboração financeira não reembolsável no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no âmbito do Edital "Floresta em Pé", destinada a execução do projeto intitulado: "Agricultura Familiar: Desenvolvendo o setor com responsabilidades socioambientais", doravante denominado "projeto", descrito no anexo 1, que é parte integrante deste contrato.

O Edital "Floresta em Pé" visa ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em Unidades de Conservação (UCs) estaduais, seu entorno e mosaicos de áreas protegidas e corredores ecológicos no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos agroflorestais sustentáveis; (ii) fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda, observado o disposto na Cláusula Segunda (Cronograma de Desembolso).



**CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE
ENTRE SI FAZEM O BANCO DA
AMAZÔNIA S.A. E A ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES
RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA
SENHORA APARECIDA.**

Por este instrumento particular de Contrato, em que são partes, de um lado o **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, CNPJ/MF nº 04.902.979/0001-44, Inscrição Estadual nº 150.737.93-9, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém/PA, doravante denominado **PATROCINADOR**, representado neste ato por seu Diretor Comercial e de Distribuição, respondendo pela DIREC, Sr. **WILSON EVARISTO**, brasileiro, casado, banqueiro, portador do RG nº 477.594 SSP/DF e do CPF/MF nº 079.915.502-06, residente e domiciliado nesta cidade, e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.739.467/0001-01, com sede em Coarí/AM, na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, s/n, Zona Rural, CEP: 69.460-000, doravante designado simplesmente **PATROCINADA**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **DAMIÃO LIMA BARBOSA**, portador do RG nº 252.579 SSP/AM, inscrito CPF/MF nº 123.243.372-15, e seu Tesoureiro, Sr. **LÚCIO LIMA BARBOSA**, portador do RG nº 266.273 -SSP/AM, CPF/MF nº 123.243.702-63.

RESOLVEM, com fundamento no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e decisão da DIREX, datada de 20/01/2016, baseada no Parecer GICOM-COPAT 2016/005, ajustar o presente contrato mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objetivo deste contrato é o Patrocínio ao Projeto "1ª EXPOSIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA" a ser realizado pela **PATROCINADA**, no dia 16/04/2016, na cidade de Coarí/AM.

PARÁGRAFO ÚNICO: O patrocínio para o Projeto referenciado nesta Cláusula deverá ocorrer no estrito cumprimento do objeto deste contrato, preservando os interesses e imagem do **PATROCINADOR**.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Valor

O patrocínio aqui firmado é no valor de R\$-12.000,00 (doze mil reais) destinado exclusivamente aos fins previstos na cláusula primeira deste instrumento e será repassado a **PATROCINADA**, contra apresentação de Recibo relativo ao valor recebido.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor ajustado, objeto deste contrato, será repassado a **PATROCINADA** em 01 (uma) única parcela, creditadas na Conta Corrente nº 070.869-4 agência nº 018-3 do Banco da Amazônia, liberada após a assinatura do contrato.



**CONTRATO DE PATROCÍNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. –
PETROBRAS E ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DOS PRODUTORES RURAIS DA
COMUNIDADE NOSSA SENHORA
APARECIDA - APRODUCIDA**

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Avenida República do Chile, 85, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20031-912, neste ato representada pelo Gerente Geral da Unidade de Operações de Exploração e Produção da Amazônia – UO-AM, Sr. GILBERTO HOSOKAWA, doravante denominada PETROBRAS e ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA – APRODUCIDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 10.739.467/0001-01, com sede na Vila Comunidade Nossa Senhora Aparecida, S/N, Bairro Zona Rural, CEP: 69460-000, Coari-Amazonas, neste ato representada pelo Presidente Sr. DAMIÃO LIMA BARBOSA, RG: 252.579, CPF: 123.243.372-15, doravante denominada PATROCINADA, coletivamente denominados PARTES, celebram o presente Contrato de patrocínio, em conformidade com o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da PETROBRAS, legislação civil aplicável e Cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O presente Contrato tem por objeto o Patrocínio, pela PETROBRAS, ao Projeto "Agricultura Familiar: Hortifrutigranjeiros ao Alcance de Todos", doravante denominado Projeto, que visa promover a ampliação do processo de escoamento de hortifrutigranjeiros na agricultura familiar a fim de gerar renda e oportunidade de trabalho para jovens e adultos da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, conforme descrito no Anexo I – Projeto, cuja realização está a cargo da PATROCINADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODO DE EXECUÇÃO

2.1 – A execução deste Contrato se dará conforme o descrito no Anexo I, que integra o presente Contrato.

2.2 – Qualquer alteração do modo de execução do Projeto deverá ser comunicada antecipadamente à PETROBRAS, para fins de sua aceitação, sob pena de não liberação das parcelas previstas no Anexo II – Cronograma de Pagamento.

2.2.1 – Eventuais alterações contratuais, acordadas entre as PARTES, serão formalizadas por Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO

3.1 – O prazo de vigência do presente Contrato é de 730 (setecentos e trinta) dias corridos, contados da data da assinatura.

1

Damian

